

# **Comércio de Algodões e Cavalos em Cabo Verde (1460-1535)**

**Bertelina Maria do Rosário de Brito**

**Dissertação de Mestrado em História, especialização em  
História Moderna e dos Descobrimentos**

**Maio, 2013**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

**[DECLARAÇÕES]**

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

## **Agradecimentos**

Ao concluir esta etapa do meu percurso académico quero deixar algumas palavras de agradecimento a pessoas que foram fundamentais em todo este processo. Primeiramente, queria agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, pela oportunidade e pela confiança em mim depositada. Destaco também a minha gratidão à doutora Maria Manuel Torráo pela total disponibilidade e paciência que teve comigo e pelas suas valiosas sugestões que foram fundamentais na organização e conteúdo deste trabalho.

Aos meus pais, Pedro e Maria, pelo amor incondicional. Aos meus irmãos, Nelson, Leontina e Pedro pelo apoio, incentivo e persistência demonstrados durante esta caminhada. Um obrigado especial a minha amiga Carlene pela amizade, companheirismo e por ter estado sempre presente nos bons e maus momentos. Não poderia esquecer aos que, directa ou indirectamente, me ajudaram a concluir esta etapa.

Não podemos deixar de agradecer o rigor e fôlego dos pesquisadores e suas equipas, compiladores e estudiosos das extensas antologias que consultamos. Graças a tais publicações, pudemos ter acesso aos documentos de forma impressa o que muito facilitou o nosso trabalho de investigação.

A todos, muito obrigada!

## **Resumo**

Desde o seu descobrimento, Cabo Verde, como porto marítimo de passagem obrigatória, revelou-se de grande importância para o comércio entre Europa e África. Daí se compreenda que a maior parte dos réditos do arquipélago provinham do trato africano. Foi igualmente durante o século XV que a cultura do algodão e a criação de cavalos germinaram no arquipélago como mercadorias internas, passíveis de exportação.

Ancorado firmemente na documentação manuscrita e relatos do período, esta dissertação compreende uma análise da cultura algodoeira e da criação equídea em Cabo Verde desde a sua descoberta até 1535, com a finalidade de identificar os motivos do desenvolvimentos destas duas actividades no arquipélago, a evolução ao longo do tempo do comércio destas duas mercadorias compreender e a importância do sector agropecuário nas ilhas.

**Palavras-chaves:** Cabo Verde, história económica, algodões, cavalos, Séculos XV-XVI.

## **Abstract**

Since its discovery, Cape Verde, as seaport of obligatory passage has proved of great importance for trade between Europe and Africa. Hence it is understood that most of the revenues of the archipelago came from Africa. It was also during the fifteenth century that cotton growing and breeding horses germinated in the archipelago as domestic goods, liable to export.

Anchored firmly in handwritten documents and reports of the period, this dissertation includes an analysis of the cotton crop and the creation of equine in Cape Verde since its discovery until 1535, in order to identify the reasons for the developments of these two activities in the archipelago, the evolution over time of trade in these two commodities and to understand the importance of the agricultural sector on the islands.

**Key words:** Cape Verde, economic history, cottons, horses, 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries.

## ÍNDICE GERAL

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
 <b>Capítulo I - Contexto Histórico/ Económico/Geográfico de Cabo Verde</b> .....	 <b>8</b>
 <b>Capítulo II- Comércio do cavalo e do algodão nos “Rios da Guiné” antes da descoberta de Cabo Verde .....</b>	 <b>19</b>
2.1 – O cavalo e a permuta entre o Norte e o Centro/Sul de África .....	20
2.2- Algodão e panos de algodão: mercadorias do trato inter-regional .....	31
2.3 – A rota atlântica: a actuação dos portugueses .....	41
 <b>Capítulo III- Desenvolvimento agro-pecuário em Cabo Verde.....</b>	 <b>57</b>
3.1 – Introdução, incremento e estrutura fundiária subjacente à actividade agro-pecuária em Cabo Verde.....	58
3.2- Produção: valores e evolução .....	78
3.2.1- A produção equídea .....	78
3.2.1- A produção algodoeira .....	79

<b>Capítulo IV - Comércio de algodão e cavalo em Cabo Verde e o tráfico de escravos (1460-1535)</b> .....	85
4.1- Organização do comércio em Cabo Verde .....	86
4.2- Comércio de cavalo em Cabo Verde: Génese, apogeu e declínio .....	90
4.3- Comércio de algodão e panos de algodão .....	97
<b>Conclusão</b> .....	113
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	116
<b>Lista de mapas</b> .....	128
<b>Lista de tabelas</b> .....	129
<b>Listas de gráficos</b> .....	130
<b>Anexos</b> .....	131



## Siglas e Abreviaturas

APHES - Associação Portuguesa de História Económica e Social)

Arr. – Arroba

Art. - Arrátel

Coord.- Coordenação

DP- Descobrimentos Portugueses

Dir. – Direção

Ed. - Edição

HGCV – História Geral de Cabo Verde

HGCV-CD - História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental

MMA- Monumenta Missionaria Africana

Org. - Organização

P.- Página

PMA - Portugalie Monumenta Africana

Pp.- Páginas

Qt.- Quintal

Vol. – Volume

Vols.- volumes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## Introdução

O presente projeto de investigação surgiu na sequência do contato com estudos que refletem o papel económico das ilhas no âmbito da Expansão Portuguesa, nas suas múltiplas facetas, durante a frequência do mestrado de História da Universidade Nova de Lisboa, especificidade de História Moderna e dos Descobrimentos. Perante o nosso interesse pela administração/economia de Cabo Verde, foi-nos proposto, inicialmente, pelo orientador a análise do papel do comércio de cavalos naquelas ilhas. Contudo, devido a deficiência de fontes, não era possível desenvolver o nosso trabalho apenas com base num só produto.

Em vários contatos com a doutora Maria Manuel Torrão fui consolidando esta ideia mais abrangente de alargar o objeto do nosso estudo para outros produtos que também na época eram essências para a economia de Cabo Verde, pois, mesmo existindo vários estudos sobre a história de Cabo Verde, mais precisamente sobre a economia e administração do arquipélago logo após a sua descoberta, poucos são os que se debruçam unicamente sobre este objeto de estudo. Além disso são temas que estão longe de se esgotar.

Assim, no nosso trabalho o nosso objetivo é compreender os motivos da introdução e incremento destas duas atividades no arquipélago, bem como, a forma como era feita a exploração comercial de ambos e, as suas repercussões sociais e económicas nas ilhas. É claro que para materialização deste projeto teremos em conta todo o contexto social, administrativo, político, tanto do arquipélago, como ainda de todos os espaços exterior que lhe completa, sem esquecer, evidentemente, o papel do tráfico de escravos.

A presente dissertação é constituída por quatro capítulos, além da introdução e a conclusão. Na primeira parte do estudo traçamos uma contextualização geográfica e administrativa do arquipélago desde 1460, passando pelo momento em que a sua posição geoestratégica no Atlântico define o seu modelo de colonização, até ao momento que as políticas da Coroa portuguesa subvertem este modelo, ao ajuntar a esta

a necessidade de um aproveitamento produtivo dos solos, Não se trata de um estudo exaustivo, mas, sim um apanhado geral em que indicaremos os pontos principais da conjuntura económica, social e administrativa do arquipélago, a nosso entender, necessários para apresentar e compreender o nosso tema de estudo.

Procedemos em seguida à análise da importância que o algodão e o cavalo tinham nos “Rios da Guiné” e como era realizado o trato de ambos pelo Norte de África. Na realidade, a compreensão do nosso tema de estudo em Cabo Verde está intimamente ligada ao conjugado de relações religiosas, sociais e políticas existentes nos reinos do litoral da costa africana antes da descoberta de Cabo Verde. Daí que foi necessário recuar no tempo e explicar a conjuntura que se vivia nos “Rios da Guiné” no século XV, a intromissão dos Portuguesas no trato que aí se realizava para depois, poder explicar a anexação de Cabo Verde a todo esta conjuntura. À medida que a exploração da costa africana avançava, os portugueses dominavam cada vez mais este negócio. Assim, no segundo momento do mesmo capítulo, teremos em conta a organização deste trato pela via Atlântica antes da descoberta de Cabo Verde.

Como vão os moradores de Cabo Verde implantar e desenvolver esta atividade agropecuária no arquipélago? Qual o papel da Coroa em todo este processo? São estas questões que pretendemos responder na primeira parte do capítulo terceiro. Seguidamente, numa segunda parte do mesmo capítulo, identificaremos os índices de produtividade. Pelos motivos acima mencionados, no capítulo seguinte, procurou-se, tanto quando as fontes permitiram, traçar a evolução do comércio destes dois produtos, tanto em Cabo Verde, como no mercado consumidor, “Rios da Guiné”.

O nosso campo de investigação tem com datas limites a descoberta das ilhas de Cabo Verde e 1535 porque a maioria das fontes, assim como da bibliografia sobre a história de Cabo Verde, apontam este ano como um momento de viragem na história do arquipélago. A interferência cada vez maior de outras nações europeias no tráfico de escravos transatlântico, sobretudo através do corso, acabou por marcar o fim deste ciclo e o início de outro em que passou a predominar na economia do arquipélago a criação e venda de gado vacum e cabrum e de tecidos de algodão.

António Correia e Silva, na sua tese de doutoramento sobre o porto de Ribeira Grande, que a decadência de Ribeira Grande processou-se de forma “gradual lenta e tendencial”, e que a interferência dos *lançados*, ingleses e franceses na área comercial dos vizinhos de Santiago, embora insipiente e periódico, foi certamente o ponto de

origem da crise que abateu-se sobre o arquipélago nos finais do século XVI<sup>1</sup>. Os moradores de Santiago, além dos danos financeiros pela perda de suas armações e mercadorias, ainda eram obrigados a despende um maior volume de dinheiro na criação de infraestruturas ideais para a nova conjuntura, nomeadamente “matérias, financeiras e organizacionais de defesa”, reduzindo assim, ainda na opinião do autor, “a actividade de armação dos moradores de Santiago”<sup>2</sup>. Aos atos de pirataria e contrabando, António Correia e Silva acrescenta as secas cíclicas a que as ilhas estavam sujeitas<sup>3</sup>.

Identicamente, Maria Manuel Ferraz Torrão, nas suas várias obras sobre o comércio em Cabo Verde atesta esta mesma realidade<sup>4</sup>, assim como os vários autores de *História Geral de Cabo Verde*, não só nos artigos que têm publicado da dita obra, como também em outros artigos publicados. Temos como exemplo, o artigo de Maria Emília Madeira Santos<sup>5</sup> publicado em Portugal no Mundo e o de Maria João Soares<sup>6</sup>, divulgado na revista *Stvdia*, sobre a presença dos lançados na Guiné. Ana Maria Ferreira na sua obra, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, também defende a violação do monopólio português na costa africana desde o século XVI por parte dos lançados e dos comerciantes europeus e o consequente abalo na eficácia do controle português sobre o trato da Guiné.

Por sua vez, várias são as fontes que atestam a presença destes agentes e subida do preço do escravo em função da concorrência e da utilização de mercadorias defesas naquele trato. Prova disso são duas cartas, datadas de 1532<sup>7</sup> e 1538<sup>8</sup>, em que regista-se o dano acusado pela atuação dos franceses e as várias leis publicadas no século XVI com

---

<sup>1</sup> Cf. António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica: O Caso das Cidades Porto (Ribeira Grande e Mindelo)*, dissertação de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 162- 169.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>4</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução» in *História Geral de Cabo Verde (HGCV)*, vol. I, 2ª ed., coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direção Geral do Património de Cabo Verde, 2001, pp. 318-332; Idem, «O Comércio - Do resgate no litoral africano ao comércio transatlântico (sécs. XV-XVIII)» in *Nova História da Expansão Portuguesa-A Expansão Atlântica*, vol. III, tomo 2, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, editora Estampa, 2005, pp. 108-113.

<sup>5</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, «Os primeiros “lançados” na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes» in *Portugal no Mundo*, dir. de Luís de Albuquerque, vol. II, Publicações Alfa, Lisboa 1989, pp. 125-136.

<sup>6</sup> Cf. Maria João Soares «Para uma compreensão dos Lançados nos Rios da Guiné: século XVI-meados do século XVII» in *Stvdia*, nº 56/57, Lisboa, 2000, pp. 147-222.

<sup>7</sup> ANTT, *Colecção de São Lourenço*, fls. 429-429vº, 13 de junho de 1532.

<sup>8</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II, 224, 10, fls. 1.1vº, 19 de outubro de 1538.

vista a por fim tais atos, nomeadamente as legislações de 24 de março<sup>9</sup> e de 28 de junho de 1514<sup>10</sup>, as leis sobre os resgates na Serra Leoa de 16 de dezembro de 1517<sup>11</sup> e os alvarás de 8 de janeiro<sup>12</sup>, 12 de março<sup>13</sup> e 15 de março de 1518<sup>14</sup>. Valentim Fernandes<sup>15</sup> e Duarte Pacheco Pereira<sup>16</sup> e alguns anos mais tarde, André Álvares de Almada<sup>17</sup> confirmam que os moradores de Santiago estavam perdendo os resgates em vários portos, do Rio Senegal à Gambia, onde os franceses, ingleses e lançados se instalaram, processo este que já vinha decorrendo já algum tempo.

Esta nova fase reflete no carácter económico e social das ilhas, em que as outras ilhas, denominadas de «ilhas de montado» começam a ganhar um protagonismo crescente na economia do arquipélago. Por outro lado, no que se refere a Santiago e Fogo, constata-se uma desaceleração da tendência expansiva verificada nos primeiros, culminando na crise económica que se viverá nos núcleos urbanos na segunda metade do século XVI. Por fim, todo este processo culmina com as medidas tomadas pela Coroa portuguesa, sobretudo no que concerne ao trato do algodão, gerando uma dinâmica diversificada em Cabo Verde.

É necessário fazer uma observação a respeito das fontes utilizadas. As fontes portuguesas foram sistematicamente consultadas. A maior parte da documentação «oficial» encontra-se compilada em coletâneas. Destacamos os *Descobrimentos Portugueses* de Silva Marques, vols. I e III, a *Monumenta Missionaria Africana- África Ocidental*, 2ª série, vols. I e II, na *História Geral de Cabo Verde-Corpo Documental*,

---

<sup>9</sup> Legislação Manuelina estipulando aos moradores de Santiago e Fogo que não fizessem comércio com mercadorias defesas, 24 de março de 1514, publicada in *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental (HGCV-CD)*, vol. I, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direção Geral do Património de Cabo Verde, 1988, doc. 86, pp. 235-237.

<sup>10</sup> Carta régia sobre o trato de Guiné em que estipula as penalidades que deveriam ser aplicadas a quem realizasse tal trato sem licença régia, 28 de junho de 1514, publicada in *Monumenta Missionaria Africana (1500-1560) (MMA)*, 2ª série, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, doc. 28, p. 79- 92.

<sup>11</sup> Regimento do corregedor e contador das ilhas de Cabo Verde, 16 de Dezembro de 1517, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 101, pp. 281-283. No regimento faz-se referência ao comércio ilegal praticado pelos moradores de Santiago, indicando quais as medidas a tomar para combater tal facto.

<sup>12</sup> Alvará proibindo aos moradores da ilha de Santiago de praticarem comércio na Guiné, 8 de janeiro de 1518, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc.103, pp. 287-288.

<sup>13</sup> Alvará sobre o trato realizado na Guiné pelos *lançados*, 12 de março de 1518, publicada in *MMA, (1500-1560) ob. cit.*, 2ª série, , doc. 46, pp. 146-148.

<sup>14</sup> Alvará de D. Manuel dirigida aos moradores de Santiago, proibindo-os de irem resgatar na Guiné, 15 de março de 1518, Lisboa, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 104, pp. 289-290.

<sup>15</sup> Valentim Fernandes, *Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

<sup>16</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situs Orbis*, ed. crítica e comentários de Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

<sup>17</sup> André Álvares de Almada, *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde*, ed. de António Luís Ferronha, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 2006.

vol. I e II e nos 5 volumes de *Portugaliae Monumenta Africana*. Em virtude das fontes por nós exploradas se apresentarem omissa ou muito lacunar relativamente aos “Rios da Guiné”, foi fundamental o recurso a fontes paralelas, em particular indicamos a *Crónica dos Feitos da Guiné* de autoria de Gomes Eanes de Zurara, uma vez que relata as primeiras incursões portuguesas em território mauritano e, os géneros denominados de Literaturas de Viagens.

Neste contexto recorremos aos seguintes roteiros: *Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra*; *Descobrimento primeiro da Guiné* de Diogo Gomes; *Descrição da Costa Ocidental de África, do Senegal ao Cabo Monte (Século XV)* de Valentim Fernandes; e *Esmeraldo de Situ Orbis*, autor Duarte Pacheco Pereira. Este tipo de documentação, abundante em factos, datas e informações preciosas sobre outros aspetos, nomeadamente o clima, os ecossistemas regionais, a fauna e a flora marítimas locais, constituem um corpus documental único sobre as regiões que neles aparecem referidas. O seu estudo e análise quando contrapesado com as fontes oficiais permitem-nos chegar a conclusões bastantes relevantes.

A partir das Literaturas de Viagens, conseguimos conhecer melhor a organização económica social, política e religiosa os negros da costa da Guiné. A riqueza e diversidade das informações dadas sobre fauna e flora marítimas da Guiné e de Cabo Verde foram fundamentais para análise da produção de cavalos, assim como para explicar os motivos do desenvolvimento da cultura do algodão em Cabo Verde no século XV.

Ao longo do nosso trabalho tivemos algumas dificuldades, dado que existem lacunas que, quer por falta de suporte documental, quer por bibliografia insuficiente são intransponíveis. À exceção de Santiago e Fogo, a falta de fontes sobre as restantes ilhas apresenta-se uma constante, criando buracos documentais impossíveis de ultrapassar. Este fenómeno resulta da perda de acervos documentais por falta da devida conservação e das falhas administrativas da época, nomeadamente a falta de meios de registos. No entanto, não queremos deixar de englobar nesta tese as outras ilhas, sempre que existirem dados. Qualquer tentativa de quantificação dos fluxos de exportação de cavalos na época está condenada ao fracasso. Faltam registos de saída. Embora haja um maior volume de documentação sobre o comércio de algodão, encontramos a mesma dificuldade, assim como a questão da posse da terra, essencial para o desenvolvimento destas duas atividades.

Outra questão que chamamos atenção foi a necessidade de utilizar dados de época posterior aos limites cronológicos deste estudo, de forma a clarificar alguns aspetos. Neste sentido recorreremos à obra de André Alvares de Almada, *Tratado Breve dos Rios da Guiné*, escrito na ilha de Santiago de Cabo Verde, em 1595, por entendermos que este autor, ao fazer observações obre o passado, nos fornece informações pertinentes para a nossa dissertação.

Como não podia deixar de ser, tivemos que fazer o levantamento do elenco bibliográfico. No que se refere a este assunto, a nossa narrativa ficará equitativamente marcada pela descontinuidade de análise de certos aspetos e pela ausência de estudos comparativos. Para a história da Guiné, a *História Geral de África* publicada pela UNESCO, constitui obra de consulta obrigatória. Dentro dos autores que se dedicaram à história da Guiné, destacamos *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* de Alberto da Costa e Silva e *África Negra, História e Civilizações* de Elikia M'Boloko. Interpretações sobre a importância do vestuário, inclusive dos panos de algodão nos «Rios da Guiné, são discutidas nas duas dissertações de José da Silva Horta, «A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)» publicada no *Mare Liberum* e *A “Guine de Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1648)*, além de fornecer elementos sobre o comércio, a religião, etc.

Julião Soares Sousa foi outro autor que debruçou-se a cerca da Guiné, aprofundado o seu trabalho mais especificamente sobre a representação desta área geográfica nas Literaturas de Viagens. A dinâmica das relações portuguesas/africanas foi objeto de estudo de Ana Isabel Sá Ferreira Pipa em *Passar fronteiras: práticas e instrumentos dos contactos iniciais em África*. Este trabalho permite identificar a clara interconexão comercial entre os africanos e os europeus.

No panorama da História de Cabo Verde, alvo de um recente surto de investigação e publicação, a problemática do comércio de algodões e cavalos, defronta-se com a escassez de documentação, indispensável para o esclarecimento de muitas incertezas. As informações veiculadas sobre o algodão e o cavalo são parciais e integradas em estudos de carácter geral, nomeadamente, as teses que se tem elaborado sobre as ilhas, como a de Isabel Maria Calmeiro dos Santos sobre a ilha do Fogo, a de Ilídio Amaral, *Santiago de Cabo Verde, a terra e os homens*.

Não podemos deixar de destacar o trabalho de António Carreira sobre tecidos de algodão, *Panaria Cabo-verdiano-Guineense* e *A Urzela e Pano de Vestir*. Além das



duas obras de António Correia, os únicos autores que desenvolveram trabalhos sobre o agropecuário caboverdiano participaram na *História Geral de Cabo Verde*. Nesta obra, Maria Manuel Torrão realça o papel destes dois produtos no comércio e António Correia e Silva chama atenção para as suas formas de exploração no arquipélago, contudo, este projeto desenvolvido pelo Instituto de Investigação Científica e Tropical, em parceria com a Direção Geral do Património de Cabo Verde, tem um carácter abrangente, notando-se a falta de estudos específicos não só sobre este temas, mas, similarmemente, sobre outros aspetos que fizeram ou fazem parte da realidade das ilhas.

Complementando, a autora citada, escreveu dois artigos na revista *Stvdia* sobre o comércio de algodão que se produzia na ilha do Fogo, tendo como referência o período posterior à imposição do monopólio régio sobre o comércio desta fibra, ou seja, depois de 1520 e a feitoria régia da ilha de Santiago. Na sua tese intitulada *O Tráfico de escravos entre a Costa da Guiné e América Espanhola*, a mesma autora dedica várias páginas ao comércio destes dois produtos em Cabo Verde, assim como no volume da *Nova História da Expansão Portuguesa* referente a Cabo Verde. Sobre outros aspetos igualmente importantes para compreender a história económica de Cabo Verde nesta época, realçamos os vários estudos de Iva Cabral sobre as elites de Ribeira Grande, principais agentes do deste trato e o artigo «A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: o exemplo de Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande» in *Stvdia* sobre o comércio ilegal praticado pelos oficiais da Fazenda Real, sobretudo os almoxarifes; a tese de Zelinda Choen, *Controle e Resistência no quadro do Funcionalismo régio peninsular*, o livro *Os Filhos da Folha*, o artigo publicado na revista *Stvdia*, «Subsidio para a História Geral de Cabo Verde – os Contratos de Arrendamento para a Cobrança das Rendas e Direitos Reais das Ilhas de Cabo Verde» e «Algumas Reflexões sobre a Colonização da Ilha do Fogo» editado in *Magma* (todos dedicados ao estudo dos oficiais régios em Cabo Verde à exceção do último).

Os artigos de Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, Ilidio Baleno foram essenciais para compreender o comércio ilegal dos *lançados*, franceses, castelhanos e ingleses nos “Rios da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde. Passando por Orlando Ribeiro, Ilídio de Amaral, André Teixeira, Avelino Teixeira da Mota, António Correia e Silva, Maria Teresa Avelino Cordeiro Neves e tantos outros, historiadores que são referências fundamentais para os estudos sobre Cabo Verde nos séculos XV e XVI.

## Capítulo I

### Contexto Histórico/ Económico/Geográfico de Cabo Verde<sup>18</sup>

O arquipélago de Cabo Verde fica situado na parte meridional do Atlântico Norte<sup>19</sup>, ao largo do Senegal e da Mauritânia, a oeste do cabo Verde, distanciando cerca de 500 km do continente africano<sup>20</sup>. Composto por 10 ilhas e ilhéus, esta dividida em dois grupos: Barlavento e Sotavento; o grupo de Barlavento é formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus Branco e Roso; no grupo de Sotavento constam as ilhas de Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Grande, Luís Carneiro e Cima (Secos ou Rombos).

Foi esta posição estratégica, frente à costa africana e servindo de porto de ligação ao mercado do escravo africano, que ditou o seu protagonismo nos séculos XV e XVI, a necessidade do seu imediato povoamento, instalação de estruturas administrativas e financeiras e consequente desenvolvimento populacional e económico. Descobertas, segundo a tese oficial, entre 1460 e 1462<sup>21</sup>, o percurso da história destas ilhas, nos primeiros séculos, explica-se pela sua correlação com a costa africana, mais precisamente com os designados “Rios da Guiné”.

Neste contexto, ao longo do nosso trabalho, de modo geral, teremos sempre em conta o complexo “Rios da Guiné de Cabo Verde”. A região denominada por “Rios da Guiné”, segundo os estudos de António Carreira<sup>22</sup>, José da Silva Horta<sup>23</sup>, Julião

---

<sup>18</sup> Para a elaboração deste capítulo recorreremos a consulta das seguintes obras: Elisa Silva Andrade, *As ilhas de Cabo Verde – da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*, Paris, L’ Harmattan, 1996; *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed.; *Nova História da Expansão Portuguesa, ob. cit.*, vol. III, tomo 2; Cristiano José de Sena Barcelos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1899; Maria Manuel Ferraz Torrão, *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América espanhola: articulação dos impérios ultramarinos Ibéricos num espaço atlântico*, vol. I, dissertação de acesso para à categoria de investigadora auxiliar, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999.

<sup>19</sup> Mais precisamente entre os paralelos 17º 13` e 14º 47` de latitude Norte e entre o meridiano 22º 45` e 26º 22` de longitude Oeste de Greenwich.

<sup>20</sup> Cf. Ilídio Amaral, «Cabo Verde: Introdução geográfica» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., p. 1.

<sup>21</sup> As ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal foram descobertas em 1460 por Diogo Gomes e António de Noli ainda em vida do Infante D. Henrique; as demais ilhas, Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão e os ilhéus Raso e Branco, foram “descobertas” em 1462 por Diogo Afonso. Sobre este assunto ver Luís de Albuquerque, «Descobrimento das ilhas de Cabo Verde» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 23-39.

<sup>22</sup> Cf. António Carreira, *Documentos para a História das ilhas de Cabo Verde e “ Rios da Guiné” (Século XVII e XVIII)*, Lisboa, Mem Martins-Europa, 1983, pp. 13-14.

Soares<sup>24</sup>, Maria Emília Madeira Santos e Ilídio Baleno<sup>25</sup>, era muito imprecisa, compreendendo as áreas geográficas que ficavam entre o Senegal e a Serra Leoa, tais como rios do Ouro, Senegal, Gâmbia, Casamansa, Cacheu, Grande, Nuno e Geba e o cabo Branco.

Como é sabido, primeiramente havia que fazer um enquadramento político do espaço para que em seguida pudesse haver um domínio efetivo. Seguindo o modelo adaptado nos outros arquipélagos atlânticos, em 1462, foi publicada a carta de doação régia<sup>26</sup> das ditas ilhas ao Infante D. Fernando (1433-1470). A donatária foi a primeira forma de administração implantada em Cabo Verde, encabeçado por um donatário. No seu território, o senhorio, o donatário tinha amplos poderes a nível administrativo, jurisdicional e fiscais, nomeadamente o direito de nomear as autoridades administrativas, de implantar moendas e engenhos, estabelecer e receber taxas dos tributos, a jurisdição cível e crime sobre os habitantes e distribuir terras em regime de sesmaria.

Contudo, a alçada sobre os casos que implicassem pena de morte ou talhamento de membros, era da estrita competência dos tribunais régios<sup>27</sup>. Em contrapartida, o donatário tinha que se responsabilizar por todos os gastos e meios (provimento de pessoas, maquinarias, etc.) inerentes ao estabelecimento de povoados.

Os primeiros colonos que povoaram o arquipélago foram homens da confiança do donatário, homens da Casa e serviço do Infante D. Fernando, instituindo assim as capitânias-donatarias. Aos capitães do donatário foram trespassados muitos dos encargos (mas também dos benefícios) relacionados com a gestão de um espaço mais

---

<sup>23</sup> Cf. José da Silva Horta, «A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)» in *Mare Liberum*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 209-339. Cf. José da Silva Horta, *A “Guiné de Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1648)*, dissertação de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002.

<sup>24</sup> Cf. Julião Soares Sousa, *A “Guiné” na literatura portuguesa de viagens: séculos XV-XVII*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996.

<sup>25</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos e Ilídio Baleno, «Litoral: Linha de atracção, repulsão e compreensão (Arquipélagos e Costa Ocidental Africana), in *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia-Limites do Mar e da Terra*, Cascais, Patrominia, 1998, p. 147.

<sup>26</sup> O arquipélago de Cabo Verde foi instituído em capitania em dois momentos distintos: a 3 de dezembro de 1460, o rei doou a D. Fernando, seu irmão, as cinco primeiras ilhas descobertas, Santiago, Fogo, Maio, Boavista e o Sal; no ano de 1462, D. Afonso V, na carta régia de 19 de setembro, concedeu, como mercê, ao dito Infante, as restantes ilhas, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão, Ilhéus e Brava, tornando-o senhor vitalício das ilhas de Cabo Verde. Carta régia, 19 de setembro de 1462, in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, , doc. 38, pp. 107-108.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

restrito, a capitania. Este cenário institucional aplica-se, nestes primeiros tempos, apenas a Santiago, primeira ilha a ser povoada, portanto, onde se formou a primeira comunidade e à ilha do Fogo.

A primeira ilha foi dividida em duas capitánias, uma a Sul/Oeste, com sede na povoação de Ribeira Grande (atualmente conhecida por Cidade Velha), entregue a António de Noli e a seus herdeiros<sup>28</sup>, e a outra, situada em Alcatrazes, (Norte/ Este), ficou sobre a responsabilidade de Diogo Afonso e seus descendentes<sup>29</sup>. A doação da segunda ilha, denominada inicialmente por ilha de São Filipe, foi feita em sistema de exclusividade a um único capitão<sup>30</sup>.

À data da descoberta oficial, o arquipélago de Cabo Verde, era uma terra desabitada e sem recursos naturais que garantissem a subsistência dos seus futuros colonos. O seu aproveitamento económico, foi feito com recurso à utilização das suas riquezas naturais, como a urzela, sangue-de-drago, sal, etc., quer incrementando culturas que eram familiares aos seus colonos, as culturas típicas mediterrânicas, vinha, cana-de-açúcar, árvores de fruto e hortaliça e, conjuntamente, foram levados para o arquipélago animais, cabras, vacas e cavalos, então lançados nas ilhas .

Todavia, as características geográficas e climatéricas, clima tropical seco, escassez de chuvas e pobreza geológica dos solos, bastante diversas às do Reino, não permitiram a adaptação das culturas cerealíferas, tão importantes para a dieta alimentar dos portugueses. Por sua vez, os animais facilmente se adaptaram às condições naturais apresentadas. A restrição do aproveitamento agrícola dos solos de Cabo Verde é um facto constante nas descrições quinhentistas. Duarte Pacheco Pereira (1460? -1533), além das considerações gerais, chama atenção para tal facto, explicando os motivos da pouca fertilidade do solo:

“ E estas ilhas são estériles porque são vizinhas ao Trópico de Câncer, e tem muito pouco arvoredo por causa de nelas não chover mais dos ditos três meses [agosto, setembro e outubro]: são terras latas e

---

<sup>28</sup> Carta de D. Manuel a D. Branca de Aguiar, doando a capitania de Ribeira Grande na ilha de Santiago, 8 de abril de 1497, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 38, pp. 107- 108.

<sup>29</sup> Carta de doação régia da capitania de Alcatrazes, Santiago, a Rodrigo Afonso, 14 de janeiro de 1485, confirmado a 8 de outubro de 1496, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 17, pp. 51-54.

<sup>30</sup> Lista de objetos que foram entregues para as igrejas das ilhas de Santiago e Fogo, [ant. 3 de março de 1493], publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 31, pp. 81-82. Trata-se do documento mais antigo que se conhece que refere o capitão da ilha do Fogo. Neste documento Fernão Gomes aparece mencionado seu capitão.

fragosas e serão más de andar (...) e os frutos não se dão nesta terra senão de regadio.”<sup>31</sup>

A pequena comunidade europeia que povoara a ilha de Santiago, portugueses, castelhanos, andaluzes e italianos, para se sustentar, recorria à importação do Reino de alimentos, vestuário, calçado e outros produtos considerados essenciais, como o trigo. Ademais, nas ilhas, não existia os produtos que os Portugueses buscavam com tanto afã – os metais preciosos. Perante tal conjuntura e, consonante o projeto expansionista-comercial baseada na interligação entre os vários territórios conquistados, Cabo Verde firmou-se como espaço de relevo na economia Atlântica pela sua função de intermediação comercial e de apoio à navegação no Atlântico.

Os agentes do trato que se realizava entre os “Rios da Guiné” e Portugal encontraram certas dificuldades. Primeiramente, a costa de África era extensíssima e consequentemente de difícil vigilância<sup>32</sup>. Similarmente, devemos ter em conta que os contatos dos portugueses com os africanos daquela costa nem sempre eram amistosos, gerando grandes conflitos, o que colocava um grande entrave a uma fixação permanente<sup>33</sup>. Para além da vastidão da costa africana, outros grandes obstáculos que condicionaram a fixação dos negociantes portugueses na dita costa foram o clima, a vegetação e os seus derivados.

Luís de Cadamosto (1432-1488)<sup>34</sup> e Valentim Fernandes<sup>35</sup>, entre outros, nas suas obras atestam a nocividade do clima africano para os portugueses, afirmando constantemente que os homens brancos “não podem lá viver” devido às “grandes temperaturas” e que “todos estes rios abundam de febres, que sao muito nocivas a nos, brancos.”. As altas temperaturas, média variável entre 26 e 29 ° C, que se registam na costa ocidental de África, associadas a uma floresta densa, pantanosa, cheia de mosquitos e aos altos níveis de pluviosidade e humidade, tornavam os portugueses aptos

---

<sup>31</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 611.

<sup>32</sup> Maria Emília Madeira Santos, *As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa": uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p. 3.

<sup>33</sup> Sobre os conflitos e as várias práticas e instrumentos a que os Portugueses recorreram para estabelecer as primeiras relações comerciais pacíficas em África veja-se Ana Isabel de Sá Ferreira Pipa, *Passar fronteiras: práticas e instrumentos dos contactos iniciais em África*, Viseu, Passagem Editores, 2004.

<sup>34</sup> *Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra*, Lisboa, ed. da Academia Portuguesa de História, 1988.

<sup>35</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*

a contrair várias doenças tropicais<sup>36</sup> que ali se registavam, causando muitas mortes. Foram, similarmente, as condições geoclimáticas encontradas naquele espaço geográfico que tornou impossível a aclimação das plantas europeias.

A proximidade de Cabo Verde ao continente africano fazia com que este território fosse encarado pela Coroa portuguesa como um ponto estratégico para os tratos que se pretendiam fazer com os “rios da Guiné” e, ao mesmo tempo, suficientemente afastado da costa afastado de modo a evitar eventuais ataques provenientes dos reinos africanos<sup>37</sup>.

De facto, enquanto a Madeira e as Canárias eram portos de escala nas viagens de ida nas rotas Atlânticas e os Açores nas de regresso, Cabo Verde desempenhava as duas funções, ponto de ida e de volta da rota da Guiné, funcionando assim como grande centro de teia das grandes rotas atlânticas, pois, mais tarde, ao arquipélago passaram também a convergir a rota do Congo/Angola e a rota do Cabo, além de servir de ponto de apoio para as embarcações que iam para o Brasil e que circulavam na rota das Índias de Castela<sup>38</sup>. Este arquipélago, juntamente com as Canárias, os Açores, a Madeira e as ilhas de São Tomé eram imprescindíveis para a hegemonia e defesa das rotas oceânicas nos séculos XV e XVI.

Era portanto, do interesse da Coroa portuguesa que o espaço fosse ocupado de modo a garantir a soberania portuguesa sobre o terreno e permitisse a sua viabilização como porto de auxílio de navegação no Atlântico. Para os portugueses, apesar das condições climáticas e ambientais mais toleráveis, em comparação à costa africana, registando-se uma temperatura mais amena, marcada pela ausência de humidade, florestas densas e pantanosas e pluviosidade, Cabo Verde representava ainda um lugar inóspito e sem nenhum tipo de atividade económica que despertasse o interesse por um estabelecimento a longo prazo.

---

<sup>36</sup> Uma das mais doenças mais comuns era a provocada pela mosca tsé-tsé. Tsé-tsé é o nome dialeto da África Equatorial (banto), atribuída à mosca *Glossina palpalis* que transmite a doença do sono, causada pelo *tripanossoma brucei*, que afeta tanto os homens como os animais. É encontrada desde o lago Chade e do Senegal, ao oeste, até o lago Vitória, ao leste. Em África afeta essencialmente a África Central entre os 15° de latitude Norte e Sul, nas florestas húmidas da bacia Congo e as savanas húmidas da África Oriental. Ver entrada «Doença do Sono ou Tripanossomia» in Bernard Nantet, *Dicionário Temático Larousse-Civilizações Africanas*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 94.

<sup>37</sup> Cf. António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *ob. cit.*, pp. 141-142; Cf. Maria Manuel Ferraz Torráo, «Actividade ...» in *HGCV*, *ob. cit.*, vol. I, pp. 237- 345; Cf. *Ibidem*, «Subsidio para a história geral de Cabo Verde, o algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana» in *Stvdia*, nº 50, Lisboa, 1991, pp. 157-176.

<sup>38</sup> Cf. Luís de Albuquerque, «Necessidades estratégica de ocupação das ilhas atlânticas» in *Portugal no Mundo*, vol. I, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 205- 207.

Por força das consequências da Carta de Privilégios de 1466, quem residisse na ilha de Santiago, passaria a deter o exclusivo do comércio da Guiné, com exceção de Arguim.

“ Os moradores da dita ilha [Santiago] que daqui em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhes prouver poderem ir com os navios tratar e resgatar e todos os nossos de Guiné, reservando disto o nosso trato de Arguim [...] todas as mercadorias que eles, ditos moradores da ilha tiverem e quizerem levar, salvo armas e ferramentas, navios e aparelhos deles, [...] ”<sup>39</sup>.

Ou seja, o rei concedia aos moradores de Santiago, autorização para realizarem, livremente, transações comerciais em toda a região da Guiné, apresentando, no entanto duas objeções: a primeira era que não podiam ir comerciar em Arguim e a segunda era de que as armas, as ferramentas, os navios e os respetivos equipamentos não podiam ser utilizados como mercadorias de troca neste comércio. Outra prerrogativa constante na citada carta era a que “[...] querendo-as trazer a nosso reinos levar para outras partes, que o possam fazer, sendo isentos de os pagarem os ditos direitos, e isto trazendo eles certidões de nossos oficiais que assim em a dita ilha posermos como são já delas pagos direitos.”<sup>40</sup>.

Após a conclusão do resgate, regressariam a Santiago, onde lhes seria cobrado um imposto régio - o quarto - sobre tudo o que trouxessem. Tanto os vendedores como os compradores estavam isentos do pagamento da dízima da entrada em Portugal ou outros locais desde que apresentassem certidão de que já lhes fora cobrado o montante estipulado pelas disposições fiscais<sup>41</sup>. Outra prerrogativa estabelecida neste diploma era que o rei se comprometia a manter os privilégios, caso fossem arrendados os tratos da Guiné<sup>42</sup>.

Através daquele mecanismo, os vizinhos<sup>43</sup> de Santiago passaram a desempenhar o papel de intermediários comerciais entre a Europa e a costa africana e a ilha de

---

<sup>39</sup> Carta régia concedendo liberdades comerciais aos moradores de Santiago, 12 de junho de 1466, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 4, pp. 19-22.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Actividade ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, p. 238.

<sup>42</sup> *Ibidem*. Cf. Cristiano José de Sena Barcelos, *ob. cit.*, parte I, p. 21.

<sup>43</sup> Teoricamente, era classificado como vizinho ou morador de Santiago qualquer individuo que residisse na dita ilha com o objetivo de lá permanecer a longo prazo e desenvolver atividades que incentivassem o

Santiago de ponto de conexão deste tráfico. Os moradores de Santiago levavam para os “Rios da Guiné” produtos das ilhas e europeus que eram trocados por produtos locais; as mercadorias africanas, adquiridas pelos vizinhos da ilha de Santiago, por sua vez, eram transportados para a dita ilha e vendidos aos mercadores europeus. Em contrapartida, os mercadores europeus levavam para Santiago mercadorias europeias para serem negociadas com os povos africanos.

Somente com estas prerrogativas a Coroa portuguesa conseguiu atrair moradores o novo espaço geográfico, mas, tratava-se de um povoamento com carácter essencialmente comercial e, por isso, restringido aos espaços onde o trato era intenso, ou seja, os portos das ilhas de Santiago. O facto de esta ilha ser a maior do arquipélago e na altura ser a que apresentava melhores condições para a fixação humana, nomeadamente, bons portos onde os navios podiam aportar e menos aridez, foram equitativamente elementos favoráveis a ter em conta.

As trocas processavam-se nos portos indicados nas descrições e relatos de viagens da época, nomeadamente os portos do rio Senegal, Angra de Bezeguiche, Alé, Joala, rio dos Barbacins, rio Gâmbia, com todos os braços e estreitos, Casamansa e São Domingos, rio Grande, Bijagós, rio Nuno e toda uma série de pequenos locais entre este último e a Serra Leoa, dependendo a escolha dos portos das condições físicas e da vontade dos chefes africanos, pois cada um desejava controlar o seu próprio comércio, definindo e estabelecendo locais específicos para o trato e fixando os valores das permutas.

Na verdade, de modo geral, no século XV, os Portugueses nunca conseguiram fixar-se *in loco* e penetrarem no interior do território e controlarem efetivamente o comércio aí praticado. Além disso, por vezes, os moradores de Santiago praticavam comércio inter-regional, transportando produtos de uns rios para outros<sup>44</sup>. Em relação à Europa temos como referencia para a época em Portugal o porto de Lisboa e para Castela o porto São Lucas de Barrameda<sup>45</sup>.

---

povoamento; somente ao morador ou vizinho era destinado os privilégios da carta régia de 1466, ou seja, só a este grupo populacional pertencia a exclusividade do privilégio de armar navios para comerciar na costa africana. Na prática, usufruíram desta prerrogativa igualmente pessoas não residentes no arquipélago. Na documentação temos o caso de Tristão da Cunha que, em 1497, recebeu a mercê de ser considerado “vizinho” de Santiago, apesar de não residir no arquipélago. Sobre este assunto veja-se Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral, «O nascer de uma sociedade através do morador-armador» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 374-375.

<sup>44</sup> Por exemplo cola da Serra Leoa para o rio Gâmbia e anil do rio de Nuno para o rio de São Domingos, obtendo-se, em seguida, escravos.

<sup>45</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Actividade ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, p. 264.



Santiago tornou-se um centro cosmopolita e mercantil. Alcatrazes e Ribeira Grande foram as localidades que atraíram os primeiros moradores vizinhos, autoridades senhoriais e, posteriormente, autoridades régias. Contudo, foi na segunda capitania que se formou se o primeiro núcleo populacional do arquipélago, constituído essencialmente pelo próprio António de Noli, alguns membros da sua família e portugueses do Alentejo e do Algarve<sup>46</sup>. Cidade-porto, Ribeira Grande, emergiu no espaço atlântico no século XV e à volta da mesma concentraram formas de habitat e os primeiros serviços de administração régia<sup>47</sup> que tinham sob a sua alçada o controle do comércio atlântico e a cobrança dos impostos devidos à Coroa resultantes daquele trato, o quarto<sup>48</sup> acrescido depois com a vintena<sup>49</sup>, tendo em conta que os moradores estavam isentos de pagarem a dízima de exportação.

Tendo em conta que era naquele povoado que concentrava a maior parte do contingente europeu, havendo uma circulação permanente de pessoas essencialmente vocacionada para o comércio que pretendiam usufruir do trato com a Guiné, a fixação

<sup>46</sup> António de Noli, na capitania de Ribeira Grande, exerceu presencialmente as suas funções. Por sua vez, na capitania Norte, o capitão não chegou a exercer *in loco* os seus direitos e nomeou um representante, um loco-tenente, para o fazer. A delegação de poderes foi considerado um dos fatores do atraso do povoamento efetivo de Alcatrazes em relação ao de Ribeira Grande; a gestão direta do próprio capitão-donatário e as melhores condições físicas, maior abundância de água (favorável à prática da agricultura) e a existência de melhores portos, com certeza estimulariam a criação de condições de logística e de povoamento, do que uma administração delegada a quem apenas interessava o privilégio da posse e o lucro imediato. Convém realçar, que apesar de tudo, em ambas as capitanias havia «câmaras» e «homens bons». Na da Ribeira Grande existia uma igreja importante sob a invocação do Espírito Santo e em 1497 foi fundado, pelo rei D. Manuel, um hospital que era sustentado com as rendas das fazendas que passavam para as mãos da Coroa após o falecimento dos seus donos, caso estes não deixassem herdeiros conhecidos. Cf. André Teixeira, «Povoamento: um processo que se prolonga no tempo» in *Nova História da Expansão Portuguesa*, ob. cit., vol. III, tomo 2, pp. 16-17; Cf. Maria Emília M. Santos, Maria João Soares, “Igreja, missionação e sociedade” in *HGCV*, vol. II, 2ª ed., coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direção Geral do Património de Cabo Verde, 2001, p. 359.

<sup>47</sup> Em 1466, criou-se formalmente o almoxarifado de Santiago na capitania de Ribeira Grande e em 1471 temos a primeira nomeação conhecida de Diogo Gomes para o cargo de almoxarife. Em seguida, foi criado um outro em Alcatrazes e a partir da 2ª década do século XVI verificou-se do declínio da capitania de Alcatrazes e a vila da Praia a substituí-la como sede da capitania Norte. A Contadoria, por sua vez, surgiu em 1480, sendo mencionado pela primeira vez numa carta de mercê a Diogo Lopes. Carta régia de mercê do ofício de almoxarife, 12 de março de 1471, publicada in *Portugalie Monumenta Africana (PMA)*, vol. I, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, doc. 69, p. 164. Sobre a nomeação do primeiro contador ver carta régia de 24 de abril de 1480, publicada in *PMA*, ob. cit., vol. I, doc. 116, p. 254.

<sup>48</sup> A imposição do quarto, coadjuvado pelas isenções fiscais, fez com que o donatário perdesse a prerrogativa da cobrança dos tributos relativos a atividade comercial do arquipélago. Este imposto foi instituído em 1466, a quando da publicação da denominada carta de privilégios: “Nós [D. Afonso V] lá mandaremos por [almoxarife ou recebedor] para nos aver de requerer e arrecadar nossos direitos que hão de ser o quarto de totaldas cousas que os moradores da dita ilha resgatar e ditas partes de Guiné”. Carta régia concedendo liberdades comerciais aos moradores de Santiago, 12 de junho de 1466, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, doc. 4, pp. 19-22.

<sup>49</sup> Imposto régio cuja cobrança correspondia a um de cada vinte unidades. Era cobrado depois de retirado o quarto e recaía sobre os mesmos artigos que o quarto.

humana em Santiago era essencialmente litoral e sazonal, enquanto o interior permanecia deserto, assim como as outras ilhas. Santiago transformou-se no mais importante depósito de escravos africanos durante os primeiros anos do século XVI, sendo todo este trato dominado pelos terratenentes-mercadores, uma vez que eram somente eles a realizarem o tráfico com o continente e que abasteciam os outros moradores do arquipélago de comida e escravos através de encomendas feitas aos navios armados por eles. Estes homens conjuntamente detinham o controlo sobre os principais cargos locais, como ofícios régios e cargos camarários, utilizando-os para controlar o mercado de escravos, regulando o preço de acordo com suas próprias expectativas<sup>50</sup>.

A carta de privilégios de 1466, devido a imprecisão dos limites da área comercial que apresentava, desencadeou uma série de conflitos entre os vizinhos de Santiago e Fernão Gomes, arrendatário dos tratos régios da Guiné<sup>51</sup>. Segundo João de Barros, o rei D. Afonso V arrendou, em 1468<sup>52</sup>, a Fernão Gomes a exploração dos tratos da Guiné, mediante o pagamento de uma quantia anual de 200 000 reais. Como limitações, temos a carácter geográfico, pois o arrendatário “não podia resgatar na terra firme defronte das ilhas do cabo Verde, por ficar para os moradores delas”, e nem tão-pouco na área explorada pelos comerciantes da feitoria de Arguim<sup>53</sup>.

Como se pode verificar pelo que foi estipulado na carta de 1466 e no contrato de arrendamento de Fernão Gomes, os moradores de Santiago e o contratante não teriam zonas sobreposta de comércio na costa africana e, conseqüentemente, não deveriam intervir nas regiões de tráfico uns dos outros, mas, na prática, aconteceu exatamente o inverso. Os moradores de Santiago transgrediram as estipulações régias e adquiriam escravos na zona arrendada - a Sul da Serra Leoa, sem contar com alguns forasteiros que, utilizando ilicitamente os privilégios constantes na carta de 1466, apropriaram-se do estatuto de vizinhos de Santiago, de modo, a poderem participar no comércio praticado no arquipélago.

---

<sup>50</sup> Cf. Iva Cabral, “Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)”, in *Actas do Congresso Internacional: Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005.

<sup>51</sup> João de Barros, *Ásia*, ed. de António Baião, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, Década I, livro II, capítulo II, pp. 65-66.

<sup>52</sup> João de Barros indica 1469 como o ano da realização deste contrato, porém, o facto de até hoje não ser conhecido o seu texto original e o facto de a sua prorrogação ter sido em 1473, 5 anos após o primeiro contrato, leva-nos a datar o arrendamento em 1468. Veja-se João Paulo Oliveira e Costa, *Mare Nostrum, em busca de honra e riqueza*, Lisboa, Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2013, pp. 47-53.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

Por outro lado, a colonização<sup>54</sup> de um espaço não se faz tendo somente como base no comércio. Desde modo, a partir de 1472, decisões de ordem política impuseram a implantação em Cabo Verde de uma economia agropecuária com a publicação do diploma régio de 8 de fevereiro<sup>55</sup>, utilizado igualmente para redefinir as condições legais estabelecidas na de 1466. Com a publicação desta carta que limitava os moradores de Santiago a utilizarem no comércio com a costa da Guiné apenas “[...] suas novidades e colheitas [que] na dita ilha houverem [...]”, a não utilizarem nas viagens à Costa outro ponto de origem que não Santiago<sup>56</sup> e a obrigatoriedade que os navios fossem “[...] de pertença dos moradores e por eles armados e capitaneados, ficando vedada a parceria com não moradores, nacionais e estrangeiros”, houve uma redefinição das especificidades do aproveitamento económico e geográfico do arquipélago.

As razões de residência nas ilhas continuaram a ser comerciais, contudo, a partir do momento da publicação do dito diploma régio, os colonos tiveram que estabelecer-se mais tempo em Santiago e dedicaram-se a atividades que tornavam o território produtivo como forma de usufruírem das prerrogativas de comércio com a costa e garantir o abastecimento no mercado africano das mercadorias desejadas e, em troca adquirir os produtos africanos. Como se pode constatar a exploração agropecuária, além da subsistência da população, obedecia sobretudo às solicitações do mercado externo.

As ilhas de Cabo Verde não tinham por si só a fertilidade da Madeira e dos Açores. Cana-de-açúcar, trigo e as outras culturas que tiveram tanto sucesso naqueles dois arquipélagos, em Cabo Verde não produziam em quantidade suficiente para se poder falar em exportação, pelo que se optou pelo desenvolvimento de culturas que, obedecendo à procura do mercado africano, também eram passíveis de desenvolver na ilha de Santiago: a cultura do algodão e a pecuária. A ilha do Fogo foi a segunda ter um povoamento efetivo e uma atividade comercial baseada na cultura do algodão; nas

---

<sup>54</sup> De acordo com Luís de Albuquerque colonização seria o ato em que os colonos aproveitavam as terras desabitadas e consideradas detentoras de potencialidades agrícolas; eram terras pertencentes à Coroa, por conseguinte disponíveis para as doações régias, que culminariam no ato de instalação de pessoas capazes de se fixarem através de incentivos de fruição dos bens que produzissem. Cf. Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., Mem Martins, Europa-América, 1989.

<sup>55</sup> Carta régia limitando os privilégios concedidos em 12 de junho de 1466 aos moradores de Santiago, 8 de fevereiro de 1472, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 6, pp. 25-28.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

restantes ilhas, feitas doações a vários indivíduos, predominou a criação de gado “cabrum e vacuum”<sup>57</sup>.

Assim, a ocupação dos solos do interior de Santiago e do Fogo foi feita com recurso à criação de cavalos e ao cultivo do algodão, pautados pelas necessidades do trato da Guiné e pelas condições ecológicas que permitiam o desenvolvimento destas duas atividades. Enfim, não podemos falar de produção agropecuária em Cabo Verde como um atividade autónoma, dissociada do papel que o território tinha no tráfico de escravo. Foi a necessidade de mercadorias naturais do arquipélago para o trato de escravos com a costa da Guiné que impôs a real ocupação do território de forma produtiva, atrelando a atividade mercantil a uma correspondente produção interna assente na propriedade rural.

---

<sup>57</sup> Cf. Ângela Domingues, «Administração e instituições: transplantes, adaptação funcionamento» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 51-58; Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A ilha de São Nicolau nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 24-27.

## Capítulo II

### Comércio do cavalo e do algodão nos “Rios da Guiné” antes da descoberta de Cabo Verde

A partir de 1434, com a passagem do cabo Bojador, chegaram a Portugal as primeiras informações relativas aos rios situados ao longo da costa Ocidental africana. Os portadores de tais novidades foram os viajantes, que escrevendo relatos de viagens, descreveram as paisagens, os momentos de encontro entre os Portugueses e os Africanos, os trajes, as crenças religiosas e, a organização económica (os mercados e produtos trocados), social e militar. Embora percorrendo, como pioneiros europeus, toda aquela região, os Portugueses concentraram as suas atividades na faixa a Sul do Cabo Verde, mais precisamente, nos «Rios da Guiné».

Dessa forma, tendo em conta o recorte espacial indicado, nos propusemos a analisar a importância e o comércio dos cavalos e dos tecidos de algodão a partir dos tais relatos, apesar, de termos a noção da visão eurocêntrica daqueles viajantes e as limitações de interpretação do meio, dadas as diferenças culturais, o que levou, em muitos casos a criação de imagens deturpadas da realidade africana. Por outro lado, uma vez que a maior parte dos relatos foi feito por observação direta dos factos, oferecem-nos pistas que nos ajudam a compreender os povos africanos.

## 2.1 – O cavalo e a permuta entre o Norte e o centro/Sul de África

Em toda a África a introdução do camelo<sup>58</sup>, como animal de carga e meio de transporte, alterou profundamente as condições de acesso ao interior do continente, promovendo contatos cada vez mais regulares entre os árabes do Norte de África e os negros do Sudão. A partir do século III, os Berberes<sup>59</sup>, apropriando-se do dromedário, atravessaram o deserto Saara e foram estabelecer relações comerciais com o mundo sudanês, ligando, economicamente, este território, não só ao Magrebe<sup>60</sup>, como ainda às cidades mediterrânicas (Túnis, Cairo, Fez, etc.), à Tripolitânia e à Cirenaica<sup>61</sup>, no Egito.

Eram trocas comerciais tendo como base a permuta de mercadorias. Efetivamente, como nos comprova o navegador veneziano Luís de Cadamosto, nos séculos XV e XVI, na costa africana “nada se vende por dinheiro, porque não há moeda nenhuma nem usam senão trocar coisa por coisa, ou duas coisas por uma coisa, e todo o seu mercado se faz por troca”<sup>62</sup>. O que não exclui deste tráfico, a utilização de moedas de ouro ou prata, mas era pouco usual, além de não ter a conotação monetária que hoje lhe atribuímos. Para eles o ouro ou a prata era mais uma mercadoria que seria trocada por outra. Cauris, conchas e *manilhas* é que eram utilizados localmente como moedas<sup>63</sup>. Existia de facto um mercado caracterizado por um volume e um valor não monetário para as mercadorias, pela extensão no espaço e pelo número e estatuto das pessoas envolvidas nas trocas.

---

<sup>58</sup> De acordo com alguns autores, o camelo, originário da Arábia, teria sido introduzido na África provavelmente no século I. Outros autores consideram que este animal foi já se encontrava presente em África desde o fim do período neolítico desaparecidas na época no continente desde o fim do período neolítico. A partir do século III, o camelo passou a ser correntemente utilizado como animal de carga nas trocas transarianas. Cf. Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª ed., 1996, p. 249; Cf. P. Salama, «O Saara durante a Antiguidade Clássica» in *História Geral da África-África Antiga*, vol. II, 2ª ed., editado por Gamal Mokhtar, Brasília, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2010, pp. 580-583.

<sup>59</sup> Grupo constituído pelos Tuaregues e pelos Mouros arabo-berberes.

<sup>60</sup> Palavra que na terminologia árabes significa “Ocidente”, o Magrebe, era definido, territorialmente, pelo conjunto dos países que compõem o Norte da África, excetuando-se o Egito e, limitado, geograficamente, pelo mar Mediterrâneo, o deserto Saara (eixo Norte-Sul), o Atlântico e o golfo de Gabes (eixo oeste-leste). Cf. Hussain Mones, «A conquista do Norte de África e a resistência berbere» in *História Geral da África-África Antiga*, ob. cit., vol. II, 2ª ed., pp. 267- 268.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 274. Situadas na costa Norte da África, entre o Egito e a Numídia. Eram províncias do Egito na época medieval ocidental.

<sup>62</sup> *Viagens...*, ob. cit., p. 141.

<sup>63</sup> Cf. Elikia M'Bokolo, *África Negra, História e Civilizações (Até ao século XVIII)*, vol. I, Lisboa, Vulgata, 2003, p. 129.

Precisamente porque de escambo se tratava, as cáfilas (como ficaram conhecidas as grandes caravanas que percorriam o deserto Saara), nos seus contatos comerciais com os povos da região Ocidental, recorriam a padrões não monetários e a uma multiplicidade de objetos a fim de efetuarem as trocas. A gama de mercadorias circulando nos dois sentidos era extraordinariamente variada: do Sudão iam para Magrebe, ouro<sup>64</sup>, escravos e marfim; no sentido Sul-Norte, tecidos (panos de lã e os tecidos de seda), cobre, frutas, sal, trigo, pérolas e cavalos. Este comércio era apoiado internamente pela ligação comercial existente entre as várias regiões situadas entre o Magrebe e o Sudão. Além do escravo e do ouro, o cavalo, similarmente, detinha certa importância como moeda de troca<sup>65</sup>.

Dados arqueólogos demonstram-nos que os povos da costa Ocidental africana, antes do século XV, criavam cavalo. Por outro lado, temos indicação que este animal não fazia parte da paisagem primitiva de África Ocidental. Identicamente, este cavalo, de pequena estrutura, não corresponde as raças berberes e árabes, que ulteriormente, seriam exportados para o Sudão. Aquela raça foi provavelmente introduzida no Sudão Ocidental através do Egito (oriundo da Ásia), possivelmente no século I a.C. Tratava-se sobretudo de uma criação pontual, baseada em números relativamente pequenos, tendo em conta a dificuldade de adaptação do cavalo ao calor e, sobretudo, à seca do ar. Esta raça existia nas áreas sahelianas de Takrūr e Futa, onde a ausência da mosca tsé-tsé, tornava propícia sua criação, o que verifica cada vez menos à medida que se avança pela floresta<sup>66</sup>. Juntamente com agricultura, a pecuária era das principais atividades

---

<sup>64</sup> Este ouro, de origem oeste-africano e sudanês, era extraído na região de Bambuque, no Alto Senegal, no Mali, no Alto Níger e em Lobi, na região Central do Alto Volta, transportado através dos reinos do Mali e do Gana (sem relação com a República atual do mesmo nome) até Tombuctú. Aí era comercializado com mercadores árabes e mouros, que o transportavam em caravanas de camelos através do Sara até aos Estados islâmicos do Norte de África, cujos portos eram frequentados por comerciantes judeus, genoveses, venezianos e outros. Cf. Luís de Albuquerque, “Navegações além do cabo Bojador no tempo do Infante D. Henrique: o seu objectivo”, in *Portugal no Mundo, ob. cit.*, vol. I, pp. 137-149.

<sup>65</sup> Para chegar ao Sudão, as caravanas os comerciantes dirigiam-se a Sijilmansa, e Ouargla, as duas principais portas de acesso para quem se dirigia para o Sul, onde faziam escala e se abasteciam de diversos víveres. Em seguida seguiam para Ualata, Tombuctú ou Gao, as grandes cidades do Sul de África, onde realizavam o tráfico, não sem antes fazerem novo reabastecimento em Touat ou Teghansa, dependendo da rota seguida. No século XIV, Tombuctú consistia um dos terminais mais importantes deste tráfico. Nesta cidade existia uma conexão íntima entre o trato de trigo, lambéis (mantas parecidas com as do Alentejo), tecidos, sal e cavalos dos portos do ocidente de Marrocos – Salé, Nafé, Safim, Mogador e Meça – e dos escravos e do ouro da “Terra dos Negros”. Até à chegada das mercadorias às cidades do Sahel, o comércio estava nas mãos dos magrebinos. A partir dali, os *wangaras* (mercadores mandingas) eram os intermediários entre os magrebinos e as populações locais. Cf. Djibril Tamsir Niane, «Relações e intercâmbios entre as várias regiões» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, vol. IV, , ed. Djibril Tamsir Niane, 2ª ed., Brasília, UNESCO, 2010, pp. 698-705 e 707-720.

<sup>66</sup> Cf. Joseph Ki-Zerbo, *História de África Negra*, vol. I, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1990, pp. 125-126.

praticadas pelos povos do Sahel, nomeadamente os Fulbe, que sedentarizando-se naquelas zonas, atraídos pelas ricas pastagens dos vales, desenvolveram a pecuária<sup>67</sup>.

Em decorrência do desenvolvimento das trocas entre a África Negra e o mundo muçulmano, mas, sobretudo, dos progressos ocorridos nas táticas militares da utilização de armas de ferro mais evoluídas, resultante de progressos da metalurgia do ferro naquela região, multiplicou-se a procura de cavalos árabes por parte dos soberanos da savana. Os cavalos originários das regiões do Sudão Ocidental, devido à sua estrutura pequena, não conseguiam suportar o peso dos cavaleiros armados de lanças longas e espada<sup>68</sup>.

No Sudão Ocidental, no século XIV, o Império Mali<sup>69</sup>, estrategicamente, situado junto das minas de ouro de Bambuk (no Alto Falémé) e Buré (Alto Níger e Tinkisso) e de campos férteis, aptos para a agricultura, ao longo do rio Níger, controlava aquele emaranhado de rotas comerciais. Mali, apesar de no início ser uma confederação de pequenas aldeias dirigidas por chefes tribais, tornou-se um verdadeiro Império, do qual dependiam inúmeros reinos, abarcando, no século XIV, todo o “antigo império do Gana<sup>70</sup> (exceto o extremo setentrional, controlado pelos berberes), e o país Sosso<sup>71</sup>, e as águas do alto Níger, do Gâmbia, do Senegal e dos rios que lhe são tributários, e também a Casamansa, e ainda Bambuk e Buré” e províncias tão variadas com o Takrūr<sup>72</sup>, Tombuctú, Djenné, Ualata, Gao, Diara<sup>73</sup>, etc. No seu apogeu, vários grupos Berberes dependiam daquele Império, ao qual pagavam impostos, entre os quais, os estados da

---

<sup>67</sup> Cf. Djibril Tamsir Niane, «o Mali e a segunda expansão Manden» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, ob. cit., vol. IV, 2ªed., p. 186.

<sup>68</sup> Cf. Alberto da Costa e Silva, ob. cit., p. 308.

<sup>69</sup> Mali foi um Império que existiu na África Ocidental entre as décadas de 1230 e 1600 (aproximadamente) e incluía os territórios que hoje constituem o Mali ocidental e o sudeste da Mauritânia. Cf. Jill Dias, «As primeiras penetrações portuguesas em África in *Portugal no Mundo*, vol. I, ob. cit., p. 283. Cf. Juan Francisco Rodriguez Neila, «O mundo extra-ocidental durante a alta Idade Média» in *História Universal-do Islão e da Cristandade Alto Medieval (S. VII) ao Absolutismo Monárquico (S. XVIII)*, vol. 2, dir. José Manuel Toríbio, Editorial Oceano, 1992, pp. 401-402.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 401. Gana foi um reino sudanês que se consolidou a partir do século IV, entre Tagant e as bacias do alto Níger e do Senegal a Tombuctu. Como limites geográficos tinha a oeste Tagant, a leste Tombuctu e a Sul Bamako. Na segunda metade do século XI, consequência da expansão dos almorávidas, regista-se os primeiros sinais da decadência do Gana. No século XIII com a ascensão do Império Mali, aquele reino entrou definitivamente em declínio.

<sup>71</sup> Reino situado no Sul do Gana no tempo dos Impérios Mali e Gana e formado pelos povos soniké.

<sup>72</sup> Takrur, Tekrur, ou Tekroure era um reino ribeirinho situado no Baixo Senegal, composto por três cidades Tekrur, Silla e Barisa, que servia de escala das rotas saarianas. Cf. Djibril Tamsir Niane, «O Mali ...» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, ob. cit., vol. IV, 2ªed., pp. 136-137.

<sup>73</sup> Cidades situadas no Sul do Saara, perto do rio Níger (atual República do Mali), tributárias do Império Mali no século XIV, que constituíam importantes centros de cruzamento das rotas comerciais saarianas.



Senegâmbia, os Reis de jalofo e governantes Mali dos reinos situados ao longo do rio Gâmbia.

A recorrência do uso de cavalos confirma que engrandecimento daquele poder político africano fundou-se sobre a superioridade da uma elite de cavalaria. Este exercia um controle efetivo sobre as províncias mais distantes pela existência de um estado forte centralizado e pela posse de uma força militar superior, cuja base residia na cavalaria. Segundo o testemunho de Al-Umari<sup>74</sup> (1300-1384), o *mansa*<sup>75</sup> de Mali gastava consideráveis somas na compra de cavalos, a fim de provisionar uma cavalaria de cerca de 10 mil homens<sup>76</sup>.

Efetivamente, sendo a travessia do deserto extramente penosa para aqueles animais, só elevados lucros justificavam que os árabes se dispusessem a efetuar aquele trato com regularidade. Existe indicação que no momento de entronização de um soberano os comandantes deviam apresentar-se com sua alajava às costas, o seu arco à mão e com o seu cavalo de lado<sup>77</sup>. Com efeito, o elevado custo do cavalo explica porque é que o Império do Mali não dispunha de exércitos permanentes. Tratava-se essencialmente de uma utilização pontual e mesmo assim com elevados valores se tivermos em conta o número de homens que faziam da cavalaria do Império do Mali<sup>78</sup>.

Além da utilidade militar, o uso destes animais estava identicamente relacionado com as pompas e circunstâncias do Império. Estes eram instrumentos que o *mansa* utilizava para demonstrar tanto o seu prestígio social como das pessoas a quem presenteava, uma vez que para além do Imperador, eram sobretudo os comandantes do exército e outras pessoas da aristocracia tradicional, descendentes das grandes famílias, que dirigiam a confederação mandiga inicial, que possuíam cavalos<sup>79</sup>.

Alberto da Costa e Silva considera que, detendo o monopólio da compra de cavalos, era a forma de o soberano do Mali controlar o acesso e este animal aos seus

---

<sup>74</sup> Chihab Addine Abul-Abbas Ahmad ben Fadhl al-Umari (ou simplesmente al-Umari, foi um historiador árabe que escreveu sobre a peregrinação do *mansa* de Mali, Kanku Musã (1307-1332), a Meca.

<sup>75</sup> Significa "rei dos reis" ou "Imperador".

<sup>76</sup> Cf. Alberto da Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 326.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 314.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 308.

<sup>79</sup> O Império Mali era fortemente hierarquizado. No topo estavam o Imperador, sua família e toda a aristocracia de sangue, sobretudo membros da confederação mandiga e chefes dos exércitos; ocupando a posição seguinte estavam os *wangaras* e os *diulas*, comerciantes que intermediavam o intenso tráfico mercantil, seguidos pela população camponesa; e por fim, a base da pirâmide social era ocupada pelos *nyamakalas*, grupo formado sobretudo por artesão e escravos.

chefes vassallos, de modo, a evitar que estes formassem a sua própria cavalaria e colocassem em causa a sua soberania<sup>80</sup>.

### Mapa 1

#### O Império de Mali com seus reinos “vassallos” (século XIV)



Fonte: Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, ob. cit., vol. I, p. 165.

<sup>80</sup> Cf. Alberto da Costa e Silva, ob. cit., p. 315.

A região conhecida como Senegâmbia, no século XIV, era um prolongamento das províncias sobre o domínio do Império Mali. Gozando de autonomia administrativa, todas as províncias manifestavam sua sujeição ao Mali através do pagamento de um tributo anual e pelo envio de contingentes militares em caso de guerra<sup>81</sup>. A costa atlântica de África constituía apenas uma periferia mais afastada da vasta rede comercial que formou no Sudão Ocidental e que expandiu para o Sul na região das florestas, onde os mercadores mandingas iam comprar de povos não convertidos ao Islão ouro e nozes-de-cola em troca de cavalos e outros produtos que chegavam a esta parte do litoral africano por via do tráfico cameleiro.

À compra do cavalo árabe, devemos juntar a aquisição dos de criação local: os povos da região entre o rio Senegal e o rio Gâmbia trocavam escravos e outras mercadorias por cavalos aos Fulbe no Takrūr e Futa. Nos conhecidos “Rios da Guiné”, o comércio era feito por zonas, passando as mercadorias de um grupo outro grupo, sem intermediários especializados. Praticamente em todas as zonas em que havia um povoamento significativo, havia também um mercado (ou feira), onde, sobretudo, os camponeses, trocavam produtos agrícolas por sal, tecidos e demais mercadorias originárias do Norte de África.

Desta forma, o cavalo já se encontrava presente no litoral africano quando os portugueses aí chegaram e era considerada uma mercadoria de excelência no escambo entre o Norte e o Sul/costa de África. Em 1441, Nuno Tristão e Antão Gonçalves indicam que na Angra dos Cavalos viviam, a par com os Azenegues, árabes que detinham cavalos e camelos e no Porto do Cavaleiro, encontraram-se com “cento e cinquenta mouros de pé e trinta e cinco entre de cavalos e de camelos”<sup>82</sup>.

Naquela região tantos os nobres árabes como os Azenegues montavam camelos e cavalos à moda mourisca. A arraia-miúda andava geralmente a pé<sup>83</sup>. Corroborando esta informação, temos o testemunho de João Fernandes, citado por Diogo Gomes de Zurara: “[...] alguns daqueles principaes trazem eguas mansas de que hão cavalos, empero muito poucos [...] e muitos meses do ano nem eles, nem seus cavalos nem cães,

---

<sup>81</sup> Além de autonomia administrativa, o Imperador tendia a manter as estruturas políticas tradicionais, nomeadamente o chefe local, que quando muito, era vigiado por um representante do poder central. Esta situação não se aplica aos povos que tinham resistido ao domínio mandinga. Naquelas localidades os chefes tradicionais eram substituídos por governadores imperiais. CF. Djibril Tamsir Niane «*O Mali ...*» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI, ob. cit.*, vol. IV, 2ªed., p. 153.

<sup>82</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Porto, Civilização, 1994, capítulo XIII, p. 76.

<sup>83</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 114.

não se governam de outra cousa senão de beber leite”<sup>84</sup>; que aquele povo tinha bons cavalos, e boas selas e boas estribadeiras, realçando de novo, que eram poucos devido às condições climáticas<sup>85</sup>.

Constituindo as suas narrativas em torno do soberano vigente, os autores das *Literaturas de Viagens*, tenderam a utilizar a figura dos reis como forma de caracterizar a organização social, económica e política dos vários povos situados ao longo dos “Rios da Guiné”. Luís de Cadamosto na sua obra, embora compondo um relato com preocupação de descrever o potencial comercial da costa africana, escreveu identicamente sobre a organização social e religiosa dos régulos do rio Senegal, destacando a importância que o cavalo detinha para os mesmos, uma vez que fazia parte da lista de presentes que os representantes dos estados vassalos, Oulao, Caior, Damel do Caior deviam oferecer ao Grao-Jalofo<sup>86</sup>.

“ O modo de vida deste rei é o seguinte: não tem rendimento certo, além daqueles que lhe dão os senhores desse país todos os anos para estarem de bem com ele; os quais presentes são de cavalos que lá são muito apreciados, por deles haver falta, arreios de cavalo e algum gado, isto é vacas e cabras, e alguns camelos e coisas semelhantes a estas.”<sup>87</sup>

O mesmo autor descreve ainda todas as cerimónias de encantamento (com fumigações, rezas e outras intervenções de raiz mágica) a que estes animais estavam sujeitos:

“Quando aqueles senhores compram um cavalo, mandam vir uns seus encantadores de cavalos, os quais mandam fazer uma grande fogueira com certos ramos e ervas, a seu modo, fazendo muito fumo; e sobre aquele fumo têm o cavalo pelas rédeas, e dizem umas palavras; depois fazem untar todo o cavalo, com unto fino, e têm-no depois 15 ou 20 dias, pois não querem que ninguém o veja: dependuram-lhe ao pescoço umas réstias de figurinhas mouriscas que se parecem com breves

---

<sup>84</sup> Gomes Eanes de Zurara, *ob. cit.*, capítulo LXXV, p. 323.

<sup>85</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 114.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

[papéis com orações que servem de capa de relíquias], dobradas, em pouco espaço, em dobragem quadrada e cobertas de couro vermelho [...]”<sup>88</sup>.

A esta cerimónia, Valentim Fernandes, na sua obra, acrescentou um outro pormenor: os cavalos, antes de serem entregues aos respetivos donos, eram obrigados a beber a água usada para os untar<sup>89</sup>.

Nos séculos XV e XVI, a influência do Islão na África ocidental era ainda fraca e os habitantes da Gâmbia eram animistas, no qual, as crenças tradicionais e rituais simbólicos detinham um papel fulcral. Os soberanos e chefes locais tinham-se convertido ao Islamismo, mas, por outro lado, preservavam, tal-qualmente, as suas crenças animistas, denominado por alguns especialistas por “Islão Negro”, por haver uma simbiose dos seus preceitos religiosos com as crenças e cultos africanos, o “animismo”<sup>90</sup>.

Aqui como nos estados sudaneses, os cavalos destinavam-se aos régulos e à aristocracia local. Contudo, eram poucos, explicando o cronista veneziano que o alto valor dos cavalos na Guiné se devia pela dificuldade em fazê-los chegar do Norte africano ao litoral africano, através do Saara e, pelo facto de as altas temperaturas, não permitirem a sobrevivência dos mesmos:

“Os cavalos, neste país, são muito prezados, porque os obtêm com enorme dificuldade; pois ia e são levados, por terra, destas terras Berberias de aquém, até lá, por árabes e por azenegues; e também porque não podem viver muito tempo, devido ao grande calor [...]”<sup>91</sup>

Sujeito a um clima do tipo equatorial com chuvas abundantes e uma zona da florestal, com vegetação emaranhada e circulação praticamente reduzida aos rios,

---

<sup>88</sup> *Viagens...*, ob. cit., p. 142.

<sup>89</sup> Valentim Fernandes, ob. cit., p. 59.

<sup>90</sup> Cf. Ives Person, «Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance as lagunas da costa do Marfim» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, ob. cit., vol. IV, 2ªed., pp. 343-344. A religião africana é muito complexa porque não existe um mundo fixo e todos os aspetos no mundo influenciam o cosmos. Os feiticeiros servem para explicar elementos naturais e certas situações misteriosas são portadores de mensagens que vêm do cosmos. Tinham uma grande influência na sociedade e ajudavam a explicar as tensões sociais. Os feitiços eram considerados uma força protetora.

<sup>91</sup> *Viagens...*, ob. cit., pp. 141- 142.

caracterizado por epidemias, como a *Doença do sono*, os “Rios da Guiné” não constituíam a melhor região para a criação e proliferação de equídeos. A ausência de pastagens para alimentação de cavalos é também um fator a ter em conta quando se fala da adaptação deste animal nos “Rios da Guiné”. Para alimentar os equídeos, os africanos recorriam às folhas de feijoeiros secos e milho, com o qual os animais engordavam de um modo extraordinário<sup>92</sup>. Nalgumas alturas do ano eram alimentados só com leite de camelo<sup>93</sup>. Todos estes fatores tornavam impossível a sobrevivência dos equídeos naquele território.

A questão que aqui se coloca era o que motiva esta grande procura de cavalos por parte dos povos do litoral africano? Logo à partida excluímos o uso dos animais na guerra como aparece muitas vezes nos relatos, gerando um contrasenso nos dados apresentados. Se nalguns momentos encontramos informações de que aqueles senhores tinham cavalos destinados a serem usados nos seus exércitos, por outro lado, temos indicação de que “ Estes senhores negros fazem guerra muitas vezes uns aos outros e ainda muitas vezes aos seus vizinhos; e suas guerras fazem a pé porque tem poucos cavalos, pois não podem lá viver<sup>94</sup>, pelos motivos já indicados.

Nestas situações trata-se evidentemente de uma transposição das características do Norte de África, do Império Mali e de outros reinos independentes próximo da zona da savana, portanto livres da mosca tsé-tsé e, até mesmo da Europa, em que a cavalaria tinha um papel essencial nos exércitos. A impossibilidade de criar cavalos na floresta tropical, bem como a inevitável curta duração daqueles que eram importados, tornava impraticável o emprego destes animais em atos militares, como constatarem de forma unânime todos os relatos de viagens da época. Portanto, são completamente exageradas as observações feitas pelos diversos autores citados sobre a importância dos cavalos nos exércitos Jalofo e Mandiga (neste caso dos reinos mandigas situados no litoral).

A cavalaria era um instrumento ideal para o emprego da força a grandes distâncias nas amplas savanas arbustivas, mas não nas zonas de savana arborizadas e floresta densa que caracterizam as regiões entre os rios Senegal e Gâmbia. Quanto mais a cavalaria era utilizada a Sul, menos eficiente ela se tornava, visto que aqueles animais só se podiam deslocar em fila ao longo dos caminhos estreitos e sinuosos feitos por

---

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>93</sup> Gomes Eanes de Zurara, *ob. cit.*, capítulo LXXV, p. 323.

<sup>94</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 121.

viajantes a pé, podendo facilmente ser posta fora de combate por grupos locais de arqueiros e lanceiros muito menos dispendiosos.

Muitas vezes encontramos na documentação referências ao facto de os africanos adquirirem cavalos, mesmo sabendo de antemão que se encontravam doentes ou que estavam prestes a falecer, como nos indica a citação supracitada. Esta classificação das condições físicas complementa a tese de que os equídeos não eram considerados na Senegâmbia animais de guerra. Se o objetivo era utilizá-los na cavalaria então porque a persistência na compra de animais que já se encontravam doentes ou velhos, ou seja, que já sabiam a princípio, que a nível militar não teriam nenhuma utilidade porque não conseguiram suportar o peso de um homem/cavaleiro e muito menos correr?

Esta aquisição de cavalos, estranha aos olhos dos cronistas europeus que só conseguiam visualizar a utilização dos mesmos como animal de carga e para fins militares, tem de ser entendida noutra perspetiva. Razões de carácter dignificante e de prestígio social explicam a grande procura de cavalos nos “Rios da Guiné”. As caudas daqueles animais eram utilizadas, em momentos sociais, como símbolo de estatuto e autoridade entre os povos dos “dos Rios da Guiné”.

“ [...] E nom mercam tanto os cauallos pera a guerra como por honra/ Aynda que ho cauallo seja doente e ajnda que outro dia saybam que há de morrer nom leixam de comprar, porque todos aguardam os rabos delles e os tem pendurados em suas casas E quando vão a algua festa, leuam os ditos rabos suas molheres em as mãos por dizer que seu marido tem tirado tanto cauallos”<sup>95</sup>.

Esta situação constata-se tanto no texto de Luís de Cadamosto, como no relato de Diogo Gomes. Emblema de prestígio e autoridade, era bastante comum o seu sacrifício durante os funerais de reis e chefes na Senegâmbia e outras partes do litoral ocidental africano, bem como por ocasião de coroações e rituais. Referindo aos beafares, situados ao longo do rio Grande, Valentim Fernandes registou que “quando morre el rey dele matam [...] ho melhor cavalo” com o propósito de o servir no outro mundo<sup>96</sup>. No universo simbólico local de toda a África o sacrifício dos animais está

---

<sup>95</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 66.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 99.

associado ao mito da regeneração, na medida que todos os animais mortos estavam relacionados com a trilogia dos elementos Terra, Água e Lua<sup>97</sup>.

No século XV, com a interferência dos Portugueses neste comércio realizado pela rota saariana, o Império Mali passou a confrontar com novas realidades, em que os “Rios da Guiné” assumiam cada vez mais um papel de relevo na economia da África Negra.

---

<sup>97</sup> Ver entrada “Cavalo” in Jean Chevalier e Alain Gheebrant, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, editora Teorema, 1994, pp. 171-177.



## 2.2- Algodão e panos de algodão: mercadorias do trato inter-regional

Nas *Literaturas de Viagens* europeias produzidas durante o século XV, marcado pela alteridade, o vestuário dos africanos dos “Rios da Guiné” foi sempre um facto que impressionou os europeus, desde os primeiros contatos, pela forma como se contrariavam o seu sentido de pudor vigente na Europa<sup>98</sup>, fenómeno que os viajantes caracterizaram como nudez absoluta. Nota-se, todavia, que a noção de nudez utilizada pelos autores das literaturas de viagens não corresponde necessariamente à total ausência de vestuário. Nesta grupo identicamente estavam incluídos os homens que vestiam pequenas parcelas do corpo ou, tão somente, tapavam as suas “vergonhas” com couro de cabra<sup>99</sup>.

Este hábito de tapar apenas umas partes do corpo era considerado por Zurara um sinal de bestialidade. Relativamente a esta matéria escreve o cronista, referindo-se aos habitantes das zonas perto de Arguim e a Norte do rio Senegal: «As mulheres vestem alquicés [...] com os quais somente cobrem os rostos, e por ali entendem que acabam de cobrir a sua vergonha ... esta é uma das cousas por que homem pode conhecer sua grande bestialidade [...]»<sup>100</sup>. Para Luís de Cadamosto, a ausência do vestuário justificava-se pelas grandes temperaturas que se faziam sentir naquela região<sup>101</sup> e, não como um indicador de civilização como pretendia demonstrar Zurara. Contudo, esta “ausência de vestuário” não deixa de estar omnipresente como referencial ao longo da obra de Luís de Cadamosto, assim, como a constante comparação com os modelos de vida europeus, estabelecendo sempre uma analogia/assimetria entre os africanos e os europeus. A historiadora Isabel Castro Henriques, na sua obra *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*, chama atenção para este facto<sup>102</sup>.

Se a nudez foi utilizada para classificar a gente miúda, em geral, a utilização de vestuário feito de algodão servia para distinguir socialmente os ricos/nobres. Pesquisas

---

<sup>98</sup> Instrumento do pecado, o corpo devia estar totalmente coberto, segundo os valores morais e religiosos europeus. Cf. Philippe Braunstein, «Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV», in *História da vida privada - Da Europa Feudal ao Renascimento*, vol. 2, dir. George Duby, Afrontamento: Companhia das Letras, 1990, pp. 369-372.

<sup>99</sup> Cf. José da Silva Horta, «A representação...» in *Mare Liberum*, ob. cit., nº 2, p. 305.

<sup>100</sup> Gomes Eanes de Zurara, ob. cit., capítulo LXXV, p. 323.

<sup>101</sup> *Viagens...*, ob. cit., pp. 114 e 138.

<sup>102</sup> Cf. Isabel Castro Henriques, *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004, p. 225.

recentes<sup>103</sup> têm realçado o potencial simbólico e os significados múltiplos que podiam ser atribuídos ao pano de algodão em contextos sociais, políticos e rituais diferentes. Existia uma estreita relação entre o uso do pano de algodão como vestuário, o estatuto social e a hierarquia política, ou seja, estamos perante uma sociedade estratificada que se contrapunham ricos e pobres, nobres e plebeus, pelos recursos que possuíam e, o que nos interessa, pelo uso de vestuários de algodão.

As primeiras referências europeias a esse fenómeno dizem respeito aos «grandes senhores» do reino de Jalofo que se distinguiram do resto da população, usando geralmente camisas feitas com panos de camisas de algodão e ceroulas do mesmo pano [...] <sup>104</sup>. As mulheres jalofas, em casa, usavam um pano de algodão, que cingiam da cintura para baixo até aos joelhos. E quando saíam de casa, à vestimenta citada, juntavam outra peça de pano de algodão que tapava a parte de cima do corpo. As mulheres casadas com homens de estatuto social mais elevado distinguiram-se das outras usando panos de melhor qualidade. Finalmente, a população mais pobre andava nua ou então punha uma pequena vestimenta feita de coiro de cabra que cobria apenas as “vergonhas”<sup>105</sup>. Valentim Fernandes acrescenta ao vestuário daquele povo a utilização de carapuças feitas da mesma fibra nas classes mais ricas, sem distinção de sexo<sup>106</sup>.

“Quase todos andam nus continuamente, salvo que trazem coiro de cabra posto em forma de braga com que cobrem as vergonhas; mas os senhores e aqueles que podem alguma coisa vestem camisas de pano de algodão com a largura de um palmo [...] também usam algumas bragas do mesmo pano de algodão, que cingem o corpo pelo meio [...]. As suas mulheres andam todas descobertas da cintura para cima; tanto as casadas como as solteiras; e de cintura para baixo trazem um lençolzinho de tais panos de algodão, cingindo pelo meio o qual chega a meia perna.”<sup>107</sup>

Diferença social que ressalta portanto logo nas vestimentas masculinas, porque o traje feminino não traduz tanto esta desigualdade, como veremos ao longo do nosso trabalho. Os fidalgos e homens honrados vestidos com camisas de algodão e ceroulas do

<sup>103</sup> Cf. Julião Soares Sousa, *ob. cit.*; Cf. José da Silva Horta, «A representação...» in *Mare Liberum, ob. cit.*, nº 2; Cf. Ana Isabel Sá Ferreira Pipa, *ob. cit.*

<sup>104</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 120.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 120- 121.

<sup>106</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, pp. 61 e 72.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

mesmo pano, enquanto, a população comum andava nua, no dizer de Duarte Pacheco Pereira<sup>108</sup>. No rio Gâmbia, o uso de vestuário de algodão era mais comum em todas as classes sociais e género e “[...] Ao contrario dos negros do Senega, que andam quase todos nus, estes, na sua maioria, andam vestidos, por haver aí abundância e maior quantidade de algodão”<sup>109</sup>. Duarte Pacheco Pereira, similarmente, atesta o uso generalizado do vestuário de algodão pelos mandigas daquele rio, dando já um testemunho mais pormenorizado: “são vestidos de camisa de algodão azuis, e ceroulas do mesmo pano.”<sup>110</sup>.

Esta particularidade das sociedades mandigas do rio Gâmbia não escapou identicamente à perspicácia de Valentim Fernandes, que ao descrever o modo de vida do *Matimansa*, ressalta que a diferenciação do rei em relação aos seus subordinados só se realiza no domínio público. No domínio privado ele é um igual entre os seus, pois “traz vestido huam camisa de algodom e caua e roça como os outros negros”<sup>111</sup>. Esta informação contradiz totalmente as outras informações que constam do texto do morávo sobre aquele reino, cuja origem, José da Silva Horta atribui a outra fonte<sup>112</sup>, a qual afirmação, tendemos a concordar, isto porque, existiu sempre esta procura de distinção social, de ostentação de riqueza, que sobressaia, sobremaneira, na figura do soberano.

No rio Casamansa, utilizando os balangas como grupo-referência, Valentim Fernandes, sintetiza as afinidades de vestimentas dos vários grupos étnicos aí existentes: aos homens, nos momentos reservados colocavam peles de cabra e em aparições públicas ou quando recebiam hóspedes sobre as ditas peles punham uma camisa de algodão; as mulheres, nuas de cintura para cima, “ trazem huu panno de algodom em derrador do cuu mea perna”<sup>113</sup>.

“Os vestidos dos homens sem verem hóspedes som peles de cabras cortidas do cabelo em torno da vergonha – a saber – çingem as pernas trazeras das peles em derrador de sy E metem a cabella da pelle amte as pernas arriba atada que parecçam bragas/ E os pees dianteyros da pelle penduram detrás das pernas e as cortam e fazem xerafos nelle assi

<sup>108</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 607.

<sup>109</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 165.

<sup>110</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 616.

<sup>111</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 76.

<sup>112</sup> Cf. José da Silva Horta, «A representação...» in *Mare Liberum*, *ob. cit.*, nº 2, p. 216.

<sup>113</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 90.

que parece muy bem/ E quando vam algures vestem sobre as peles hua  
camisa de algodom curta sem mangas/ [...].”<sup>114</sup>

Os seus vizinhos, os Banhuns, trajavam normalmente camisas e calções feitos de panos de algodão tingidos com anil<sup>115</sup>, no caso dos homens. As mulheres Banhuns, sem distinção de classe vestiam-se de modo idêntico aos Balangas<sup>116</sup>. No rio Grande, terra dos Gogolis e Beafares, a forma de vestir, também denunciava uma diferenciação social: enquanto a maior parte da população andava nua ou se vestia de peles de cabras<sup>117</sup>, os “[...] outros [os fidalgos] vestidos com panos de algodão”<sup>118</sup>. Por fim, mais a Norte, na Serra Leoa, a forma de vestir, marcava igualmente a oposição entre pobres e ricos. Enquanto, “os homens honrados trazem camisas de algodom e calças bragas [o]s proves trazem huum panno tecido de pao colorado derrador do cuu.”<sup>119</sup>. Duarte Pacheco não menciona camisas mas confirma a distinção social presente no uso de peças de algodão: “Todos los negros desta terra andam nus, senão quando cobrem as partes inferiores e membro da geração com um pano de algodão”<sup>120</sup>.

Como se pode apurar, com uma carga simbólica e social muito forte, os panos de algodão eram usados sobretudo pela população islamizada, ou seja, os soberanos e a aristocracia local. No resto da população, predominando as crenças tradicionais, predominou o uso das tangas de couro. Completando, convém realçar que o índigo era uma substância bastante dispendiosa, pelo que o seu uso constituía por si só um sinal seguro de estatuto social e político.

O tear era manual, geralmente estreito do qual saia uma tira de fazenda com largura de um palmo, designado por *bouracan* e *bougran* (expressões mandigas)<sup>121</sup>, pelo que as camisas de pano de algodão, “compridas até meia coxa e largas” e com “mangas

---

<sup>114</sup> *Ibidem*.

<sup>115</sup> Anil ou índigo é uma corante natural que se extrai de *Indigofera tinctoria*. Citando André Alvares de Almada, a técnica de fabricação de anil é o seguinte: os negros “recolhem as folhas destas arvorezinhas que são pequenas, de altura até 4 palmos, e hão-de recolher estas folhas antes destas arvorezinhas darem as sementes, que se dão em umas baguinhas pequenas; e recolhidas as folhas as pisam muito bem, e depois de pisadas fazem uns pelouros tamanhos como de um falcão pedreiro. E hão-de entender que não recolhem muita quantidade destas folhas e fazem montes delas, para depois daí a alguns dias fazerem estes pelouros; não se faz assim. Recolhe-se somente aquela quantidade que se há-de fazer naquele dia, porque tanto que secam as folhas não prestam mais para isso: e daqueles pelouros feitos fazem a tinta com que tingem os seus panos [...]. André Alvares de Almada, *ob. cit.*, p. 28.

<sup>116</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 95.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 99. Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 619.

<sup>118</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 619.

<sup>119</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 109.

<sup>120</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 625.

<sup>121</sup> Cf. Alberto da Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 37.

largas e curtas até meio braço”, eram resultado da junção de faixas de dois palmos de largura que eram costuradas pelas laterais (bandas), pois “[...] não sabem fazê-los mais largos, por não saberem fazer os pentes para os tecer; e assim cosem quatro ou cinco daqueles panos de algodão uns aos outros, quando querem fazer algum trabalho amplo”<sup>122</sup>. Noutros casos as camisas podiam ser sem mangas como eram os utilizados pelos Balangas no rio Casamansa<sup>123</sup>. As bragas ou ceroulas, que apanhavam o corpo da cintura até ao “peito do pé” eram:

“ [...] sobremodo largas, pois delas vi que na boca mediam 30 e 35 palmos, e deles ainda, 40: quando estão cingidas pelo meio do corpo ficam fraldadas por causa da sua grande largura e comprimento e vêm formar uma bolsa à frente, e outra atrás as quais chegam ao chão, e quase trazem cauda”<sup>124</sup>.

Tecidos de algodão utilizados noutros aspetos da vida revelavam este contraste entre ricos e pobres, nomeadamente, aquando da realização de rituais. Nos funerais era prática corrente amortilhar os cadáveres em panos de algodão, sendo a quantidade de fibra empregada definido pelos bens em vida do falecido e da categoria social a que pertencia. Estas referências eram raramente notadas pelos observadores europeus, que só excecionalmente entenderam o significado mais profundo e complexo dos têxteis nas estruturas socioculturais das sociedades específicas. Maria Manuel Torrão, na sua dissertação indica, tal-qualmente, que os panos de algodão “serviam de base à formação de contratos nupciais”<sup>125</sup>, todavia, a única indicação que encontramos diz respeito a cerimónias fúnebres realizadas na Serra Leoa.

No momento de entronização pública de um defunto que pertencia à classe nobre era construído um “cadafalso alto de 5 ou 6 degraus ho qual he emparamentado de melhores pannos que há no lugar como panos vermelhos ou de algodom”. Em seguida colocavam o morto sentado numa cadeira e o vestiam com os melhores vestidos (algodão ou seda) “E se nom os tem pedem nos emprestados. No dia do enterro, os parentes “vestem os mais proves panos que tem [...] em oposição à contenção formal dos familiares, os restantes membros “vestem os mais ricos panos e os melhores que

<sup>122</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, pp. 120.

<sup>123</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 90.

<sup>124</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 120.

<sup>125</sup> Maria Manuel Torrão, *Tráfico ...*, *ob. cit.*, vol. I, p. 89.

podem haver”<sup>126</sup>. Oferecia-se presentes ao morto, entre os quais, os melhores panos, que seriam neste caso, os de algodão<sup>127</sup>.

Esta atitude do Negro perante os mortos assenta nas teorias que continham especulações sobre a vida depois da morte. A morte não é jamais o aniquilamento total do homem, ela é uma passagem para outra vida. Por toda parte, de algum modo o morto ainda vive, tanto que se acredita ser possível a comunicação com ele e receber dele as suas mensagens.

Qual a origem daquela fibra utilizada para a confeção de tais camisa e ceroulas? O algodoeiro, da espécie *Gossypium punctatum*, já fazia parte do património vegetal da Senegâmbia e do Saara antes mesmo das viagens de descoberta dos Portugueses no século XV. A introdução daquela planta neste espaço geográfico tem gerado teorias diversas. Para alguns, aquela planta foi introduzida pelos Cartagineses, enquanto outros opinam que foi com os árabes que as sementes de algodão se difundiram pela “Terra dos Negros”<sup>128</sup>.

Em relação à introdução da tecelagem daquela fibra na Senegâmbia não existem dúvidas. Esta deve-se aos comerciantes árabes. Provas arqueológicas sugerem que a fiação e a tecelagem de panos de algodão foram iniciadas nas savanas da África Ocidental em fins do primeiro milénio, acompanhando o desenvolvimento do tráfico transariano, difundindo-se a sua cultura do Norte de África para as regiões da savana e, posteriormente, para as do litoral. Panos de algodão eram levados Magrebe e da Líbia para o Sudão desde o século VII<sup>129</sup>. Possivelmente, foram estes mesmos povos que levaram para a Alta Guiné e o Sudão o tear, instrumento essencial na fiação do algodão. Originário da Ásia, o tear, assim como o algodão, acompanhou as rotas das caravanas no sentido Norte-Sul<sup>130</sup>.

Antes do século XV, nas paradas das rotas transarianas no Sudão, a intensa atividade comercial favoreceu a formação de assentamentos urbanos, contudo, de modo geral, nas sociedades sudanesas, a agricultura e a criação de gado constituíam as fontes essenciais da subsistência da população. A par com o comércio, desenvolveu-se nestas cidades a agropecuária, nomeadamente do algodão. Esse fora o caso de Tombuctú, Takrūr, Djenne, cujo algodão cultivado nas redondezas era utilizado na indústria têxtil

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, pp. 107-108.

<sup>127</sup> *Ibidem*.

<sup>128</sup> António Carreira, *Panaria caboverdeana-guinenese: aspectos históricos e sócio-económicos*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, p. 18.

<sup>129</sup> Cf. Alberto da Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 254.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

“urbana” para produzir tecidos de algodão<sup>131</sup> que eram exportados no sentido inverso, ou seja, do Sul para o Norte de África<sup>132</sup> e para as províncias do litoral. Além das feiras que se realizavam nas duas citadas, os tecidos de algodão eram vendidos igualmente em Niani<sup>133</sup>, capital do Império Mali.

Pela difusão dos panos difundiram-se também as sementes, desenvolvendo, equitativamente, a cultura do algodão nas margens dos “Rios da Guiné”. Luís de Cadamosto não deixou de registar a existência de algodão cultivado nas margens do rio Gâmbia<sup>134</sup> e André Alvares de Almada indica que existia esta fibra no rio São Domingos, de onde era encaminhado para o rio Casamansa para fabrico dos panos<sup>135</sup>. No rio Senegal, seguindo a letra do texto de Luís de Cadamosto, “[...] produz-se algodão e com ele fiam as suas mulheres”<sup>136</sup>. A observação de Luís de Cadamosto é incorreta, pois a região situada entre os rios Senegal e Casamansa, coberta por uma floresta húmida e pantanosa, caracterizada por uma elevada salinidade e chuvas abundantes, não era favorável à prática da cultura daquela fibra. Do rio Casamansa para Sul encontramos bacias sedimentares e planícies providas de solos extremamente férteis, porém, com mata menos densa, favoráveis à prática de tais atividades.

Na obra de André Alvares de Almada, *Tratado Breve dos Rios da Guiné*, já encontramos presente esta distinção das características climáticas destes dois rios, apesar, citando o autor, de nascerem “[...] ambos de uma madre [o Futa Djalon]”<sup>137</sup>. Esta situação explica o uso generalizado de vestuário de algodão no rio Gâmbia e, supomos que o algodão encontrado no rio Senegal, por Luís de Cadamosto, foi provavelmente cultivado ao longo do rio Gâmbia. Por sua vez, Luís de Cadamosto, referindo-se à prática agrícola dos Africanos do rio Senegal, além de chamar atenção para a ausência de trigo, centeio e cevada, excluindo a perspectiva de transformar aquele território num centro de produção por excelência, destaca o facto de praticarem uma agricultura de subsistência na época em que chovia, ou seja, de julho a outubro, considerando que deviam aproveitar melhor as potencialidades da Natureza,

---

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 310.

<sup>132</sup> Cf. Djibril Tamsir Niane, «O Mali ...» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, ob. cit., vol. IV, 2ªed., pp. 187-188 e 198.

<sup>133</sup> A cidade de Niani ficava situado à margem do rio Sankarani, onde hoje esta a fronteira do Mali com a Guiné.

<sup>134</sup> *Viagens...*, ob. cit., p. 165.

<sup>135</sup> André Alvares de Almada, ob. cit., p. 72.

<sup>136</sup> *Viagens...*, ob. cit., p. 120.

<sup>137</sup> André Alvares de Almada, ob. cit., p. 27. Este rio, afluente do Níger Inferior, nasce no Norte do Adamauá, nos Camarões.

nomeadamente os altos valores de humidade e, incrementar a agricultura, nomeadamente a cultura algodeira<sup>138</sup>.

Valentim Fernandes faz uma caracterização da tecelagem praticada entre os Negros, tendo como base a disponibilidade para comerciar com os Portugueses, considerando os Mandigas “homens muyto sotijs de trabalho de suas mãos em coser e texer e outras muytas cousas”<sup>139</sup>, isto, porque eram “grandes mercadores” e por terem uma melhor organização económica, produzindo o suficiente para gerar excedentes para o trato, em oposição aos jalofos, que viviam de pilhagens, sem rendimento certo<sup>140</sup> e “nom trabalham mais se nom quando lhes abasta pera seu comer scassamente”<sup>141</sup>.

Não quer isto dizer que tal fosse verdade. Nos pontos da costa, tanto um como o outro, já estavam perfeitamente integrados no tráfico transariano, que por sua vez, lhes assegurava as mercadorias que necessitavam. Logo à partida, não se tratava de uma questão de rendimentos numéricos, mas sim de interpretação. Estamos perante uma economia primitiva articulada com o capitalismo avançado da época, em que nem sempre se constituíram grupos de comerciantes especializados, caso dos povos Jalofos, o que já não acontecia nos domínios mandigas. Todavia, tanto um como outro sempre tiveram noção do funcionamento dos mercados e mantinham solidamente organizado o seu trato de pequena escala. Para as sociedades jalofas, onde os produtos naturais exportáveis não tinham uma significativa produtividade, capaz gerar excedentes, os escravos constituíam o melhor artigo de exportação. Ao mesmo tempo, o comércio era controlado pelos soberanos e pelos grandes comerciantes, cujo incremento aumentou os seus rendimentos, reforçando ainda mais as desigualdades sociais, característica bastante evidente na evolução do vestuário.

Não é por isso de estranhar que os Portugueses ao chegarem à costa da Guiné, encontrassem populações que conheciam aquela fibra e o processo de sua preparação e tecelagem, assim como a sua tingidura, como o provam as afirmações de Luís de Cadamosto, Diogo Gomes, Valentim Fernandes e Duarte Pacheco Pereira. Ali existiam hábeis tecelões que “fazem panos [de algodão] de muitas maneiras e cores”<sup>142</sup>, predominado as tingiduras do anil e de uma combretácea, *Anogeissus leiocarpus*, que fornece tintura de cor amarelo-caqui, que era identicamente produzido localmente,

---

<sup>138</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, pp. 133- 134.

<sup>139</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 81.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>142</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 85.



complementando as duas atividades, a tecelagem e a tinturaria. Às mulheres cabia a subsistência do grupo, tarefa que é descrita em quatro atos “roçam e cavam e semeiam” e “fiam algodom e fazem muytos anos de algodom assi pera se vestirem como pera venderem”, mantendo a si e aos seus maridos<sup>143</sup>. Este facto é registado tanto entre os Jalofo como entre os Mandigas e na Serra Leoa. A atividade de fiação não era tarefa exclusivamente feminina, similarmente, a ela dedicavam-se os homens<sup>144</sup>. Esta divisão social do trabalho, contraria ao que se verificava na Europa, levou a que Cadamosto rotulasse os Jalofo como preguiçosos, ideia depois retomada na obra de Valentim Fernandes.

Algodão e panos de algodão eram mercadorias utilizadas no comércio regional de longa distância, que com a abertura das rotas do Saara, foram obrigadas a adaptarem-se ao comércio em larga escala com o exterior. São escassas as menções relativas a este trato inter-regional. Possivelmente, antes do século XIV, os mercadores *Diula* ou *Wangara* trocavam sal, faixas de tecido de algodão, tanto branco quanto tingido, (produzidos nas regiões da savana) e objetos de cobre na Senegâmbia, por ouro, nozes-de-cola e azeite-de-dente, como mercadoria de frete local. Nos “Rios da Guiné” a tecelagem também florescia. Os tecidos tingidos logo se converteram na especialidade dos povos dos rios Gâmbia. Casamansa, São Domingos, havendo um grupo especializado para o seu fabrico, tintura e comércio, ou seja, eram as regiões dos rios situados a Sul que controlavam o comércio inter-regional da Senegâmbia.

Diogo Gomes afirma que quando chegou ao rio Gâmbia em 1456 “ vieram mouros de terra nas suas almadias e trouxeram mercadorias próprias, a saber, tecidos de pana ou de algodão [...]”<sup>145</sup>, para trocar por produtos levados pelos mercadores portugueses. Luís de Cadamosto registou que ocorreu situação idêntica quando foi ao dito rio na mesma altura<sup>146</sup>. Os Jalofo ou os Sereres faziam trato de panos de algodão com os Azenegues estabelecidos nas regiões à volta de Arguim, isto porque ali não havia produção do algodão ou porque, na opinião de António Carreira, a sua vida itinerante, marcada pela ausência de técnicas de cultivo, não lhes permitia dedicarem-se à atividade agrícola<sup>147</sup>. Nas feiras<sup>148</sup> de Cantor, no rio Grande figuravam igualmente

<sup>143</sup> *Viagens...*, ob. cit., p. 118; Valentim Fernandes, ob. cit., p. 81.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>145</sup> Diogo Gomes, ob. cit., p. 71.

<sup>146</sup> *Viagens...*, ob. cit., p. 163.

<sup>147</sup> António Carreira, *Panaria ...*, ob. cit., p. 20.

<sup>148</sup> Vocabulário europeu transposto para a realidade africana utilizado para designar os mercados autóctones.

“algodões, fiados de algodão, e panos de algodão feitos a seu modo; uns brancos, outros de cores, isto é, com listas brancas, e azues; outros vermelhos, a zues e brancos<sup>149</sup>.”

As feiras funcionam como centros de receção e redistribuição dos produtos agrícolas e industriais de diferentes tipos, entre os quais os tecidos de algodão e o algodão em fibra. Essas transações de carácter informal cresceram paulatinamente, acompanhando o comércio transariano e promoveram uma expansão das relações e pontos de encontro para estabelecer as trocas. As ligações entre os mercados no quadro do comércio informal permitiram constituir redes de comércio transfronteiriço contribuindo para a dinâmica de integração dos “Rios da Guiné” na extensa rede do comércio caravaneiro, abrindo novas oportunidades de negócio, assim como de convivência.

---

<sup>149</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, pp. 114, 120, 121, 141, 153, 162, 163 e 165.

### 2.3 – A rota atlântica: a atuação dos portugueses

Antes de mais convém fazer uma análise da situação social, política e económica encontrada pelos portugueses nos “Rios da Guiné” no final do século XIV. O Império Mali, decorrente da islamização da sua corte e da mudança da sucessão matronal para o sistema patriarcal, enfrentava dissensões internas, enfraquecimento do poder central e, conseqüentemente, uma crise no que se refere à questão de sucessão<sup>150</sup>. Aproveitando a fragilidade interna e o enfraquecimento do poder central vivido por este Império, os Tuaregues apossaram-se das suas províncias setentrionais (Tombuctú, Ulalata, e Gao) entre 1433-1434. Por toda a parte, pequenos reinos revoltaram-se contra a soberania imposta pela autoridade central, como foi o caso da Confederação do Jalofo, chefiado pelo rei ou *burba* Jalofo, formado por pequenos domínios como o Walo, o Caior, o Baol e o Sine Saloum, denominado por Senegâmbia Setentrional - vale do rio Senegal e as planícies Ocidentais entre o rio Senegal e o rio Gâmbia<sup>151</sup>. A Senegâmbia meridional, constituída pelos rios do Sul e os planaltos de Futa-Djalou, estava sobre controlo do *farin* de Gabu<sup>152</sup>, cujo rei já não estava sob a autoridade do poder central do Império do Mali<sup>153</sup>. Em torno dos grandes conjuntos gravitavam um grande número de pequenos reinos com maior ou menor autonomia, consoante a relação tributária que mantinham com os grandes reinos.

Em termos práticos, as viagens realizadas pelos portugueses ao longo da costa africana, a partir de 1434, foram sobretudo de carácter comercial, visando controlar o comércio de escravos e do ouro (essencialmente em pó), realizado pelas caravanas mouras com o centro de Tombuctú e com os indígenas de Mali; o objetivo era desviar a rota das Caravanas para a costa e comprar os mesmos artigos por preços mais baixos<sup>154</sup>. Em 1444, na foz do Rio do Ouro, estabeleciam-se os primeiros contatos com

---

<sup>150</sup> Sobre este assunto ver *Madina Ly-Tall*, «O Declínio do Império Mali» in *História Geral de África - África do século XII ao XVI*, *ob. cit.*, vol. IV, 2ªed., pp. 193- 209.

<sup>151</sup> Cf. Alberto da Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 612.

<sup>152</sup> (Kaabu, Ngabou ou N'Gabu) foi um reino mandinga que no século XV abrangia as regiões situadas entre o rio Gâmbia e o Rio Grande que corresponde à atual Guiné-Bissau e, que após o declínio do Império Mali, tornou-se num reino independente.

<sup>153</sup> Cf. Boucarr Barry, «A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XIX» in *Soronda*, revista de Estudos Guineenses, 1990, p. 10.

<sup>154</sup> Cf. Jill Dias, “As primeiras penetrações em África” in *Portugal no Mundo*, *ob. cit.*, vol. I, pp. 283-285.

os mercadores africanos onde havia indícios de comércio de ouro do Sudão<sup>155</sup>, contudo, o ouro, que os Portugueses tanto desejavam, ficou fora do seu alcance pela impossibilidade de transporem as quedas de Felu, no rio Senegal, e chegar aos mercados do interior. O tráfico de escravos constitui a principal atividade portuguesa naquela região, complementando-se com algum ouro, marfim, malaguetas e outras especiarias.

Na exploração do Atlântico Sul, o corso e a pilhagem marcaram os primeiros contatos dos Portugueses com os povos da África Negra<sup>156</sup>, legitimado pelo Papado através das bulas *Ilius Qui Se Pro Divini* (1442)<sup>157</sup> e *Dum Viversas* (1452)<sup>158</sup>. Luís Adão da Fonseca afere que tratava-se essencialmente de uma transposição da experiência do corso anteriormente praticada no Norte africano<sup>159</sup>, que, progressivamente cedeu lugar a um comércio regular com elevados lucros. Muitos foram os que, seguindo os exemplos dos Infantes D. Henrique e D. Pedro, como depois D. Fernando, irmão de D. Afonso V, que tinham os seus próprios corsários<sup>160</sup>, promoveram este tipo de atos. Em 1442, chegaram a Portugal os primeiros escravos Azenegues capturados, por assalto, no litoral da atual Mauritânia<sup>161</sup> e em 1444, o primeiro grande contingente de escravos negros, capturados já na Senegâmbia<sup>162</sup>.

O estabelecimento desde logo de um intenso comércio de escravos pela via marítima beneficiou, evidentemente, da preexistência de um mercado bem estruturado de escravos na foz dos “Rios da Guiné” (fomentado essencialmente pelo árabes), assim

---

<sup>155</sup> Gomes Eanes de Zurara, *ob. cit.*, capítulo XVI, p. 88; Diogo Gomes, *ob. cit.*, p. 59; Cf. Aurélio de Oliveira, *Nos Caminhos do Atlântico*, 1400-1500: o Infante e os outros, Braga, Compolito, 1999, p. 85.

<sup>156</sup> Desde grupo devemos excluir as expedições de 1434, 1435 e 1436 uma vez que foram viagens de mero reconhecimento geográfico, não proporcionando nenhum proveito económico, apenas algumas focas foram caçadas num ilhéu costeiro.

<sup>157</sup> Bula *Ilius Qui Se Pro Divini* do papa Eugénio IV (1383-1447), concedendo indulgência plenária aos cavaleiros e freires da ordem de Cristo e demais cristãos pertencentes à dita ordem que lutassem contra os infiéis os sarracenos, 19 de dezembro de 1442, publicada in *Monumenta Henricina (1439-1443)*, vol. III, dir. de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, doc. 228, pp. 336-337.

<sup>158</sup> Bula *Dum Viversas* do papa Nicolau V (1447-1455) ao rei D. Afonso V, autorizando a guerra contra os sarracenos e a conquista de territórios dos infiéis, 18 de junho de 1452, publicada in *Monumenta Henricina (1451-1454)*, vol. XI, dir. de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1970, doc. 146, pp. 197-202.

<sup>159</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “Do Atlântico Medieval ao Atlântico Moderno: os Descobrimentos e a formação do espaço atlântico”, *A Ciência e os Descobrimentos*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 78.

<sup>160</sup> Cf. J. Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 217-219 e 251-252.

<sup>161</sup> Gomes Eanes de Zurara, *ob. cit.*, capítulo XIV, pp. 79-80.

<sup>162</sup> *Ibidem*, capítulo XIX, p. 102. Os escravos foram capturados por Lançarote e o resto da tripulação do navio que esta comandava.

como do seu papel na formação económica, política e social africana<sup>163</sup>. Na Península Ibérica e no espaço mediterrânico, o comércio de escravos já era um fenómeno estabelecido e perfeitamente organizado. Da escravatura doméstica, de pequena escala, praticada em toda a África, passou-se, com o domínio muçulmano no Norte de África, para um tráfico de escravos de longa escala que, com a expansão portuguesa, ganhou uma dimensão transatlântica<sup>164</sup>.

Em 1438, verificaram-se significativas alterações na monarquia portuguesa com consequência diretas nas questões Ultramarinas. A prematura morte de D. Duarte (1391-1438) levou à regência de D. Pedro (1392-1449). No campo comercial e da expansão portuguesa, o regente D. Pedro, estimulando as navegações, concedeu a D. Henrique, a título hereditário, o monopólio da exploração comercial dos territórios, ao Sul do cabo Bojador, assim como o direito de cobrar o quinto<sup>165</sup> e a dízima<sup>166</sup> sobre as presas e as mercadorias oriundas daquela região<sup>167</sup>. Esta atitude por parte de D. Pedro é considerada por João Paulo Oliveira e Costa e por outros historiadores como o primeiro passo no sentido da definição de uma política portuguesa de *Mare Clausum*<sup>168</sup>, visando essencialmente garantir o monopólio marítimo e comercial português a Sul do Bojador, face ao interesse e à cobiça suscitadas em outras nações cristãs, sobretudo Castela, ao

<sup>163</sup> Nas sociedades africanas, o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo. As pessoas podiam ser penhoradas como garantia para o pagamento de dívidas. Nesta situação, caso seus parentes saldasse o débito, extinguiu-se o cativo. Tais formas de aquisição de cativos foram mais ou menos comuns em diferentes períodos e lugares da África. Alguns autores identificam essa prática (diferente da escravidão convencional) como escravidão de linhagem, também chamada de escravidão doméstica ou de parentesco. Esse tipo contraditório de escravidão pode ser considerado uma forma menos agressiva de escravidão, pois os escravos poderiam ter acesso à terra, enquanto meio de produção, poderiam casar-se com pessoas livres e, algumas vezes, eram considerados como membros da família de seu proprietário. Outro fator de comercialização é a fome. As pessoas livres resignavam a se transformar em escravos em troca de comida para sua comunidade. O rapto e o ataque a vilas se tornaram mais frequentes quando o tráfico de escravos tomou grandes proporções. Sobre este assunto veja-se Paul Lovejoy, *Transformations in slavery: a history of slavery in Africa*, 2ª ed., Cambridge University Press, 2007; João José Reis, *Notas sobre a Escravidão na África Pré-Colonial*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 1992; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências - A escravatura na época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995; João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2004.

<sup>164</sup> Cf. Hugh Thomas, *The Slave Trade. The History of the Atlantic Trade, 1440-1870*, Londres, Papermac, 1998, pp. 24-28, 37-39; Cf. Maria do Rosário Pimentel, ob. cit., pp. 17-25.

<sup>165</sup> O quinto incidia sobre as presas, segundo um princípio do direito muçulmano que reservava ao califa 20 % do espólio da guerra e fora adaptado pelos reis peninsulares no tempo da Reconquista.

<sup>166</sup> Dízima era, como vimos já, a taxa alfandegária paga sobre as mercadorias entradas.

<sup>167</sup> Carta régia de 22 de outubro de 1443, publicada in *Descobrimentos Portugueses (DP)*, vol. I, ed. de João Martins da Silva Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, doc. 339, pp. 435-436.

<sup>168</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, ob. cit., p. 29; Cf. Luís Felipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difiel, 1994, pp. 43-147.

proibir que ninguém pudesse navegar para além do Cabo Bojador sem mandado ou licença do Infante, quer fosse para guerra ou para a mercancia.

Esta concessão foi revalidada em 2 de setembro de 1448<sup>169</sup>, por D. Afonso V (1432-1481), ao mesmo tempo que conferia novas benesses ao Infante, pelo reforço do monopólio régio através da dispensa do pagamento dos impostos ao Reino, exceto a sisa, das mercadorias que das terras entre os cabos de Cantim e Bojador fossem levados para o reino<sup>170</sup>. D. Henrique foi o principal financiador das expedições na costa da África, mas concedeu licenças a negociantes particulares para participarem dos empreendimentos marítimos. Somente com a prévia autorização do Infante D. Henrique, navegadores e comerciantes podiam realizar expedições de curso ou de viagens comerciais nas terras situadas a Sul do Bojador, sob pena de confisco das armações e das respetivas cargas<sup>171</sup>.

Vigoravam duas situações distintas. A primeira, quando os encargos de armação de navios recaíam unicamente sobre os particulares; neste caso, os particulares eram obrigados a pagar a D. Henrique 25% de direitos (nesta percentagem estavam incluídos, teoricamente, os direitos, 10%, e a venda da licença que correspondia aos restantes 15%). Na segunda, os particulares, os mercadores traficavam a bordo de navios do Infante, vigorando o regime de meação (50% para cada um dos envolvidos na transação comercial)<sup>172</sup>.

Tratava-se de um momento bastante propício a ações portuguesas na costa ocidental africana, perante o reconhecimento internacional do monopólio português das navegações a Sul do Bojador. Este monopólio sobre o comércio africano era reconhecido tanto à Coroa portuguesa como ao Infante D. Henrique<sup>173</sup>. Prova disso são as bulas *Romanus Pontifex* (1455)<sup>174</sup> e a *Inter Caetera* (1456)<sup>175</sup>. Na primeira bula, o papa Nicolau V autorizou os portugueses a navegarem pelo litoral africano com a finalidade de contatarem os povos da Guiné e tentar formar uma aliança contra os

---

<sup>169</sup> Carta régia reafirmando as prerrogativas atribuídas a D. Henrique em 22 de outubro de 1443, 2 de setembro de 1448, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 2, pp. 25-26.

<sup>170</sup> Carta de doação régia, 25 de fevereiro de 1449, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 3, pp. 27-28.

<sup>171</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pp. 273-276.

<sup>172</sup> Cf. Joaquim Romero Magalhães, «Articulação inter-regionais e economias-mundo» in *História da Expansão Portuguesa-A Formação do Império (1415-1570)*, dir. de Francisco Bettencourt e Kirti Chadhuri, vol. 1, Lisboa Circulo de Leitores, 1997, p. 314.

<sup>173</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique ...., ob. cit.*, pp. 344-345.

<sup>174</sup> Bula *Romanus Pontifex* concedida pelo papa Nicolau V aos reis portugueses, 8 de janeiro de 1455, publicada in *MMA, (1342-1499), ob. cit.*, vol. I, 2ª série, doc. 44, pp. 277-286.

<sup>175</sup> Bula *Inter Caetera* concedida pelo papa Calisto III, 13 de março de 1456, publicada in *MMA (1342-1499), ob. cit.*, vol. I, 2ª série, doc. 49, pp. 384-388.

mouros. O rei também podia submeter e converter à fé cristã todos os povos do Marrocos até as Índias. Pela segunda, o papa Calisto III (1455-1458) confirmou os termos das bulas anteriores e concedeu o governo da Ordem de Cristo ao Infante D. Henrique, atribuindo a este jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos portugueses dos cabos Bojador e Não até as Índias<sup>176</sup>. No final da década de 1450<sup>177</sup>, o Infante D. Henrique doou para a Ordem de Cristo os direitos senhoriais de fazer e comercializar escravos, ouro, pesca e outras coisas resgatadas da Guiné. A Ordem passou a deter o direito de recolher o dízimo sobre todos estes artigos comercializados.

Para a Coroa portuguesa o território a Sul do Bojador não passava de um entreposto de comércio de escravos, uma área comercial e não uma colónia de assentamento. Parecia não haver intenção de se estabelecerem e desenvolverem práticas de uma vida sedentária naquele território, mas, para fazer face às influências estrangeiras, sobretudo castelhanas, e proteger o comércio dos ataques das populações locais, os soberanos portugueses tiveram que construir uma série de fortes costeiros. Arguim<sup>178</sup>, na atual Mauritânia, foi a primeira feitoria portuguesa fortificada na África, tanto pela segurança que oferecia, pelo facto de ter água potável e peixe<sup>179</sup>, como analogamente, pela proximidade daquela ilha em relação a um das rotas habituais das caravanas<sup>180</sup>.

Não existe certeza quando à instalação daquela feitoria: para Diogo Gomes foi no ano de 1445<sup>181</sup>, assim como para Valentim Fernandes<sup>182</sup> e Luís de Cadamosto afirma que o castelo foi construído em 1455, o que pressupõe um anterior existência da dita feitoria. Por fim, Duarte Pacheco Pereira afirma que a ordem para construção do castelo foi de D. Afonso V, após a morte do Infante e, datou-o de 1461<sup>183</sup>. De qualquer

---

<sup>176</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia Luso-Castelhana no século XV*, Lisboa, Inapa, 1991, p. 31.

<sup>177</sup> Doação do direito da cobrança do dízimo do trato da Guiné à Ordem de Cristo, 26 de dezembro de 1457, publicada in *DP, ob. cit.*, vol. I, pp. 544-545.

<sup>178</sup> Ilha da costa ocidental africana, próxima ao cabo Branco, a 20° 40' latitude Norte e 16° 50' longitude West, que terá sido descoberta por Nuno Tristão em 1443 mas que segundo os testemunhos de Gomes Eanes de Zurara, de Valentim Fernandes e de Diogo Gomes, teria sido primeiramente frequentado por Gonçalo de Sintra.

<sup>179</sup> Diogo Gomes, *ob. cit.*, 59; Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 19; *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 10.

<sup>180</sup> O comércio de Arguim estava sob controlo da Coroa portuguesa, sendo os capitães nomeados pelo rei, em geral para comissões de três anos. Tinha direito a arrecadar 25% dos lucros do comércio feito na feitoria, sendo assistido por um feitor, que arrecadava 12,5% e por um escrivão assalariado, que na fase inicial recebia 20 000 réis.

<sup>181</sup> Diogo Gomes, *ob. cit.*, p. 61.

<sup>182</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 18.

<sup>183</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 600.

maneira, o estabelecimento da feitoria de Arguim determinou a transição das atividades baseadas somente nos raides, cometidas anteriormente pelos capitães henriquinos, para atos de negociação.

A pretensão dos portugueses com este entreposto permanente era obter informações sobre a organização económica dos reinos do interior (mercados, mercadorias e redes comerciais) e recolher as mercadorias neste ponto da Guiné, levá-las para Lisboa e fazer da cidade o centro do comércio então concentrado no Cairo e de Veneza, ao mesmo tempo, que o domínio português naquele espaço visava proteger os comerciantes, assim como os missionários e os navegadores ao serviço das autoridades portuguesas. A possibilidade da obtenção de ouro, escravos, especiarias e outros produtos africanos por aquela feitoria, veio sublinhar o interesse económico daquela ilha e necessidade de obtenção de produtos que os magrebinos tradicionalmente traficavam com os africanos, entre os quais, tecidos, cavalos, prata e trigo<sup>184</sup>.

Podemos avaliar o dinamismo comercial daquela feitoria pelo tráfico regular que nela desenvolvia-se: em média exportava-se cerca de oitocentos a mil escravos por ano, segundo o texto de Luís de Cadamosto<sup>185</sup>, mas sem os registos comerciais e fiscais da Casa da Guiné e da Casa dos Escravos, desaparecidos na sua quase totalidade no terramoto de Lisboa de 1755, é impossível chegar a conclusões definitivas. Aquela feitoria conseguiu uma modesta prosperidade e foi arrendada a uma sociedade, provavelmente a partir de 1450, por um período de dez anos<sup>186</sup>.

Com a instalação daquela feitoria, começar-se-iam a organizar os diversos resgates dos produtos africanos segundo bases sólidas, instituindo-se a rota atlântica, que substituiu pouco a pouco a rota das caravanas, tentando os portugueses controlar as redes comerciais já existentes, nomeadamente a do ouro africano. Os Árabes e Azenegues que viviam no deserto, portanto independentes de qualquer tipo de jurisdição, foram atraídos pela possibilidade de adquirir mercadorias que necessitavam a um valor inferior ao praticado no Norte de África. Organismo análogo foi criado em Lagos, no Algarve (1445), que em 1462 foi transferida para Lisboa, dando depois origem à Casa da Guiné<sup>187</sup>.

---

<sup>184</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 103.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>187</sup> Carta régia nomeando Diogo Dias para o ofício de feitor e tesoureiro da feitoria de Arguim, 4 de julho de 1463, publicada in *DP*, vol. III, ed. de João Martins da Silva Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, doc. 25, pp. 36-37. Nesta carta está indicada a transferência desta feitoria de Lagoa para Lisboa.



No reinado de D. João II, numa tentativa de desviar o tráfico caravaneiro para Arguim, foi estabelecido uma feitoria portuguesa em Uadam, situada no Adrar Mauritano, devido à sua posição geográfica que lhe permitia servir de elo de ligação entre Arguim e Tombuctú e outros mercados sudaneses; logo esta constituía um nó de circulação das caravanas que traficavam entre a Berberia, Tombuctú e outras cidades da África Negra. No entanto, foi também a posição geográfica que definiu o fracasso daquela feitoria. Isolado no deserto e com clima adverso à adaptabilidade dos portugueses, os feitores não conseguiram fixar-se em Uadam, tendo regressando a Arguim.

A maior parte das mercadorias que os Portugueses utilizam no comércio em Arguim eram provenientes do exterior de Portugal. Era a Marrocos, às ilhas Atlânticas e à Europa que os iam buscar as mercadorias para usarem no trato com a costa ocidental africana: de Flandres, Inglaterra, França, Irlanda, os têxteis de lã e seda; as ostras das Canárias; de Marrocos, sobretudo, cavalos, trigo e tecidos<sup>188</sup>. Nas praças marroquinas de Safim, Azamor e Meça, era comum os portugueses recorrerem a comércio, algumas vezes ilícito, a partir de Ceuta, a fim de obter os produtos desejados, entre os quais cavalos<sup>189</sup>. Curiosamente, apesar de ocupação portuguesa em Marrocos ser marcada predominantemente por corso e hostilidades com as populações locais, houve igualmente momentos marcados por relações comerciais amistosas, essenciais para a aquisição de cavalos e os outros produtos que depois trocavam na África ocidental por escravos e ouro.

Quanto ao trato de cavalos, devido à falta de fontes, é-nos impossível sistematizar os resultados quantitativos obtidos nestas transações, assim como o percurso dos mesmo até à feitoria de Arguim. Para Artur Teodoro de Matos o mais provável era que estes animais fossem levados de Marrocos para Lisboa e em seguida para a costa ocidental África, em vez de uma rota direta África do Norte/ África do Sul<sup>190</sup>. Esta rota pela via marítima seria mais vantajosa em termos de tempo de viagem e sobrevivência dos animais do que a travessia penosa pelo deserto. Em 1455, com um cavalo era possível adquirir 10, 12 e 15 escravos.

---

<sup>188</sup> Cf. J.B. Ballong-Wen-Mewuda, «A instalação de fortalezas na costa Africana. Os casos de Arguim e da mina. Comércio e contactos culturais» in *Portugal no Mundo*, vol. II, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 140-141.

<sup>189</sup> Sobre o corso portugueses nas praças do Norte de África ver António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999; Ibem, *Portugal e Marrocos no século XV*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1990.

<sup>190</sup> Cf. Artur Teodoro de Matos, «A rede de carreiras comerciais no Atlântico» in *Portugal no Mundo*, ob., cit., vol. I, p. 252.

“ Esses tais árabes têm muito cavalos berberescos com ao quais fazem comércio; e levam-nos às terras dos negros, vendendo aqueles cavalos aos senhores os quais dão, em troca, escravos: e aqueles cavalos [por] 10, 12 e 15 escravos cada um, conforme forem os ditos cavalos”<sup>191</sup>

O desenvolvimento do comércio incitou os Portugueses a penetrar cada vez mais no interior de África. A vasta a região desde o Senegal à Serra Leoa possuía já agricultura, indústria artesanal e comércio muito desenvolvidos, quando foi abordada pelos Portugueses no século XV, sendo já um território conhecido e descrito nos relatos de Negros islamizados. De facto, a contínua penetração comercial portuguesa na Senegâmbia foi feita ao longo dos itinerários comerciais já existentes, normalmente percorridos pelas caravanas, pela via terrestre, ou seja, portos do litoral onde era possível uma fácil escala dos navios e que, posteriormente, facultariam incursões nas regiões do interior.

Na designada Terra dos Negros, a vizinhança da foz do rio Senegal foi a primeira região a ser atingida pelos Portugueses (1444)<sup>192</sup>. À medida que se avançava para Sul da Guiné, para além da crescente dificuldade de navegação, agravava-se o obstáculo linguístico, fator que dificultava o entendimento com a população local. A ação portuguesa na costa africana, entre 1444-1448, foi atribulada, com notórias dificuldades de comunicação, desconfiança e violência, porém, de olhos postos no florescente tráfico de escravos e a possibilidade de acesso fluvial ao sertão aurífero sudanês, em Portugal assistimos à formação do arsenal ideológico destinado a justificar o tráfico perante a chegada dos primeiros cativos no Reino, pois “cobrava ledice, não pela quantidade daqueles, mas pela esperança que tinhas dos outros que podias haver”<sup>193</sup>.

Desde cedo, os Portugueses aperceberam-se que somente com a cumplicidade das sociedades africanas locais poderiam inserir-se nos circuitos comerciais existentes, uma vez que com a política inicial do saque e confronto físico, verificou-se uma desertificação das costas saarianas, que tornavam cada vez menos rendosos os assaltos que visavam apenas a captura de homens já que a ténue e precária sedentariedade do

---

<sup>191</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 104. Reforçando os valores anteriormente apresentados, Luís de Cadamosto constatou que “vende-se um cavalo arreado com seus arreios por nove a catorze escravos. *Ibidem*, p. 142.

<sup>192</sup> Gomes Eanes de Zurara, *ob. cit.*, capítulo LX, pp. 255-256.

<sup>193</sup> *Ibidem*, capítulo XIV, p. 79.

litoral não se compadecia com a repetição dos assaltos predatórios e os nómadas escapavam-se com facilidade; devido à superioridade e capacidade de resposta das populações da Senegâmbia que se defendiam dos navegadores portugueses com as suas flechas envenenadas e almadias ligeiras, esvaindo-se, assim, toda a possibilidade de entabular relações comerciais. A ação corsária dos Portugueses, gerando um estado constante de desconfiança endémica, não favorecia a mercancia pacífica defendida pela empresa henriquina.

Assim, após os primeiros contatos marcados pela violência, a diplomacia substituiu as incursões<sup>194</sup>, segundo ordens do Infante D. Henrique, que mandou os portugueses renunciarem à captura de escravos e à guerra com os africanos e procurarem estabelecer contatos pacíficos e relações comerciais duradoiras<sup>195</sup>. Evidentemente, houve um momento de transição da razia para o incremento comercial, coexistindo naquele período as duas formas de ação económica<sup>196</sup>.

Com vista a ultrapassar a fronteira linguística, recorreu-se a uma prática já ensaiada nas Canárias e mesmo no Norte de África, que consistia na captura ou compra de nativos para, posteriormente, servirem de intérpretes para facilitarem as trocas. Em 1444, quando o Infante enviou Gonçalo e Diogo Afonso em caravelas ao Rio do Ouro, estes já iam acompanhados por mouros que deveriam servir de intérpretes<sup>197</sup>, cujo uso se generalizou a partir de 1450, como indica Luís de Cadamosto, ao afirmar que nas duas viagens que realizou foi sempre acompanhado por negros convertidos aos cristianismo e que falavam e compreendiam o português, facilitando a sua comunicação com os chefes locais<sup>198</sup>.

Paralelamente ao uso de intérpretes, a mostragem e troca de mercadorias foram, analogicamente, instrumentos eficazes coma finalidade de criar um ambiente de confiança e alguma cordialidade e também procurar informações. Em suas viagens, os navegadores utilizaram o cavalo, umas vezes de forma premeditada, outras aparentemente improvisada, a fim de persuadir o chefe africanos a abrir relações comerciais. Como se afirma na obra de Diogo Gomes, as embarcações já iam

---

<sup>194</sup> Os insucessos de algumas expedições bem como as mortes de Gonçalo de Sintra e Nuno Tristão, ocorridas respetivamente, em 1444 e 1446, e o desaparecimento trágico do cavaleiro dinamarquês Valarte, em 1447, também são fatores a ter em conta para o estabelecimento de uma nova forma de relacionamento. *Ibidem*, capítulos XXVI, LXXXVI, CXIV, pp. 130- 133 359-361 e 395-401.

<sup>195</sup> Diogo Gomes, *ob. cit.*, p. 57.

<sup>196</sup> Cf. Luís Felipe Thomaz, *ob. cit.*, p. 121 e 124.

<sup>197</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1991, p. 151.

<sup>198</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 125.

preparados tanto para a guerra como para o trato<sup>199</sup>. Luís de Cadamosto, na sua primeira viagem aos “Rios da Guiné”, ao chegar ao rio Senegal e já sabendo de antemão que o soberano de Budomel era “pessoa honrada” no trato<sup>200</sup>, lhe entregou produtos sem receber nada em troca: “[...] deixei-lhe os meus cavalos e tudo o que ele quis; e assim confiei nele”<sup>201</sup>, procedendo da mesma forma com o Batimansa, no rio Gâmbia<sup>202</sup>. Em troca de tais mercadorias, o mercador veneziano recebeu uma centena de escravos<sup>203</sup>.

Anos mais tarde, em 1488, D. João II enviou 6 cavalos “ajaezados”, um dos quais foi enviado pelo duque de Beja ao rei jalofo Bemoim com o intuito de mostrar que estava disposto a prestar benevolência e ajuda na reconquista do poder político, mediante a conversão do príncipe jalofo, Bemoim, aos Cristianismo<sup>204</sup>. Assassinado por Pero Vaz Bisagudo, comandante da expedição que o ia repor ao trono, após a sua visita e conversão em Lisboa, as pretensões de uma fixação oficial portuguesa no rio Senegal caíram por terra.

A amostragem de produtos e a entrega de presentes constitui um preâmbulo das trocas comerciais duradouras que se seguiram. Pouco a pouco foram vencidas as desconfianças dos africanos, combinando preços satisfatórios, e aumentando os negócios com os negros que viviam nas proximidades dos rios Gâmbia e Senegal, nomeadamente o trato de cavalos por escravos, contudo, tanto no trato entre os rios Senegal e Gâmbia, como na feitoria de Arguim, poucas são as informações que permitem estabelecer índices significativos.

A essência desta política de expansão marítima-comercial pelo Atlântico seguiu os mesmos moldes do comércio transariano dos árabes, mormente na adaptação do sistema de escambo de mercadorias utilizado pelos árabes. Não houve alterações nos métodos das trocas, apenas foram introduzidos novos parceiros e intensificadas as permutas, ou seja, a novidade resistia no volume superior destes produtos, não os produtos em si. Tal foi nomeadamente o caso dos cavalos.

---

<sup>199</sup> Diogo Gomes, *ob. cit.*, p. 67.

<sup>200</sup> *Viagens...*, *ob. cit.*, p. 124.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 125. Em seu relato, Luís de Cadamosto não especifica a quantidade de cada um das mercadorias que levou. Ele menciona apenas que os seus cavalos eram de Espanha e que os produtos levados eram muito procurados pelos negros. Entre eles, faz referência apenas a cobertas de lã e tecidos de seda mourisca.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 162. No rio Gâmbia o presente que o veneziano enviou ao *Batimansa* foi um tecido de seda.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>204</sup> A. Teixeira da Mota, «D. João Bemoim e a expedição portuguesa ao Senegal em 1489», separata do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. 26, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1971, p. 10.

Para o ano de 1455, o cronista Valentim Fernandes apresentou dados idênticos aos expostos por Luís de Cadamosto: os reinos Jalofo do rio Senegal permutavam um cavalo por catorze ou quinze negros ou então por seis manilhas de latão<sup>205</sup>. Beziguiche, Portual e Joal, pertencentes, respetivamente, aos reinos Jalofo de Caior, Baol e Sine foram os principais portos e rios a Norte do rio Gâmbia com quais houve trato português de trato de cavalos por escravos, mas infelizmente na documentação não está especificado valores.

Apesar de ter sido em o reino Jalofo o primeiro estado negro a estabelecer contatos comerciais com os portugueses, foi o rio Gâmbia, pelo menos desde 1456, a via principal de penetração no interior africano, isto porque, aquele território era uma via de acesso às zonas produtoras do ouro, Bambuku e Burem, além de um grande mercado de escravos. Nas feiras de Cantor, havia trato português de cavalos por escravos e a correspondência, era de catorze a dez escravos por um equídeo<sup>206</sup>.

A localização geográfica de Cantor permitiu a proliferação dos mercados informais tendo como objetivo principal a troca de produtos e mercadorias entre grupos de interesses económicos e comerciantes abrindo novas oportunidades de negócio, como, também, de convivência que possibilitaram a integração dos Portugueses nas redes de comércio das regiões do interior, tanto a Norte como a Sul do rio Gâmbia. Citando Valentim Fernandes, “Neste rio entram muitos navios assim para resgatar cavalos como todas as outras mercadorias, porque resgatam da banda norte com os Giloffos, e da banda do sul com os Mandigas [...]”<sup>207</sup>.

Efetivamente, para aquela feira convergiam caravanas de mercadores enviados pelo soberano do Mali que além dos lucros resultantes de transações, ainda usufruía, em título exclusivo dos rendimentos dos direitos sobre o comércio do ouro. Sutuco e Dajamma Sura, situadas nas margens do rio Gâmbia, assumiram uma grande importância geopolítica, como mercados de troca de mercadorias em detrimentos de Tombuctú, Ulalata, Djenné e Gao. Agora eram os rios Gambia e Senegal, as principais vias de ligação com o exterior<sup>208</sup>. Tal como no reino Jalofo, quem mais beneficiou com o trato com os portugueses foram os *farins* - representantes do Imperador do Mali- dos domínios costeiros da Gâmbia e da Casamansa.

---

<sup>205</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 59.

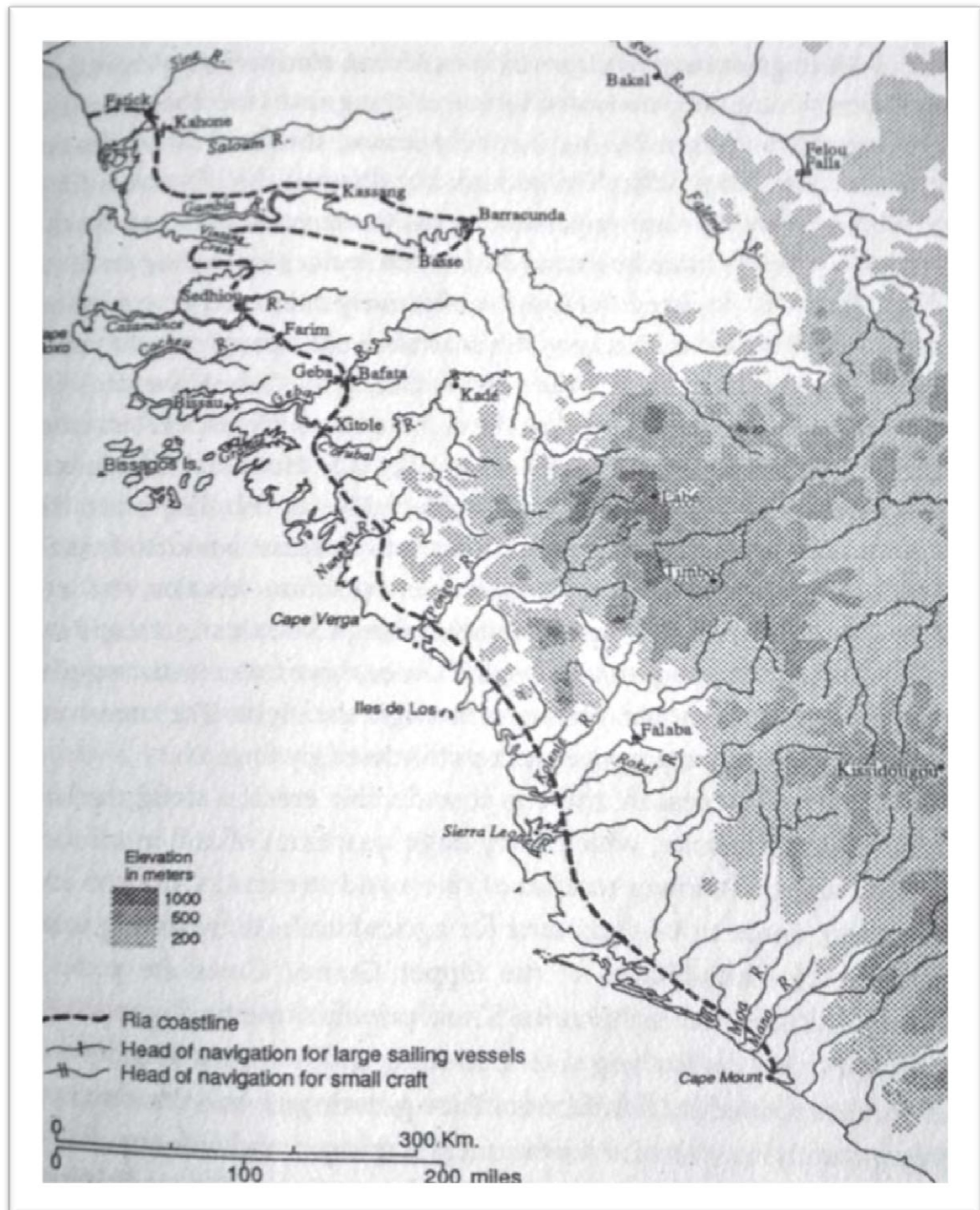
<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 75

<sup>208</sup> Cf. Medinaa Ly-Talla, «O Declínio ...» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, *ob. cit.*, vol. IV, p. 195.

## Mapa 2

### Regiões de comércio português nos “rios da Guiné”



Fonte: George E. Brooks, *Eurafricans in Western Africa*, Ohio: Ohio University Press, 2003, p. 11.

A Sul do rio Gâmbia, os Portugueses, aproveitando os vários rios que foram encontrando, tais como, São Domingos (Cacheu), Casamansa e Grande (Geba)<sup>209</sup>, vendiam os mesmos produtos, sobretudo cavalos, em troca de ouro, escravos, marfim, papagaios, algodão e gatos-de-algalia. Os cabos de Santa Maria e Roxo eram também portos de comercialização de equídeos; embora na documentação não aparecem indicados valores, partimos do princípio que fossem idênticos ao que se registavam nos rios Grande e Gâmbia, tendo em conta que eram zonas bastantes próximas umas das outras<sup>210</sup>. Na Serra Leoa não temos indicação de trato de cavalos. Valentim Fernandes afirma que os seus reis andavam a pé porque não tinham cavalgadura nenhuma<sup>211</sup>.

Este comércio permitia ao vários reinos mandigas e jalofos da costa assim como do interior receberem diretamente produtos manufaturados europeus, a um preço inferior ao praticado pelos intermediários árabes. Do seu lado, os portugueses recebiam o ouro maliano e o escravo praticamente na fonte, dispensando a mediação onerosa dos árabes e das cidades mediterrânicas assim como do pagamento de altos impostos cobrados por cada local de passagem e a consequente inflação da venda das ditas mercadorias na Europa.

Diogo Gomes foi outro comerciante, que ao serviço da Coroa portuguesa, se envolveu nos tratos da Guiné, realizando duas viagens à Guiné: a primeira em 1456 e a segunda anterior a 1460. É no contexto da sua segunda viagem aos «Rios da Guiné» que Diogo Gomes testemunha que era possível trocar douze negros por um cavalo<sup>212</sup>. Este mercador, que na sua viagem levava consigo dez cavalos para permutar por escravos, na terra dos Barbacins, encontrou com mais duas mercadores, Gonçalo Ferreira e António de Noli que semelhantemente levavam cavalos para trato. Diogo Gomes considerava que “Estes mercadores com suas caravelas fizeram muito dano aquele resgate, porque onde costumavam os mouros dar doze negros por um cavalo, a eles não davam mais de seis.”<sup>213</sup>. Como forma de reverter a situação e tirar partido daquela troca este convocou os capitães, a quem “[...] da parte do rei lhe dei sete negros por um cavalo” e depois revendeu cada cavalo aos africanos por quatorze e quinze negros.

---

<sup>209</sup> Os portugueses fixaram-se em número significativo na Casamansa, no Cacheu e no Rio Grande, sendo a sua principal base Toubaboudaga, próxima de Brikama (na atual Gâmbia), a capital de Massa Tamba.

<sup>210</sup> Ao sair do rio Gâmbia, seguia-se São Domingos e dobrando o cabo de Santa Maria (Sul do rio Gâmbia), indo pela costa, tanto a Norte como a Sul, chegava-se ao cabo Roxo.

<sup>211</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 102.

<sup>212</sup> Diogo Gomes, *ob. cit.*, p. 89.

<sup>213</sup> *Ibidem*.

**Tabela 1**  
**Correspondência cavalos/ escravos: 1455- 1460**

1455	Valentim Fernandes	1	15/14	-
1455	Luís de Cadamosto	1	15/12/10	-
1455	Valentim Fernandes	1	14	Rio Gâmbia, Rio Grande
1455-1460	Diogo Gomes	1	12	Terra dos Barbacins

Como se pode observar, existe nos registos uma variação constante de valores nas permutas e uma contínua desvalorização dos objetos que os africanos recebiam em troca. Tal foi nomeadamente o caso dos cavalos: um cavalo por 14/15 negros nos anos de 1455; um cavalo por 12 escravos entre 1455-1460 e a contínua desvalorização do cavalo como mercadoria, como demonstraremos ao longo do nosso trabalho. Esta flutuação constante resulta sobretudo da diminuição da raridade do produto.

As classes dirigentes africanas souberam utilizar a concorrência entre comerciantes cristãos e muçulmanos, ajustando a sua demanda de artigos às condições do mercado, ao controlarem o volume e os preços dos escravos, ou seja, a organização das trocas respeitava as normas africanas. Estes tinham pouco interesse em aceitar um comércio monopolizado por nenhuma nação europeia e controlavam totalmente o comércio de escravos, nomeadamente os preços. Muitas vezes, estes reservavam para si a compra de certos produtos como os cavalos e as armas de fogo.

Estamos perante reinos centralizados, familiarizados com a economia de mercado e que controlavam os seus produtos e mercados, impondo aos mercadores



portugueses o pagamento de impostos, as designadas *daxas*<sup>214</sup>, contudo, tendo em conta que era um comércio baseado na permuta de mercadorias, não existia um preço universal mas sim diversas unidades, variando do valor que era atribuído a cada mercadoria e as flutuações da oferta e da procura e nomeadamente de um reino para outro. A feitoria de Arguim era um mero depósito de mercadorias, cuja fundação visava sobretudo repelir os concorrentes e manter abertos os canais comerciais com os fornecedores locais a fim de garantir a continuidade das trocas.

Com a morte de D. Fernando, em 1460, o exclusivo das navegações a Sul do Bojador transitou para a Coroa. Se nesta altura, os Descobrimentos conheceram uma paragem significativa, o mesmo já não se pode afirmar em relação ao comércio africano, controlando cada vez pela Coroa. Nesta lógica centralizadora, visto que muitos “comprão cavallos e os embracão para a Guinee [...] sem os tais cavallos pagarem sisa alguma”, que o rei ordenou que todos os cavalos que fossem levados do Reino para a Guiné pagassem sisa, sem privilégios a ninguém, inclusive o seu próprio irmão<sup>215</sup>.

Apesar da contínua desvalorização do cavalo, o seu comércio continuou intenso até o fim do século XVI, segundo nos informa André Alvares de Almada<sup>216</sup>. Continuavam a ser os grandes senhores e a aristocracia local entre o rio Senegal e Gâmbia a apostarem no grande consumo destes animais que seriam utilizados como forma de estes demonstrarem o seu estatuto social.

O crescente envolvimento dos Africanos como fornecedores de mercadorias no comércio europeu contribuiu para transformação política de muitas sociedades africanas, especialmente no que diz respeito à emergência e consolidação de novos regimes centralizados do Senegal entre o rio Senegal e o Norte do rio Gâmbia. Os reinos vassallos da costa à medida que foram adquirindo riqueza e meios independentes, pela transformação da captura de cativos em uma atividade corriqueira e sistemática, passaram a rejeitar a autoridade do Grão-Jalofo e do Imperador de Mali, tornando-se, obviamente, cada vez mais independentes. Muitos dos povos que habitavam no interior

---

<sup>214</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 83.

<sup>215</sup> Alvará estipulando o pagamento de sisa sobre os cavalos que fossem levados para a Guiné, 28 de março de 1462, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 38, pp. 116-117. «[...] mandamos que daqui em diante de todolos cavallos que se embarcarem e levar para as partes de Guinne se pague sisa direita, e disto nos ne o iffante dom Fernando meu muito prezado e aado irmão, nem outra pesoa de qualuquer stado e condição não seja dello escusado [...]».

<sup>216</sup> André Alvares de Almada, *ob. cit.*

dirigiram-se para costa à medida que cresciam as oportunidades comerciais com os Portugueses<sup>217</sup>.

Em relação ao trato do algodão, embora não tenhamos registos mais específicos, existe indicação de que os Portugueses, ao se aperceberem da importância dos panos nos rios da Guiné, usaram este facto a seu favor e que, partir de 1450, similarmente, compravam panos de algodão na foz do rio Gâmbia para os permutarem noutros rios da mesma área<sup>218</sup> e anil no rio Nuno, que era comercializado nos rios Gâmbia e São Domingos. Feito com base em contratos verbais, grandes são as lacunas documentais, que existem sobre este negócio. Aproveitando as feiras, os Portugueses integraram-se no antigo circuito de comércio inter-regional: compravam algodão nos rios de S. Domingos (Cacheu), Âncoras (Mansoa) e Grande (Geba) para revendê-lo no rio Senegal e em Arguim.

Nessa nova dinâmica transcontinental formada por uma complexa interconexão de rotas marítimas, terrestres e fluviais, Portugal firmou-se, na Europa, como o grande centro das trocas. Lisboa era o porto pela qual os bens e as mercadorias chegavam à Europa. Portugal desempenhou um papel preponderante desde o século XV na reorganização da economia mundial e assegurou o seu espaço nesse novo cenário. A esta conjuntura veio juntar o arquipélago de Cabo Verde, descoberto entre 1460 e 1462, dando um novo alento a estas conexões atlânticas sociopolíticas e mercantis. Até o século XVI, em relação às outras nações europeias, Portugal monopolizou o tráfico negreiro na região da Senegâmbia.

---

<sup>217</sup> Cf. Ives Person, «Os povos ...» in *História Geral de África- África do século XII ao XVI*, ob. cit., vol. IV, 2ªed., pp. 349-352.

<sup>218</sup> Valentim Fernandes, ob. cit., p. 74.

### Capítulo III

#### Desenvolvimento agropecuário em Cabo Verde

A atividade agropecuária esteve presente em Cabo Verde desde o início da colonização, contribuindo para a ocupação e aproveitamento do solo. Concentrando-se inicialmente em Santiago, esta atividade chegou até à ilha do Fogo ainda nos finais do século XV, sempre na esteira da colonização. Através de uma política de incentivos a nível comercial, o arquipélago prosperou pela intermediação no trato com a costa da Guiné e o estímulo dado à agricultura e a pecuária visava, primordialmente, abastecer as rotas deste tráfico, principalmente a partir de 1472, em que os vizinhos de Santiago só podiam utilizar naquele trato produtos naturais do arquipélago.

Fosse através de concessões de terras ou de isenções fiscais, colonos vindos de Portugal e das ilhas atlânticas dedicaram-se ao cultivo e produção de algodão e a criação de cavalos, dando impulso à ocupação destas duas ilhas. Neste capítulo, pretendemos estudar a criação de cavalos e a cultura do algodão nas ilhas de Cabo Verde, desde a sua introdução até 1535, assim como o regime fundiário subjacente e os níveis de produção.

### 3.1 – Introdução e incremento da atividade agropecuária em Cabo Verde

No domínio da conquista e da colonização portuguesa, a ocupação e domínio dos espaços, a submissão das pessoas e a exploração das riquezas naturais faziam parte do interesse português no atendimento das carências de ouro e da prata na Europa<sup>219</sup>, adaptando métodos diversos consoante as características das regiões e os pressupostos económicos subjacentes. Seguindo esta linha, em Cabo Verde, a definição de uma estrutura económica, no princípio, visou, por um lado, a salvaguarda da subsistência, que procede o intento da criação de riqueza para exportação, tal como aconteceu nas outras ilhas atlânticas.

Por isso, as cartas de doação, 1460 e 1462, instrumentos jurídicos pelos quais as ilhas foram entregues ao donatário, D. Fernando, com o pressuposto de estimular o povoamento, o aproveitamento agrícola e o estabelecimento de um entreposto marítimo e comercial, aspetos sublinhados por António Vasconcelos Saldanha, ao afirmar, que a doações não devem ser encaradas apenas como uma forma de recompensa dada pelos reis, mas, similarmente, como uma estratégia de exploração económica e de ocupação política e religiosa de um determinado território<sup>220</sup>. Aliás, a documentação é suficientemente clara: D. Afonso V, na sua carta de doação, entregou as ilhas perpetuamente ao Infante D. Fernando, com todas as rendas e direitos<sup>221</sup>. Em qualquer caso, desde 1460 o senhorio das ilhas pertencia ao Infante D. Fernando e o seu espiritual à Ordem de Cristo<sup>222</sup>, de que o dito Infante era governador.

Quanto ao resto, o reforço do “exclusivo” sobre todos os recursos naturais colocava a natureza a serviço do Infante D. Fernando, explicitando a dominação/exploração como podemos ler nas passagens da carta de doação entregue ao

---

<sup>219</sup> Cf. Carlos Riley, «Ilhas Atlânticas e costa Africana» in *História da Expansão Portuguesa-A Formação do Império (1415-1570)*, ob. cit., pp. 154-155.

<sup>220</sup> Cf. António Vasconcelos Saldanha, *As Capitânias - o Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1992, pp. 61-64.

<sup>221</sup> Carta régia de doação régia das ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando, 19 de setembro de 1462, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, ob. cit., doc. 38, pp. 107-108.

<sup>222</sup> Carta de doação da temporalidade e espiritualidade das ilhas de Cabo Verde à Ordem de Cristo, 18 de setembro de 1460, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, pp. 13-14.

dito Infante, assim como a capacidade para impor aos moradores qualquer tributo<sup>223</sup>. Utilizando como instrumento político as doações em regime de sesmarias a Coroa portuguesa definiu desde cedo a forma de apropriação fundiária do arquipélago, sendo consideradas sesmarias terras descobertas mas não ocupadas economicamente<sup>224</sup> e que o donatário doava a particulares para exploração agrícola, ou seja, território entregue a terceiros para colonização com a anuência da Coroa portuguesa.

Com a criação das capitanias-donatarias a competência de distribuição de terras, assim como as outras prerrogativas, foram transferidas do donatário para os seus capitães<sup>225</sup>. Na época em estudo, não havia delimitação da extensão das terras a serem doadas, contudo, como nos esclarece Maria Cordeiro Neves, tanto a área territorial onde incidia o poder senhorial, com as que se doavam como sesmarias, tinham que ser precisas de modo a evitar colisões/ sobreposições com a delimitação geográfica e jurisdicional do município<sup>226</sup> que, entretanto surgiu no arquipélago, nos finais de quatrocentos<sup>227</sup>, consoante o acréscimo do povoamento e a necessidade de organização das comunidades. As terras privadas, vales das ribeiras, matos e locais de pastagem também não estavam incluídas no sistema de sesmarias.

Comummente, em função da impossibilidade de muitos moradores ocuparem e aproveitarem as terras no prazo de cinco anos, como definiam as Ordenações do Reino<sup>228</sup>, muitos eram os que ficavam excluídos desta prerrogativa por não terem os meios económicos necessários para cumprirem as obrigações estipuladas. Foram, provavelmente, os capitães do donatários, os primeiros a serem beneficiados com terras mediante aquele regime na ilha de Santiago.

---

<sup>223</sup> Carta régia de doação régia das ilhas de Cabo Ver ao Infante D. Fernando, 19 de setembro de 1462, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, *ob. cit.*, doc. 38, pp. 107-108.

<sup>224</sup> A Lei das Sesmarias foi uma legislação do reinado de Fernando I de Portugal (1345-1383). Foi promulgada em Santarém a 28 de maio de 1375. Sobre este assunto veja-se «Sesmarias, Lei das» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. V, Porto, ed. Figueirinhas, 1984, pp. 543-544.

<sup>225</sup> Carta de doação régia da capitania de Alcatrazes, Santiago, a Rodrigo Afonso, 14 de janeiro de 1485, confirmado a 8 de outubro de 1496, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, doc. 17, pp. 51-54. Os capitães do donatário só podiam distribuir as terras situadas na área que lhes estava distribuída, pelo que a posse da capitania não implica necessariamente a posse efetiva de toda a terra.

<sup>226</sup> Cf. Maria Teresa Avelino Cordeiro Neves, *O município nas ilhas de Cabo Verde, séculos XV a XVIII*, dissertação de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 58-59.

<sup>227</sup> O primeiro documento que nos dá conta do estabelecimento da Câmara no espaço cabo-verdiano é de 1497. Carta régia regimentando a arrecadação e administração dos bens de pessoas falecidas na ilha de Santiago, sem herança ou herdeiros, 30 de junho de 1497, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, pp. 109-111.

<sup>228</sup> ANTT, *Ordenações Manuelinas*, liv. IV, tit. LXVII; fl. 3, p. 166. “E em qualquer caso, que os Sefmeiros dem algúas Sefmarias, affinem fempre tempo aos que as de-rem, ao mais de cinco annos, e di per baixo, fegundo a qualidade das Sefmarias”.

Pelas leis do Reino, era numa carta de foral, concedida aos moradores pelo donatário, que devia constar os regulamentos referentes aos tributos e impostos a que a população estava sujeita, assim como os referentes às doações de terras. No entanto, em Cabo Verde, embora haja referência da sua existência na documentação, não encontramos nenhuma carta de foral. Tendo em conta que o modelo madeirense serviu de base às cartas de constituição das capitânias cabo-verdianas<sup>229</sup>, a doação de terras em regime de sesmaria deve ter seguido igualmente o regime aplicado naquela ilha. Se assim foi, então, a respetiva carta de doação devia ser lavrada pelo escrivão do almoxarifado, na presença do capitão e do almoxarife. No documento deveriam constar os seguintes dados: as condições gerais que regulavam esse tipo de concessão, as confrontações, extensão e qualidade do terreno, capacidade de produção e o tipo de cultura própria, bem como o prazo do seu aproveitamento<sup>230</sup>.

Após cumprir as cláusulas e o prazo estabelecidos, caso o sesmeiro aproveitasse efetivamente da terra, adquiria a sua posse plena, podendo então vender ou doar<sup>231</sup>. Caso os proprietários falecessem sem testamento ou herdeiros conhecidos, os terrenos, como bens de raiz, eram entregues ao Hospital da Ribeira Grande<sup>232</sup>, do qual, o recebedor do dito hospital tinha a prerrogativa de despender as rendas que os ditos bens rendiam, contudo, só após terem passado um ano da morte do dono<sup>233</sup>. Cabia ao corregedor a superintendência das tais fazendas, assim como a manutenção do hospital<sup>234</sup>, pelo menos, até a criação da Provedoria dos Defuntos<sup>235</sup>.

Como contrapartida, era exigida ao sesmeiro o pagamento do dízimo, o tributo lançado sobre os frutos da terra (agrícola e pecuário), à Ordem de Cristo, o que na prática traduzia em pagamento ao próprio Infante D. Fernando, como governador daquela Ordem. Era sobre esta renda que recaía a redízima, imposto que por direito pertencia aos capitães<sup>236</sup>. Estava-se, todavia, perante um espaço insular sem nenhuma

<sup>229</sup> *Monumenta Missionária Africana (1500-1560) (MMA)*, ob.cit., 2ª série, vol. II, nota de rodapé, p. 381.

<sup>230</sup> Cf. António Vasconcelos Saldanha, ob. cit., pp. 195-200.

<sup>231</sup> Carta de doação régia da capitania de Alcatrazes, Santiago, a Rodrigo Afonso, 14 de janeiro de 1485, confirmado a 8 de outubro de 1496, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, doc. 17, pp. 51-54.

<sup>232</sup> Carta régia regimentando a arrecadação e administração dos bens de pessoas falecidas na ilha de Santiago, sem herança ou herdeiros, 30 de junho de 1497, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, pp. 109-111.

<sup>233</sup> *Ibidem*.

<sup>234</sup> Carta do corregedor de Santiago, Pero Guimarães, dirigida ao rei, informando o exercício de suas funções, 22 de maio de 1513, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, doc. 80, pp. 219-223.

<sup>235</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 41, fl. 62 vº, 10 de abril de 1529. Neste documento António Pires aparece como tesoureiro e provedor dos defuntos de Santiago.

<sup>236</sup> Carta de doação régia da capitania de Alcatrazes, Santiago, a Rodrigo Afonso, 14 de janeiro de 1485, confirmado a 8 de outubro de 1496, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, doc. 17, pp. 51-54.

base económica interna passível de ser tributada, pois, os povoadores que para lá se dirigiram, de olhos postos apenas no comércio, como veremos, não investiam na terra.

Neste primeiro plano, vale apenas salientar que os senhores da Casa Viseu-Beja detiveram o domínio sobre Cabo Verde até 1495, quando o duque D. Manuel subiu ao trono, por morte, sem herdeiro direto, de D. João II<sup>237</sup>. As ilhas deixaram de ser propriedade de um senhor e passaram a ser a terra de um rei, possibilitando a intervenção direta da Coroa nos assuntos do arquipélago, sobretudo, nas matérias de justiça, fazenda e da guerra, contudo com pouca evidência, visto que, como já afirmamos, a Coroa portuguesa tinha falta de agentes e de meios.

O malogro deste modelo inicial de colonização foi resultado da falta de recursos nas ilhas. É que o povoamento do território recém-descoberto pela metrópole lusitana enfrentava uma série de dificuldades (já mencionados no primeiro capítulo) que, à primeira vista, pareciam incontornáveis. Impunha-se, assim, a reformulação dos instrumentos de governo e de comércio de modo a atrair moradores para o território. Recorreu-se a um subterfúgio já utilizado em outros espaços: a concessão de benefícios e isenções fiscais a nível comercial, traduzido na carta régia de 1466. Correndo o risco de se repetitiva, não se pode negar a importância desse elemento para compreender a ocupação do território de arquipélago nos séculos XV e XVI.

Nestas circunstâncias, a predominância do tráfico de escravos que nos séculos XV/XVI sustentou a prosperidade económica do arquipélago, constitui principalmente uma característica da ilha de Santiago, mais correlacionado com o desenvolvimento do comércio. O interesse da Coroa portuguesa era somente o povoamento de Santiago de modo a garantir a soberania no território, dada a impossibilidade de ter uma base fixa nos mercados situados entre o rio Senegal e a Serra Leoa.

Centrada essencialmente na ilha de Santiago, mais precisamente no porto da Ribeira Grande, o povoamento realizou-se, assim, em função de um espaço que lhe era exterior, assim como a organização económica-administrativa, na medida que os rendimentos resultavam dos ónus alfandegários (o quarto e a vintena) sobre os escravos transportados da costa da Guiné pelos vizinhos de Santiago.

---

<sup>237</sup> Cf. André Teixeira, «A administração das ilhas» in *Nova História da Expansão Portuguesa-A Colonização Atlântica*, ob. cit., vol. III, tomo 2, p. 31.

Por certo, a ilha de Santiago já vinha sendo povoada deste 1462, aquando da doação das ilhas ao Infante D. Fernando<sup>238</sup> e, com carácter mais efetivo a partir da publicação da carta de privilégios de 1466, contudo, continuava a ser um povoamento mercantil, com carácter provisório, por grupos que vinham na ilha de Santiago um mercado de lucro rápido e não um território de assentamento. A ocupação do espaço rural, quer com colonos, quer com atividades produtivas, nomeadamente, a agropecuária era muito frágil.

Os bens produzidos destinavam-se essencialmente à subsistência dos poucos moradores que existiam nas ilhas de Santiago. Somente a urzela<sup>239</sup>, uma das produções naturais vegetais das ilhas, era alvo de algum comércio, como podemos constar pela concessão do privilégio do seu trato a dois castelhanos, João e Pedro de Lugo, em 1469<sup>240</sup>, porém, o seu verdadeiro aproveitamento económico dar-se-á somente no século XVIII<sup>241</sup>. Existem também algumas referências sobre o comércio de sangue-de-drago, notando Valentim Fernandes a sua presença nas ilhas de São Nicolau e Santo Antão<sup>242</sup>. De facto, até cerca da década de 1520, pela predominância de géneros alimentares<sup>243</sup> na lista de mercadorias importadas da Península Ibérica para consumo em Santiago<sup>244</sup>, constatamos, que os níveis de produção interna, em Cabo Verde, eram pouco relevantes, comparativamente aos lucros resultantes do tráfico de escravos<sup>245</sup>.

Com a publicação da carta régia de 1472 ocorreu a grande mutação do tecido social-económico em Cabo Verde, uma vez que neste período a colonização tomou

<sup>238</sup> D. Fernando, como donatário, adaptando nos traços essenciais o mesmo modelo que havia sido estabelecido para os arquipélagos anteriormente descobertos, deveria ter enviado colonos, sementes, animais e tudo o que fosse necessário à criação de infraestruturas que garantissem a sobrevivência dos povoadores, uma vez que o arquipélago era deserto. Ângela Domingues, «Administração ...» in *HGCV*, vol. I, *ob. cit.*, p. 44.

<sup>239</sup> Sobre a importância da urzela em Cabo Verde veja-se os estudos de António Carreira sobre este líquen: «A urzela e o Pano de Vestir- Dois produtos de Exportação das ilhas de Cabo Verde» in *Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde*, Série de Ciências Humanas, Praia, 1973, vol. I, nº 1, pp. 3-35; *Estudos da Economia Caboverdiana*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1982, pp. 9-235.

<sup>240</sup> Carta régia de privilégio de comércio da urzela atribuída a João e Pedro de Lugo, 30 de setembro de 1469, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, doc. 5, pp. 23-24.

<sup>241</sup> Cf. André Teixeira, «A economia ....» in *Nova História da Expansão Portuguesa-A Expansão Atlântica*, *ob. cit.*, vol. III, tomo 2, p. 121.

<sup>242</sup> *Ibidem*, pp. 125-126.

<sup>243</sup> Sobre a dieta alimentar seguida pelos habitantes de Cabo Verde nos séculos XV e XVI veja-se Maria Manuel Ferraz Torrão, *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas Ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.

<sup>244</sup> *Livro de Receita e Rendas das Ilhas de Cabo Verde, 1513-1516*, publicada in *HGCV-CD*, vol. II, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direção Geral do Património de Cabo Verde, 1990.

<sup>245</sup> Cf. Zelinda Cohen, «Subsídios para a história geral de Cabo Verde: os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas reais das ilhas de Cabo Verde» in *Stvdia*, nº 53, Lisboa, 1994, pp. 317-364. Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, *Tráfico...*, *ob. cit.*, pp. 282-284.



novo alento, ao conseguir ligar o mercador à terra, como proprietário rural e, ao exigir que os escravos oriundos da costa, não fossem utilizados apenas como mercadoria de trato, para passarem a ter interesse como mão de obra “pera seus serviços e ser aazo pera sua melhor viuenda e boa pouoraçam”<sup>246</sup>.

Esta carta régia tinha um papel duplo. Por um lado, era uma forma de resolver a situação conflitual existente entre Fernão Gomes e os vizinhos de Santiago. Por outro lado, visava estimular o povoamento efetivo da ilha de Santiago, em contraponto ao pontual e sazonal que existia até aquele momento, e concomitante a organização do espaço com vista uma valorização económica, através da instalação de unidades produtivas, ao comportar uma cláusula que obrigava os moradores de Santiago a utilizarem nas trocas com o continente fronteiro apenas mercadorias locais<sup>247</sup>.

Assim, a partir de 1472 o setor agropecuário reforçou-se e desenvolveu-se, vocacionado essencialmente para o comércio com o continente fronteiro, em que se destacavam o cavalo e o algodão como produtos dominantes, embora não exclusivos. Como afirma António Correia e Silva não se tratava de “uma monocultura agrícola típica”, contudo, os géneros não detinham todos a mesma importância económica<sup>248</sup>; o cavalo e o algodão, sendo as mercadorias que detinham maior procura na costa africana foram as mais desenvolvidas, embora, não tenham excluído a plantação de outras culturas, adequadas à diferenciação dos solos e à salvaguarda da subsistência.

Embora, omissa a nível documental, temos que considerar que os cavalos foram introduzidos em Santiago, juntamente com o resto dos outros animais e sementes dos principais víveres, pelos primeiros colonizadores, expediente bastante comum de ocupação e já praticada em outras ilhas atlânticas. Normalmente, após a descoberta, o lançamento destes itens constituiu um importante expediente de ocupação, além de um excelente meio de averiguação da fertilidade da terra. O cavalo não fazia parte dos animais essenciais para alimentação, mas, era relevante, como meio de transporte.

Em relação ao algodão, a possível existência autóctone desta fibra a quando da descoberta de Cabo Verde, apesar de ainda ser bastante controversa, não é de todo excluída por António Correia e Silva<sup>249</sup> e Maria Manuel Ferraz Torrão<sup>250</sup>, que,

---

<sup>246</sup> Carta régia limitando os privilégios concedidos em 12 de junho de 1466 aos moradores de Santiago, 8 de fevereiro de 1472, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 6, pp. 25-28.

<sup>247</sup> *Ibidem*.

<sup>248</sup> Cf. António Correia e Silva, «Espaço, ecologia e economia interna» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ªed., p. 188. Complementarmente desenvolviam-se outras atividades agrícolas, como a cana-de-açúcar, diversas frutas, produtos hortícolas e milho, e pecuárias (bovinos, caprinos e seus derivados).

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 185.

apoiando-se não só no texto de Barcelos como também nos de Valentim Fernandes e Duarte Pacheco Pereira, afirmam tal facto ser possível. Por outro lado, dados botânicos, reforçam ainda mais as nossas incertezas. Maria Cristina Reis de Lima Duarte, que fez um estudo sobre a flora original do arquipélago, chama atenção para o facto de existir registos de apenas duas espécies de algodão em Santiago, *Gossypium barbadense* e *Gossypium hirsutum*<sup>251</sup>. Estas são originárias da América Tropical, descoberta ao longo do século XVI, o que tornava impossível a sua transposição daquele território para as ilhas de Cabo Verde nos finais do século XV. Baseando neste facto, a mesma autora, declara ser possível a existência desta fibra de forma autóctone nas ilhas<sup>252</sup>.

Da espécie africana, *Gossypium anomalum* subespécie *senarensis*, só existe registo da sua presença na ilha de Santo Antão. Também devemos ter em conta que quase toda a vegetação original do arquipélago foi totalmente destruída ou alterada e uma alta proporção da flora contemporânea cabo-verdiana foi deliberada ou acidentalmente introduzida pelo homem, ou seja, o facto de atualmente não existirem registo da espécie do algodão africano na ilha de Santiago não quer dizer que esta fibra não estivesse aí presente. Analisados todos os factos, aparecem três hipóteses: a primeira é que o algodoeiro era uma planta nativa de Santiago ou então, esta seria a segunda opção, foi introduzido pelos primeiros africanos que foram enviados para Cabo Verde e com o tempo foi substituído pela espécie da América Tropical. Nos tendemos a defender uma junção destas duas ideias: a existência de uma espécie autóctone de algodão e, posteriormente, a introdução de outras espécies, passando todas a ser cultivadas em conjunto.

A eficácia da atividade agropecuária na ilha de Santiago deveu-se em parte à adaptabilidade de algodão e cavalo às condições dos solos da ilha e a existência de recursos naturais, pasto e água. Enfatizando as características climáticas, temos a afirmar que, na época, havia maior abundância de recursos hídricos no arquipélago e, consequentemente, as terras eram mais férteis. Esta era, entre as demais ilhas, aquela que estava, em termos ecológicos, mais apta para a prática desta atividade. A vegetação

---

<sup>250</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, *Tráfico ...*, ob. cit., p. 76.

<sup>251</sup> Cf. Maria Cristina Reis de Lima Duarte, *A vegetação de Santiago (Cabo Verde), Apontamento histórico, composição florística e interpretação ecológica das comunidades*, dissertação de doutoramento em Engenharia Agronómica, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1998, p. 56.

<sup>252</sup> *Ibidem*.

herbácea era relativamente abundante na “estação das chuvas”<sup>253</sup>, como podemos deduzir da seguinte informação de Diogo Gomes, referente ao achamento de Santiago: “E ali também vimos muito feno”<sup>254</sup>, tendo este navegador chegado em Santiago entre os meses de agosto a outubro, altura que ainda na atualidade, é impressionante o espetáculo do reflorestação do solo após a queda das primeiras chuvas.

À farta pastagem que tanto impressionou Diogo Gomes, adicionam-se as ribeiras de água doce<sup>255</sup>, também descritas nos relatos de viagens dos séculos XV e XVI, que com o tempo, consequência da contínua desertificação, foram-se extinguindo. Não podemos negar a importância destes dois fatores, pasto e água, no desenvolvimento da atividade agropecuária. Nas situações mais favoráveis, nomeadamente, no interior montanhoso, perto das ribeiras, podiam-se observar núcleos de savana-bosque, revestindo vales e outras depressões, mais extensos nas vertentes expostas aos alísios de nordeste e acima dos 300 m de altitude.

Aqui realçamos a dependência dos pastos das chuvas e da humidade, porque em contraponto ao interior, de maior altitude devidos aos dois cumes montanhosos que aí existem (Serra da Malagueta e Pico de António Genovês), a cintura litorânea e baixa é parcamente povoada de herbáceas anuais, tendendo a desaparecer na “estação seca”<sup>256</sup>. A cultura do algodão ocupava as terras de sequeiro, dos andares semiáridos e húmido, mais precisamente nas zonas médias e altas do Nordeste da ilha<sup>257</sup>. As zonas rasteiras, «as achadas», nos meses de chuva, devido ao crescimento de pastagens áridas ou semiáridas, tornavam-se espaços complementares de pastagem e criação intensiva de cavalos, cabras e vacas<sup>258</sup>.

A progressiva generalização do seu uso de vestimenta de algodão nos «Rios da Guiné» e, conseqüentemente, a crescente procura do algodão nos mercados africanos foi um fator decisivo para o aumento da sua produção em Cabo Verde. Assim, para garantir o regular reabastecimento dos “Rios da Guiné”, os moradores de Santiago estenderam a produção desta fibra para a ilha de Fogo. Embora secundária e marginal às rotas de comercialização do escravo africano, a posição da ilha do Fogo conferiu-lhe, durante o

---

<sup>253</sup> Em Cabo Verde são identificados apenas duas estações, a “estação das chuvas” que decorre de agosto a outubro e a “estação seca” que abrange os meses de novembro a julho.

<sup>254</sup> Diogo Gomes, *ob. cit.*, p. 91.

<sup>255</sup> *Ibidem*; Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 157.

<sup>256</sup> Cf. Maria Cristina Reis de Lima Duarte, *ob. cit.*, pp. 65-79.

<sup>257</sup> Essencialmente vales abertos semi-húmidos e húmidos.

<sup>258</sup> *Ibidem*. Cf. André Teixeira, «A sociedade ... » in *Nova História da Expansão Portuguesa- A expansão Atlântica*, *ob. cit.*, vol. III, tomo 2, pp. 201-202. Cf. António Correia e Silva, «Espaço, ....» in *HGCV*, *ob. cit.*, vol. I, p. 194.

século XVI, condições excepcionais de produção do algodão. Concludentemente, entre 1480 e 1493, esta ilha recebeu os primeiros povoadores<sup>259</sup> que aí adquiriram terrenos em regime de sesmaria, visto que em 1493, Fernão Gomes<sup>260</sup> já aparece na documentação como o seu capitão e com prerrogativas idênticas às dos capitães de Santiago, entre os quais a entrega de terras em regime de sesmaria e o usufruto de 10% de renda, a redizima, sobre os bens produzidos na área da capitania.

Não temos nenhuma indicação documental que nos permita saber se esta planta já existia de forma autóctone na ilha do Fogo. Se a resposta esta questão for não, então é provável que tenham sido os seus primeiros povoadores a introduzir aí esta fibra, pois, só depois de existir certeza de altas produções de algodão havia garantias de sucesso para se iniciar a cobrança de tributos sobre o mesmo e a deslocação de pessoas e construção de propriedades fundiárias com vista a desenvolver aquela atividade. Antes de mais era necessário garantir uma safra viável.

Diferente de Santiago onde se praticou pecuária e a agricultura, no Fogo predominou a cultura do algodão, passando esta ilha a ser, no arquipélago, o principal centro produtor daquela fibra. Foi a lógica do mercado que comandou e intensificou, a partir da expansão do mercantilismo europeu, a transferência para o Fogo daquela cultura. Esta ilha era mais acessível, em relação a algumas regiões do interior de Santiago e das outras ilhas, o que possibilitava um fácil intercâmbio com a cidade de Ribeira Grande e com os mercados dos «Rios da Guiné» e um menor dispêndio de tempo e dinheiro no transporte e comercialização de mercadorias.

No Fogo, as ribeiras eram menos expressivas que em Santiago, logo o seu solo não podia ser tão fértil como o da outra ilha, mas, a ação dos ventos dominantes (alísios) permitia a formação de nevoeiros e orvalhadas, particularmente benéficas para cultura desta fibra<sup>261</sup>, não tão exigente em termos de irrigação como, por exemplo, a cana-de-açúcar. Nesta ilha, a cultura de algodão era praticada nas achadas e encostas húmidas situados tanto a Sul como a Norte. A criação de gado, mencionada por Valentim Fernandes, era feita nas terras de menor vocação agrícola, as *maninhas* e

---

<sup>259</sup> A propósito da colonização desta ilha veja-se Zelinda Cohen, «Algumas Reflexões sobre a Colonização da Ilha do Fogo» in *Magma*, nº 5/6, Mindelo, 1990, pp. 27-30.

<sup>260</sup> Lista de objetos que foram entregues para as igrejas das ilhas de Santiago e Fogo, [ant. 3 de março de 1493], publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 31, pp. 81-82.

<sup>261</sup> Os ventos chocam nestas barreiras naturais, são obrigados a subir, dando-se o arrefecimento das massas de ar, o que provoca humidade.

*montados*, situados sobretudo no Sul da ilha, mas, não detinha a nível comercial o mesmo peso que o algodão, sendo apenas uma atividade subsidiária<sup>262</sup>.

António Correia e Silva, Francisco Aimara Carvalho Ribeiro, André Teixeira e Cláudio Furtado, ressaltam que o modelo de propriedade derivava da lógica de ocupação dos espaços para a agropecuária, formando propriedades descontínuas, pluriculturais, “sendo dispersas ao longo das várias ribeiras e produzindo diversos produtos (algodão, cana-de-açúcar, milho, entre outros)”<sup>263</sup>. Desta forma, os territórios doados aos colonos podem ser entendidos como grandes explorações, no entanto, fragmentados para efeitos produtivos. Estamos, assim, perante amplas propriedades integradas por múltiplas unidades de produção e exploração, cuja coerência, em termos económicos, advém-lhes de encontrarem-se submetidas a um mesmo proprietário<sup>264</sup>.

A nobreza que, nos séculos XV e XVI, se ocupava do aproveitamento económico de ambas as ilhas, movida de um espírito empresarial, explorou as terras com uma grande racionalidade, explorando-as de acordo com as possibilidades de produtividade. Também, podemos concluir que no século XVI, a propriedade foi-se concentrando na mão dum cada vez menor número de colonos. Assim, podemos falar de um pequeno grupo social formado por grandes proprietários, constituindo o núcleo das linhagens nobres que enraizaram-se no novo espaço insular.

Além de António de Noli e Diogo Afonso e seus herdeiros diretos, Baltasar Correia, Gomes Balieiro, João Alemão, Álvaro Rodrigues de Gouveia, Fernão Melo, Sebastião Pires, Álvaro Eanes de Santa Ana, João Vidão, Gaspar Falcão, Álvaro Dias, foram alguns dos homens que tiveram sesmarias nas ilhas de Santiago. Alguns dos sesmeiros referidos faziam parte do grupo de “homens bons” elegíveis para servir a Câmara de Ribeira Grande, em 1512<sup>265</sup>, nomeadamente, João de Noli, filho de António de Noli, Francisco Martins, Rui Pereira e Fernão Mendes Vasconcelos. Por norma, a maior parte dos proprietários de Santiago, tinham também terras na ilha do Fogo. O capitão, Fernão

---

<sup>262</sup> Cf. António Leão Correia e Silva, «A sociedade agrária. Gentes das águas: senhores, escravos e foros» in *HGCV, ob. cit.*, vol. II, , p. 296.

<sup>263</sup> *Ibidem*, pp. 291-293; Cf. Cláudio Furtado, *A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1993, p. 89; Cf. Francisco Aimara Carvalho Ribeiro, «“ Terratenentes-mercadores”: tráfico e sociedade em Cabo Verde, séculos XV e XVI» in *IV Congresso Internacional de História*, Brasil, 2009, p. 3006.

<sup>264</sup> *Ibidem*.

<sup>265</sup> Carta dos oficiais da Câmara de Ribeira Grande dirigida ao secretário do Reino, António Carneiro, sobre as acusações feitas pelos rendeiros, 25 de outubro de 1512, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 77, pp. 213-214.

Gomes, Martim Mendes, Pero Saco, Rui Pereira, João de Lila, são outros proprietários rurais da ilha do Fogo<sup>266</sup>.

Além deste conjunto de propriedades agrícolas, as ilhas de Santiago e Fogo existiam outras pequenas explorações, situadas nas zonas periféricas. Situadas em áreas afastadas das ribeiras, estas terras teria menores capacidades para prática da agricultura e destinavam-se essencialmente a prover bens para o autoconsumo<sup>267</sup>. Deparamo-nos também em casos de compra e venda de terras. Pero Saco comprou uma fazenda a Martim Miguel<sup>268</sup>, tendo, contudo, anulado a venda «[...] por a assy comprar sendo ouvidor [...]»<sup>269</sup>. Estas terras eram trabalhadas por escravos, força principal de trabalho durante estes séculos, acelerando a miscigenação e a formação de um grupo social intermédio, o mestiço<sup>270</sup>.

Ta como outros historiadores que se debruçam sobre a história de Cabo Verde, André Teixeira, nos seus estudos, questiona a escolha a escolha da ilha do Fogo para o desenvolvimento da cultura do algodão. Este autor realça que as condições climáticas e naturais das ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Brava eram mais favoráveis para a produção daquela fibra, comprando-as com as do Fogo<sup>271</sup>. Nestas últimas ilhas, nas cristas montanhosas, a pluviosidade é relativamente elevada e havia numerosas nascentes que podiam ser aproveitadas para regadio do algodão. Em muitos pontos a água subterrânea está perto da superfície, sendo fácil a captação por meio de poços, não muito profundos<sup>272</sup>. Em seu desfavor contavam o facto de não ser possível construir bons portos nas suas costas por serem extramente escarpas e o facto da ilha do Fogo estar mais próxima da ilha de Santiago, mais precisamente do porto de Ribeira Grande<sup>273</sup>.

Entretanto, nas outras ilhas, a influência do isolamento a que foram remetidas determinou a diversificação da sua economia, dominado pela exploração do gado

---

<sup>266</sup> Cf. Iva Cabral, «O nascer ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 379-384.

<sup>267</sup> Cf. André Teixeira, «A economia ...» in *Nova História da Expansão Portuguesa-A expansão Atlântica, ob. cit.*, vol. III, tomo 2, p. 149.

<sup>268</sup> Carta do almoxarife da capitania de Ribeira Grande dirigida a Fernão Soares, sobre os atos ilícitos cometidos pelo anterior almoxarife Álvaro Dias, 11 de junho de 1515, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 95, p. 267.

<sup>269</sup> *Ibidem*.

<sup>270</sup> Cf. Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, p. 161.

<sup>271</sup> Cf. André Teixeira, *A ilha ..., o. cit.*, p. 96; Cf. Idem, «O povoamento ...» in *Nova História da Expansão Portuguesa-A expansão Atlântica, ob. cit.*, vol. III, tomo 2, pp. 17-18.

<sup>272</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, pp. 159- 161. Nas três ilhas citadas o autor regista a presença de muitas agoas e boas”.

<sup>273</sup> Cf. André Teixeira, «Povoamento...» in *Nova História da Expansão Portuguesa-A Colonização Atlântica, ob. cit.*, vol. III, tomo 2, pp. 17 e 21.

cabrum e vacuum. “Povoaroadas de cabra e nam de gente”<sup>274</sup>, esta foi a principal característica destas ilhas nos séculos XV e XVI. Com a reconversão do arquipélago para as mãos da Coroa, em 1495, a situação destas ilhas manteve-se inalterável. Foram doadas a vários senhores perspetivando a exploração de pecuária e o usufruto dos lucros desta atividade.

A ilha de São Nicolau foi doada ao conde de Portalegre, D. Diogo da Silva e Meneses para exploração do gado bravo<sup>275</sup>, assim como a Boavista, foi entregue a Rodrigo Afonso, em 1490, visando a exploração do gado bravo, com a condição de pagar o dízimo e o quarto das peles, do sebo e das carnes<sup>276</sup>. Em 1505, esta ilha foi doada a Pedro Correia, filho de Rodrigo Afonso, com direitos de exploração idênticos, mediante o pagamento do quarto e do dízimo<sup>277</sup>.

A ilha do Maio teve, identicamente, como capitão Rodrigo Afonso, provavelmente no mesmo ano em que este tornou-se capitão da ilha da Boavista<sup>278</sup>. Vendida a João Baptista com como todo o seu gado, algodões e outras benfeitorias, esta passou, após uma polémica com a Coroa sobre a sua posse, para as mãos de Egas Coelho e João Coelho, genros de João Baptista, que comprometiam-se a pagar o quarto e dízimo do gado vacuum e cabrum e o dízimo de outros rendimentos<sup>279</sup>. Em 1524, o novo capitão desta, o barão de Alvito, D. Diogo Lobo, afirmou que a ilha continuava despovoada e que única atividade rendível era a criação de gado cabrum e vacuum, sobre o qual recaia o quarto e o dízimo<sup>280</sup>.

Brava, Sal, Santa Luzia e os ilhéus Branco e Raso foram arrendadas em conjunto a Francisco da Fonseca por seis anos. Em 1509, seguiu novo arrendamento, com condição de pagamento de metade das peles, sebo e carne de gado que se matasse. O rendeiro usufruía da prerrogativa de realizar outras benfeitorias, entre os quais engenhos de limpar algodões, pagando o dízimo. Em 1518 e 1528, foi a vez de seus filhos

---

<sup>274</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 157.

<sup>275</sup> Carta de doação régia do gado bravo da ilha de São Nicolau ao conde de Portalegre, D. Diogo da Silva e Meneses, 30 de março de 1498, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 41, pp. 115-11.

<sup>276</sup> Carta de doação régia da ilha da Boavista a Rodrigo Afonso, 31 de maio de 1490, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 27, pp. 73-74.

<sup>277</sup> Carta de doação régia da ilha da Boavista a Pero Correia, 3 de janeiro de 1505, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 57, pp. 153-154.

<sup>278</sup> Carta de doação régia da ilha da Boavista a Rodrigo Afonso, 31 de maio de 1490, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 27, pp. 73-74.

<sup>279</sup> Carta régia de D. Manuel I, doando a ilha de Maio aos irmãos Egas e João Coelho, 10 de julho de 1504, publicada in *MMA (1500-1569), ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 4, pp. 10-12.

<sup>280</sup> Carta régia de Doação da ilha ao barão de Alvito, D. Diogo Lobo, 7 de junho de 1524, publicada in *MMA (1500-1569), ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 62, pp. 190-191.

usufruírem desta prerrogativa, ao ser-lhes confirmado o arrendamento da dita ilha<sup>281</sup>. Por fim, a ilha de Santo Antão foi comprada por João da Fonseca em 1504, passando, por ordem régia, a uma doação vitalícia ao filho, Pero da Fonseca, em 1527<sup>282</sup>. Nesta ilha a principal atividade era também a criação do gado, do qual o capitão pagava o quarto e o dízimo<sup>283</sup>.

Sendo que a proclamação do povoamento era um ato de responsabilização do novo donatário, os novos senhores destas ilhas promoveram atividades em que os esforços económicos financeiros e humanos eram mínimos, como a pecuária. Este modelo de atividade económica, marcado pela ausência da doação de terras em regime de sesmaria, pela concentração das terras e estruturas de produção na mão do donatário, não fomentava nenhum tipo de povoamento, nem a prática de exploração contínua da terra, pois o donatário reserva para si as melhores terras, além de os colonos não terem nenhuma garantia de posse efetiva dos terrenos que lhes eram destinados, podendo ser-lhes retirado a qualquer momento pelos donatários ou pelos seus representantes legais, os feitores.

Por consequência, nos capítulos seguintes ressalta na nossa análise a dominância das ilhas de Santiago e Fogo, que contrasta com a depreciação das outras ilhas, de colonização substancialmente mais tardia, muito embora, nas mesmas não exclui-se necessariamente a produção de algodão, mas, sem o peso económico e o nível de produtividade registados em Santiago e Fogo. Na carta régia de 1504<sup>284</sup>, referente à doação da ilha do Maio aos irmãos Coelho, já mencionada, há uma clara referência a algodões produzidos na dita ilha, contudo, a criação de gado conjugado com a exploração e a exportação do sal dominaram a economia desta ilha nos séculos XV e XVI.

Por sua vez, a tentativa de produção do algodão na ilha de Brava é atestada pelo arrendamento feito aos filhos de Francisco da Fonseca da ilha Brava com todas as benfeitorias, inclusive licença para semear algodão e utilizar “engenhos de limpar o dito

---

<sup>281</sup> Carta de mercê a Francisco da Fonseca, 10 de julho de 1509, confirmada em 17 de setembro de 1528, publicada in *PMA*, vol. V, dir. de Luís de Albuquerque (já falecido) e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, doc. 155, pp. 547-549.

<sup>282</sup> Listas de mercadorias recebidas por Rui Penteado, 1504, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 56, pp. 149-151. Cf. Artur Teodoro de Matos, «Diversidade e Complementaridade na Formação da Sociedade Colonial Caboverdiana. A Arqueologia da Sociedade de Santo Antão (1504-1732)» in *Em Louvor da Linguagem – Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, 2003, pp. 260-263.

<sup>283</sup> *Ibidem*.

<sup>284</sup> Carta régia de D. Manuel I, doando a ilha de Maio aos irmãos Egas e João Coelho, 10 de julho de 1504, publicada in *MMA (1500-1569)*, *ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 4, pp. 10-12.



allgodão”<sup>285</sup>, que tinham sido construídos anteriormente, quando Francisco da Fonseca ainda era arrendatário da mesma. Na verdade, os filhos solicitaram o arrendamento para si, alegando, que o pai tinha despendido dinheiro e feitos despesas na construção de tais engenhos<sup>286</sup>. Aqui parece mencionado pela primeira vez a existência de engenhos de limpar algodão e o dízimo a que estavam sujeitos.

A anterior especialização da ilha Brava na pecuária era incompatível com a produção desta fibra, tanto que o rei D. Manuel I, ciente desta realidade, concedeu a licença com a condição de que “ [...] em qualquer tempo que acharmos que a gente que tiver ocupada no negócio dos ditos engenhos faz dano ao gado da ilha então nós lhe poderemos tirar e pagar-lhes-ermos as despesas que se achar nelles [...]”<sup>287</sup>. Em 1513, temos outros indícios da existência de algodão na ilha da Brava com indicativo de exportação de um certa quantia desta fibra para Flandres<sup>288</sup>, porém, de modo geral, a produção desta fibra não atingiu níveis significativos.

Para Artur Teodoro de Matos na ilha de Santo Antão também existia, naquela época, um cultivo incipiente de algodão. Segundo este autor, em 1504, quando esta ilha foi comprada por João da Fonseca (confirmada depois a doação vitalícia), o donatário iniciou o povoamento da dita ilha ao transferir para lá animais e escravos, cuja mão de obra era utilizada na recolção da urzela e nas plantações de algodão e outras culturas<sup>289</sup>. Tarefa de povoamento que foi continuada pelo filho de João da Fonseca, Pedro de Sousa da Fonseca e, por seu neto, Gonçalo de Sousa da Fonseca.

André Teixeira, defende que nestas ilhas, as doações não implicavam necessariamente o povoamento, como foi imposto em Santiago, logo, os donatários, completamente absentistas, optaram pela atividade que lhes exigia o mínimo de custos, em detrimento da agricultura<sup>290</sup>. Continuando na perspetiva do mesmo autor, a ausência de habitantes, igualmente impossibilitava o desenvolvimento da atividade produtiva, “uma vez que bastava o trabalho das hortas domésticas para assegurar os bens alimentares indispensáveis. A ilha [São Nicolau]<sup>291</sup> destinava-se ao comércio dos

<sup>285</sup> Carta de mercê aos herdeiros de Francisco de Fonseca de arrendamento da ilha Brava com todas as benfeitorias. 10 de junho de 1509, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 67, pp. 183-185.

<sup>286</sup> Carta de mercê aos herdeiros de Francisco de Fonseca de arrendamento da ilha Brava com todas as benfeitorias, 10 de julho de 1509, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 67, pp. 183-185.

<sup>287</sup> *Ibidem*.

<sup>288</sup> Registo de partida do navio *Santa Maria da Conceição* do porto de Ribeira Grande, 12 de dezembro de 1515, publicada in *HGCV-CD ob. cit.*, vol. II, p. 280.

<sup>289</sup> Cf. Artur Teodoro de Matos, «Diversidade ...» in *Em Louvor...*, *ob. cit.*, pp. 263-265.

<sup>290</sup> Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A ilha ...*, *ob. cit.*, pp. 69 e 112.

<sup>291</sup> Situação que se aplica às restantes ilhas, com exceção de Santiago e Fogo.

produtos fornecidos pela criação de gado e recolção, a agricultura era apenas um complemento”<sup>292</sup>. Quanto à criação de cavalos não temos registos documentais, pelo que não podemos afirmar se houve ou não criação de cavalos nas outras ilhas, para além de Santiago.

Quando as ilhas de Cabo Verde tornaram-se novamente domínios da Coroa portuguesa, em 1495, da mesma forma, o imposto que era cobrado sobre a produção interna transitou para as mãos da Coroa<sup>293</sup>, cuja arrecadação, em Santiago e Fogo, ficou sobre a responsabilidade do Almoxarifado de Ribeira Grande<sup>294</sup>. Contudo, esta fase de percepção direta foi curta, recorrendo D. Manuel I consecutivamente ao arrendamento para a sua cobrança. Este modo indireto pelo qual o soberano recebia os seus tributos trazia-lhe benefícios. Numa época pouco estável para as transações, sobretudo, no início do século XVI, eximia-se às contingências comerciais, o arrendamento, feito sobre uma quantia fixa teria de ser cumprido, atingissem ou não os direitos em soma, garantindo assim à Coroa portuguesa um rendimento seguro.

Consistia na celebração de um contrato em que um ou vários indivíduos se comprometiam com o rei a recolher os dízimos agropecuários por um determinado valor anual. Das condições do contrato fazia parte a obrigação do pagamento prévio de uma fiança, nomeadamente, a décima parte do valor anual da renda, por parte dos rendeiros<sup>295</sup>. Estes tinham também como obrigação o pagamento da redízima do capitão e demais ordinárias dos oficiais régios, as despesas da limpeza do algodão<sup>296</sup> e, por ultimo, no caso do algodão do Fogo, o pagamento do frete da embarcação e demais despesas no seu envio para Santiago. Toda a cobrança feita sobre algodão e cavalos era comprovado pela apresentação de certidão da parte dos oficiais do Almoxarifado.

As rendas eram postas em pregão no Reino e em Cabo Verde, tomando-se nota das propostas, e em seguida entregavam-se a quem tivesse feito a maior oferta. Competia ao feitor das ilhas em Lisboa firmar o contrato, estabelecendo as cláusulas e as condições, entre as quais os prazos de pagamento. Os arrematadores eram então

<sup>292</sup> André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A ilha ...ob. cit.*, p. 112.

<sup>293</sup> Realidade que se verifica pela primeira vez na cópia do alvará de arrendamento das ilhas de Santiago, Fogo e Maio efetuado entre D. Manuel I e Afonso Lopes dos Couros, 6 de fevereiro de 1507, publicado in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, pp. 169-172.

<sup>294</sup> Sobre a Fazenda Real em Santiago vejam-se Ângela Domingues «Administração ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, pp. 68-83; Iva Cabral, «A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: o exemplo de Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande», publicada in *Stvdia*, n.º 51, Lisboa, 1991, pp. 177-189.

<sup>295</sup> Cf. Zelinda Cohen, «Subsídios ...» in *Stvdia, ob. cit.*, n.º 53, p. 334.

<sup>296</sup> Certidão de transpasse do arrendamento feito com Francisco Martins, para o seu irmão, Francisco Martins, *o Moço*, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, pp. 207-209.

investidos, entregando-se ao almoxarife respetivo o nome dos sócios (caso houvesse), as quantias estipuladas e os fiadores a apresentar. Ficava, portanto, este oficial encarregue de verificar a segurança dos bens dados como garantia dos pagamentos e a idoneidade dos fiadores, podendo, caso estes não satisfizessem, anular o contrato. Confirmando-o, a responsabilidade deixava de estar sobre o contador e passava para o almoxarife. Estava assim seguro o pagamento; não sendo cumprido, tomavam-se os bens dados como garantia tanto dos rendeiros como dos próprios fiadores. Não perfazendo estes a dívida, era o próprio almoxarife que acarretava com as perdas, por isso a necessária presença destes oficiais no momento da cobrança dos direitos<sup>297</sup>.

O primeiro contrato em que o dízimo aparece mencionado como fazendo parte do conjunto dos direitos arrecadados pela Coroa é de 1507-1510 feito com Afonso Lopes dos Couros, pelo valor anual de 1 000 000 reais. Neste contrato estava incluído os dízimos das ilhas de Santiago, Fogo e Maio, os quartos e vintenas da Guiné e os dízimos da alfândega. Terminado o contrato de Afonso Lopes dos Couros, a Coroa arrendou a cobrança dos mesmos direitos a António Rodrigues por três anos, pela quantia de 900 000 reais cada ano<sup>298</sup>. Nestes dois contratos existe uma clara preocupação das autoridades portuguesas com a cobrança dos dízimos do cavalo, estipulando que «ninguém nom possa recolher nem ferrar cavalos parvos e asnos sem o primeiro fazer ao dito rendeiro ou a seus feitores [ou seus feitores] pera livremente recadar seu direito, e quem fizer o contrário pagarão dízimo e dobro de pena»<sup>299</sup>.

Outro aspeto que nos chamou atenção no primeiro contrato foi o acordo estabelecido entre o rei e o rendeiro. Afonso Lopes dos Couros comprometia-se a ficar com todo o algodão das ditas ilhas que era devido à Coroa, em contrapartida de pagar quatro arrobas de açúcar na ilha da Madeira por cada quintal de algodão limpo que recolhesse. Em relação ao pagamento da renda, também devia ser feito com açúcar da Madeira, em três pagas ao ano, a primeira em julho, a segunda em agosto e a terceira em setembro<sup>300</sup>. Para a Coroa portuguesa o açúcar da Madeira era um produto muito mais importante do que o algodão de Cabo Verde, consequência do rápido aumento da procura europeia, mediterrânica e africana do açúcar. As praças do Norte de África Castela, Flandres, Inglaterra, Ruão, La Rochelle, Génova, Veneza, Florença Cádiz,

<sup>297</sup> Cf. Zelinda Cohen, «Subsídios ...» in *Stvdia, ob. cit.*, nº 53, pp. 329-331.

<sup>298</sup> Alvará de arrendamento das rendas e direitos das ilhas de Santiago, Fogo e Maio a António Rodrigues, 23 de outubro de 1510, publica in *HGCV-CD*, vol. II, *ob. cit.*, pp. 41- 44.

<sup>299</sup> Alvará de arrendamento das ilhas de Santiago, Fogo e Maio efetuado entre D. Manuel I e Afonso Lopes dos Couros, 6 de fevereiro de 1507, publicado in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, doc. 64, pp. 169- 172.

<sup>300</sup> *Ibidem*.

Sevilha, Málaga, Barcelona e Magrebe (feitorias de Orão, Tremacem, Fez e Túnis) eram alguns dos mercados do açúcar da Madeira<sup>301</sup>.

No ano de 1513, o dízimo destas três ilhas foi novamente alvo de arrendamento, desta vez, os beneficiados foram Francisco Martins e Jorge Nunes, ficando o primeiro com  $\frac{2}{3}$  da renda e o segundo com  $\frac{1}{3}$  pela quantia de 1 450 000 réis. Foi dada fiança correspondente à quarta parte da renda total e Francisco Martins, nomeou como seu feitor, o seu irmão com nome idêntico<sup>302</sup>. Em junho de 1514, Francisco Martins, *o Moço*, tornou-se o principal rendeiro das ilhas com  $\frac{2}{3}$  das suas rendas, ao se verificar a transpasse das mesmas por parte do seu irmão, Francisco Martins, *O Velho*<sup>303</sup>. Em relação ao dízimo da terra, este subarrendou as mesmas rendas, a outros dois rendeiros, por dois anos.

No subarrendamento do dízimo da ilha de Fogo, António Rodrigues Mascarenhas comprometeu-se a pagar a renda em 400 quintais de algodão por ano (1515-1616)<sup>304</sup>. Além dos 400 quintais anuais de algodão já declarados, António Rodrigues de Mascarenhas comprometeu-se a pagar, adicionalmente, 70 quintais daquela fibra<sup>305</sup>. Ficaram como fiadores deste Fernão Mendes e sua mulher Maria Mendes<sup>306</sup>. De forma complementar, foi imposto a António Rodrigues de Mascarenhas a penalidade de pagar um cruzado por cada quintal de algodão que deixasse de entregar, assim como cem cruzados para as obras do *Hospital de Todos os Santos*, se efetuasse a recolha dos dízimos sem a presença dos oficiais do almoxarifado da ilha do Fogo<sup>307</sup>.

Processo idêntico de subarrendamento sucedeu com os  $\frac{2}{3}$  dos dízimos da ilha de Santiago, abrangendo neste caso o período de 24 de junho de 1514 a 24 de junho de 1516 e sendo o beneficiado Francisco de Leão<sup>308</sup> pelo preço de 230 000 réis, durante dois anos. Pagamento que devia feito em quatro momentos (agosto, janeiro, Páscoa e

---

<sup>301</sup> Cf. Joaquim Romero Magalhães, *O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI*, Belo Horizonte, *Varia História*, vol. 25, 2009, pp. 151-175.

<sup>302</sup> Procuração do rendeiro Francisco Martins, nomeando seu irmão como seu feitor rendeiro in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. II, p. 41.

<sup>303</sup> Certidão de transpasse do arrendamento feito com Francisco Martins, para o seu irmão, Francisco Martins, *o Moço*, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. II, pp. 207-209.

<sup>304</sup> Subarrendamento dos dois terços das dízimas da ilha do Fogo a António Rodrigues, 30 de abril de 1515, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. II, pp. 218-220. Era da responsabilidade do rendeiro principal a embarcação do dito algodão. Em contrapartida, António Rodrigues Mascarenhas ficava obrigada a pagar a redizima ao capitão da ilha.

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>306</sup> *Ibidem*.

<sup>307</sup> *Ibidem*.

<sup>308</sup> Certidão de subarrendamento de  $\frac{2}{3}$  dos dízimos da ilha de Santiago a Francisco Leão, 2 de maio de 1515, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. II, pp. 223-227.

junho)<sup>309</sup>, em algodão sujo ou limpo ou dinheiro, exceto o terceiro pagamento (da Páscoa) que devia ser feita em cavalos<sup>310</sup>.

Possivelmente, na mesma altura, Jorge Nunes subarrendou equitativamente a terça parte dos dízimos<sup>311</sup>. Na carta de quitação passada a Francisco Leão, Jorge Nunes atestou ter recebido metade da renda, a saber, “por setenta quintais de algodão da terra sujo e dez mil por uma sentença e por hum conhecimento que o dito Jorge Nunes devia ao dito Francisco de Leão, que fazem a soma de 40 mil reais, e o resto dos dez mil lhe deu uma cadeia de ouro com uma pedra de ambre”<sup>312</sup>. Um assentamento datado de 13 de abril de 1519, feito pelo almoxarife de Santiago, Álvaro Dias, confirma que este já tinha feito pagamento de uma parte do valor estipulado, a saber duzentos e setenta mil reais em algodão e dinheiro e que o restante da dívida devia ser quitada em cavalos<sup>313</sup>.

Este último contrato terminou em 1516 mas somente em 1520, o rei mandou por em pregão o arrendamento das rendas reais de Santiago, Fogo e Maio. Entre outras cláusulas coloca-se a possibilidade que o contrato pudesse ser feito por três ou por um ano, “segundo os remdeiros achardes pera eles e o preço em que vos tomarem as rendas”<sup>314</sup>, podendo os pagamentos serem feitos em algodão. A Coroa estava a ter dificuldades em encontrar pessoas para arrematar estes direitos, uma vez que desde 1520, o comércio do algodão da ilha do Fogo era monopólio régio<sup>315</sup>, não fazia sentido o seu arrendamento.

Esta situação justifica a tentativa fracassada do arrendamento, em 1527, dos dízimos da ilha de Santiago, Fogo e Maio a Acenso Martins, por três anos, juntamente com os quartos da ilha do Maio pela quantia de 900 000 reais/ano<sup>316</sup>. Este teria como parceiro Afonso Mendes e devia fazer o pagamento na cidade de Lisboa, na feitoria das

<sup>309</sup> Em agosto de 1515 o rendeiro devia pagar 57 500 reais. O valor a pagar em janeiro de 1516 era de 55 500 reais; o terceiro de 65 000 reais e o quarto de 37 000 reais.

<sup>310</sup> Certidão de arrendamento dos  $\frac{2}{3}$  dos dízimos da ilha de Santiago a Francisco Leão, 2 de maio de 1515, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, pp. 223-226.

<sup>311</sup> Quitação passada a Francisco Leão, relativa ao arrendamento da terça parte das dízimas da ilha de Santiago, pertencentes a Jorge Nunes, 4 de fevereiro de 1516, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 287.

<sup>312</sup> *Ibidem*.

<sup>313</sup> Certidão de arrendamento dos  $\frac{2}{3}$  dos dízimos da ilha de Santiago a Francisco Leão, 2 de maio de 1515, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 224.

<sup>314</sup> Alvará de D. Manuel I dirigida ao feitor de Santiago, Afonso Lopes de Ávila, ordenando que fosse posto em pregão o arrendamento das rendas das ilhas de Santiago e Fogo, 16 de maio de 1520, publicada in *MMA (1500-1569), ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 53, p. 167.

<sup>315</sup> Regimento do feitor da ilha de Santiago, Afonso de Ávila, 13 de janeiro de 1520, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 107, pp. 295-301.

<sup>316</sup> Carta do feitor Gonçalo Lopes aos oficiais de Cabo Verde, 7 de abril de 1528, publicada in *MMA (1500-1569), ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 564, pp. 204-207.

Ilhas e escravos, da seguinte maneira: os rendeiros pagavam metade da renda anual na Páscoa de 1528 e a outra metade em setembro do mesmo ano<sup>317</sup>.

Somente o rendimento resultante da cobrança do dízimo sobre a produção interna, na perspectiva dos rendeiros, não justificava o arrendamento, tanto que os outros arrendamentos deste tributo só sucederam porque estavam incluídas nos contratos outros impostos, nomeadamente a dízima de alfândega, o quarto e a vintena.

Não é de demais salientar que os rendeiros só aceitavam as cláusulas estabelecidas nos contratos porque estes lhes permitiam participar no tráfico de escravos com os “Rios da Guiné”, além dos impostos que podiam cobrar sobre as armações que faziam o circuito Santiago- “Rios da Guiné”. Foi nesta altura que Fernão de Melo, proprietário rural/ mercador foi acusado de infringir as normas régias ao corromper e controlar os oficiais régios de modo a não fazer o pagamento do dízimo da sua fazenda na Ribeira Grande que devia ao rei<sup>318</sup>.

Por fim, em abril de 1528, ao rei resolveu doar a capitania da ilha do Fogo ao conde Penela, por falecimento de Fernão Gomes, com todas as suas rendas, direitos e foros e tributos. Também o dito conde recebeu todas as terras maninhas e montados que pertenciam a Fernão Gomes para criação de gado e algodões<sup>319</sup>. No mesmo mês, o conde de Penela tornou-se senhor pleno de toda a ilha, ao juntar-se à doação anterior, as terras que pertenciam a Martim Mendes<sup>320</sup>, também, falecido.

Outra questão que nos chamou atenção nestes contratos, foi a falta de liquidez, resultante da escassez de moedas no arquipélago. Assim, a Coroa deu aos rendeiros a possibilidade de fazer os pagamentos das rendas em produtos agropecuários, sobretudo em algodão, sinal claro da importância que esta fibra estava ganhando na economia interna do arquipélago.

Com a introdução de outras mercadorias no trato com a Guiné pelos franceses, ingleses e holandeses, o preço do algodão baixou. Contudo, esta realidade não impediu a introdução de teares nas ilhas e o fomento da produção de “panos da terra”. Como afirma António Carreira do “ciclo do algodão passou-se ao ciclo da panaria”<sup>321</sup>. Esta nova conjuntura é confirmada, em 1517, na informação contida na carta do juiz de

---

<sup>317</sup> *Ibidem*.

<sup>318</sup> Carta régia nomeando Duarte Rodrigues para o ofício de escrivão de Almojarifado de Ribeira Grande, 14 de novembro de 1520, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, doc. 116, pp. 321-323.

<sup>319</sup> Doação régia da ilha do Fogo ao conde de Penela, João de Meneses e Vasconcelos, 20 de abril de 1528, publicada in *MMA (1500-1569)*, *ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 66, pp. 210-211.

<sup>320</sup> Carta da doação das terras maninhas e montados da ilha do Fogo, 24 de abril de 1528, publicada in *MMA (1500-1569)*, *ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 67, pp. 212-213.

<sup>321</sup> António Carreira, *Panaria ...*, *ob. cit.*, 2ª ed., p. 23.

Residência da ilha de São Domingos dirigida à Coroa espanhola, comunicando que em Cabo Verde se fabricava panos de diversas cores<sup>322</sup>.

A partir da segunda metade do século XVI, já fora da época do nosso estudo, os panos de algodão assumiram uma importância vital na economia de Cabo Verde, sendo muitas vezes utilizados como moeda nos períodos em que o monetário era escasso.

---

<sup>322</sup> Hugo Tolentino, *Raz y Historia en Santo Domingo*, tomo I, Editora da Universidade Autónoma de Santo Domingo, 1974, p. 155.

### 3.2- Produção: números e evolução

#### 3.2.1- A produção equídea

Como já constatamos, a exemplo dos restantes arquipélagos atlânticos, o cavalo, juntamente com outros animais, foi um dos primeiros animais a ser introduzido nas ilhas de Cabo Verde, mais concretamente em Santiago. Nos finais do século XV e primeiras décadas do século seguinte, a principal ideia a reter é a ausência de dados sobre o efetivo pecuário, logo é-nos impossível fazer uma análise pormenorizada sobre a sua produção e o seu comércio, contudo, o facto de em 1507 estar estipulado, no contrato de arrendamento a cobrança do dízimo sobre cavalos<sup>323</sup>, podemos deduzir que nessa data existia uma criação significativa deste animal, de modo, a gerar uma produção passível de ser tributada.

Ainda que não exista nenhuma referência documental ao processo de criação de equídeos nas ilhas, esta não podia ser de todo idêntico ao praticado com a gado caprino e bovino nas outras ilhas. A existência de outras atividades agrícolas determinava que os animais fossem criados em lugares cerrados, de modo, a que não destruíssem as plantações. Na altura da pastagem eram acompanhados pelos escravos pastores. O meirinho era o oficial concelhio, auxiliado por escravos ou negros forros, que devia vigiar a intromissão dos animais nas zonas de culturas, assim como aplicar as coimas a que estavam sujeitos os donos de cavalos que fossem apanhados em lugares cerrados<sup>324</sup>.

Dadas as condições diversas do clima dos solos da ilha do Fogo em comparação a Santiago, a criação de equídeos nesta ilha teve pouca expressão. Na altura do desenvolvimento económico da ilha do Fogo, o comércio de cavalos estava em declínio, enquanto a do algodão ascendia. Como comerciantes, os donos das terras, com certeza optaram por desenvolver apenas a cultura do algodão. Gado, cabras, eram aí criadas porque eram necessárias para abastecer as embarcações. Por isso, a análise da atividade

---

<sup>323</sup> Alvará de arrendamento das ilhas de Santiago, Fogo e Maio efetuado entre D. Manuel I e Afonso Lopes dos Couros, 6 de fevereiro de 1507, publicado in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 64, pp. 169-172. Alvará de arrendamento das ilhas de Santiago, Fogo e Maio efetuado entre D. Manuel I e António Rodrigues, 23 de outubro de 1510, publicado in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, pp. 41-44.

<sup>324</sup> Cf. Ângela Domingues, «Administração ...» in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., p. 116.



agropecuária, no arquipélago, dos séculos XV e XVI é indissociável da vertente comercial, sendo a primeira analisada sempre em subordinação à segunda.

Em relação aos valores efetivos, as poucas referências documentais que existem são bastante dispersas e sem uma conexão passível de traçar uma linha contínua. Em duas cartas de quitação, datadas de 1496 e 1510, o rei estipula a cobrança de alguns cavalos que eram devidos primeiro a D. Manuel como donatário das ilhas e depois como rei. O primeiro indica a compra de 16 cavalos para as armadas do donatário<sup>325</sup>, já no segundo, temos, a indicação da arrecadação de “27 cavallos e eguas ferrados e por ferrar” que eram devidos à Coroa portuguesa<sup>326</sup>.

No contrato de arrendamento dos dízimos da ilha de Santiago a Francisco Leão por dois anos (1515-1516), mediante a estipulação do pagamento do arrendamento em quatro partes, agosto, janeiro, Páscoa e São João; a da Páscoa, do primeiro ano, devia ser paga em cavalos no valor total de 65 000 reais<sup>327</sup>. Em 1520, o escrivão do Almojarifado de Ribeira Grande, Álvaro Rodrigues, comprava cavalos por dois e três cruzados<sup>328</sup>. Visto que se tratava de uma compra ilícita feita por parte do dito almoxarife. Acreditamos que o preço oficial dos equídeos era superior.

### 3.2.1- A produção algodoeira

Como atrás ficou referido, ao se fazer uma análise dos primeiros tempos do povoamento de Cabo Verde, observa-se a importância económica e social da implantação e desenvolvimento da cultura algodoeira no novo domínio português. Então, à volta do algodoeiro assistiu-se a vigoroso desenvolvimento das ilhas de Santiago e Fogo, que contou com o apoio dos grandes proprietários.

Em 1481, na documentação já parece indicado a existência de algodão na ilha de Santiago<sup>329</sup>. Valentim Fernandes registou, já na primeira década do século XVI, o seu sucesso em duas colheitas anuais em Santiago, que evidenciam diferentes índices de

---

<sup>325</sup> Carta de quitação dirigida ao almoxarife da Ribeira Grande, Afonso Eanes de Campo, 19 de fevereiro de 1496, publicado in *HGCV- CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 35, pp. 101-102.

<sup>326</sup> Carta de quitação dirigida ao escudeiro da Casa Real, Percival Machado, 8 de novembro de 1510, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 72, p. 197.

<sup>327</sup> Assento em que o Álvaro Rodrigues atesta o pagamento por parte de Francisco Leão do valor do arrendamento dos dois terços dos dízimos da ilha de Santiago, com exceção do valor de 65 00 reais que deviam ser pagos em cavalos, 13 de abril de 1519, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 230.

<sup>328</sup> Carta régia dirigida ao escrivão do Almojarifado de Ribeira Grande, Duarte Rodrigues, 14 de novembro de 1520, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 116, p. 321.

<sup>329</sup> Carta de procuração concedida a Pedro Lourenço, escudeiro da Casa Real, para poder fazer contratos sobre panos, algodões e mercadorias na ilha de Santiago de Cabo Verde, 30 de setembro de 1481, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 132, p. 243. Sena Barcelos, *Subsídios ... ob. cit.*, parte I, pp. 40-41.

produtividade, consoante os solos e as épocas: “ [...] os algodões que som regadas dam duas novidades no anno – a saber – hua em Dezembro e janeyro/ outra em mayo e juno/ e os outros que não são regados dão uma novidade no ano”<sup>330</sup>. Duarte Pacheco Pereira indica que “desta ilha de Santiago, e assi das outras, em cada um ano vem [...] algodões finos”<sup>331</sup>.

Na ilha do Fogo, segundo Valentim Fernandes, em 1500, nascia muito algodão<sup>332</sup> e, de acordo com Francisco Aimara Carvalho Ribeiro, ali o algodão só dava uma colheita por ano<sup>333</sup>. Os dados apresentados pressupõem já alguns anos de experiência em ambas as ilhas. Pelo regimento do feitor da ilha de Santiago também ficamos a saber que até 1520, o algodão que se produzia no Fogo era limpo na ilha de Santiago<sup>334</sup>. Talvez o ofício de *tratador de algodões de Santiago* que aparece mencionada na lista de oficiais na *História Geral de Cabo Verde* visasse exercer esta função. De qualquer forma, a ausência de qualquer referência sobre funcionários similares, a não ser o de Bernaldo de Sino (1508), nos deixa de mãos atadas em relação a esta questão<sup>335</sup>.

As técnicas de preparo das terras e posterior sementeira eram simples e rústicas. O escravo semeava o grão - um punhado em cada abertura- na terra seca, em período de chuvas próximas, início do mês de julho. Depois de se transformar em arbusto, a planta tornava-se muito resistente e não havia nenhum cuidado com a adubação, contra ervas daninhas ou poda, como ainda hoje se verifica, que depois de florido procedia-se à colheita. O plantio e manutenção do algodoeiro não apresentavam problemas maiores. Na época da colheita é que necessitava de um número maior de braços. Dependendo da espécie plantada e do solo, o algodoeiro dava duas florações, proporcionando igualmente número de colheitas, variando a época de julho a novembro.

Entretanto, se decorressem as chuvadas, características da ilha de Santiago, o mais provável era haver a destruição das culturas, assim como a presença de ventos fortes e dessecantes durante a maior parte do ano criam condições adversas à agricultura de sequeiro à medida que se aproxima dos solos situados ao longo do litoral. Assim, o índice de produtividade era bastante flutuante, contudo, é possível determinar que a produção da ilha do Fogo foi sempre superior ao de Santiago na época em estudo. Outro

---

<sup>330</sup> *Ibidem*.

<sup>331</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 610.

<sup>332</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 159.

<sup>333</sup> Cf. Francisco Aimara Carvalho Ribeiro, “Terratenentes...” in *ob. cit.*, p. 3006.

<sup>334</sup> Regimento do feitor da ilha de Santiago, 13 de janeiro de 1520, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, p. 300.

<sup>335</sup> Cf. Ângela Domingues e Iva Cabral, «Quadros dos Oficiais régias até 1562», publicada in *HGCV*, *ob. cit.*, vol. I, p. 446.

fator que também pode justificar a discordância de produção algodoeira entre estas duas ilhas tem a ver com a quantidade de terreno que esta cultura ocupava. No Fogo o algodão ocupava a quase totalidade dos terrenos, numa situação de quase monocultura, o que já não acontecia em Santiago, perante a existência de outras atividades agrícolas e de um maior volume de criação de animais. Plantado e colhido, o algodão passava por várias fases até chegar ao porto de Ribeira Grande para exportação, da qual, a limpeza, o descaroço e a cardação faziam parte<sup>336</sup>.

Quanto ao nível de produtividade, em 1498, num rol de mercadorias devidos à Coroa portuguesa constavam 512 quintais e meio de algodão sujo e 296 arrobas de algodão limpo da ilha de Santiago<sup>337</sup>. Entre 1507-1510, Afonso Lopes dos Couros, como rendeiro dos dízimos das ilhas de Santiago, Fogo e Maio, cobrou, de valores devidos à Coroa, 1978 quintais e três arrobas e meia<sup>338</sup>, dos quais, trezentos e dezasseis quintais foram arrematados por Afonso Eanes de Campos, novamente nomeado para o ofício de almoxarife de Ribeira Grande, em 1496, e ao novo rendeiro ficou a responsabilidade de cobrar o restante, mil e cento e sessenta e dois quintais e três arrobas e meia<sup>339</sup>.

Dos dízimos decorrentes da capitania de Ribeira Grande do primeiro ano de arrendamento, os rendeiros, Francisco Martins e Jorge Nunes, receberam 56 quintais de algodão<sup>340</sup>, significado de uma produção de 560 quintais. Simão Rebelo, Bárbara Correia, Tomé Dias, Sebastião Pires e João Alemão foram os proprietários rurais da ilha de Santiago que entregaram algodão como pagamento dos dízimos. Nunes Alvares de Santa Ana foi o único que fez o pagamento do dízimo em dinheiro, mediante acordo estabelecido entre ambas as partes para pagamento de um valor fixo<sup>341</sup>. Na tabela seguinte encontra-se estipulado o valor do pagamento feito por cada um deles.

---

<sup>336</sup> Cf. António Correia e Silva, «A sociedade ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. II, p. 306.

<sup>337</sup> Carta de quitação a Pisival Machado, sobre a cobrança de valores devidos à Coroa portuguesa, 8 de novembro de 1510, publicada *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 72, p. 197.

<sup>338</sup> Certidão do almoxarife da ilha de Santiago, Afonso Anes de Campos dirigida ao almoxarife da ilha da Madeira, participando a quantidade de algodão entregue a Afonso Lopes dos Couros, 8 de março de 1508, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, pp. 179-181.

<sup>339</sup> *Ibidem.*

<sup>340</sup> Registo de cobrança dos dízimos que os rendeiros receberam de vários moradores de Santiago, [1514], publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 213.

<sup>341</sup> *Ibidem.*

**Tabela 2**  
**Pagamentos feitos pelos proprietários rurais dos dízimos da terra**

<b>Proprietário/produtor</b>	<b>Dizimo pago em algodão (quintais)</b>
Simão Rebelo	13
Bárbara Correia	11
Tomé Dias	7
Sebastião Pires	17
João Alemão	8

Entre 1515-1516, perante o acordo feito entre os proprietários rurais e os rendeiros, o dízimo arrecadado em Santiago foi de 74 660 reias, ou seja, 37 330 reais cada ano<sup>342</sup>. Nas avenças feitas estava explicitado que os pagamentos podiam ser feitos em dinheiros ou algodão, mas, infelizmente, não temos indicação do valor efetivo do pagamento feito em algodão<sup>343</sup>, porém, o facto de colocar-se a possibilidade de fazer este pagamento em algodão, leva-nos a afirmar que uma parte da produção da ilha era superior a 93 quintais por ano. Por fim, Em 1520, o tesoureiro da Casa da Mina, Vicente

<sup>342</sup> Assentos de avenças feitos entre os rendeiros e vários proprietários rurais, publicadas in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. II, pp. 215-217, 228-229.

<sup>343</sup> *Ibidem*.

Rodrigues de Calvos, atestou ter recebido do almoxarife de Ribeira Grande, Álvaro Rodrigues, 102 arrobas de algodão de renda da ilha de Santiago<sup>344</sup>.

Efetuiremos processo idêntico para análise da produção desta fibra na ilha do Fogo. A 8 de janeiro de 1515, o almoxarife da ilha do Fogo, António Espínola (Spínola) entrega ao contador de Santiago, 686 quintais e meio de algodão provenientes do dízimo da dita ilha do primeiro ano de arrendamento que corresponde a uma produção de cerca de 890 quintais<sup>345</sup>. Na ilha do Fogo, entre 1515 e 1516, a produção do algodão rendeu ainda à Fazenda real 400 quintais anuais, no âmbito do subarrendamento feito a António Rodrigues Mascarenhas<sup>346</sup>, a que se veio a juntar mais 70 quintais que o dito rendeiro se propôs a pagar a mais<sup>347</sup>. A questão que fica por responder era se os 70 quintais seriam pagos pelos dois anos, então o valor seria de 35 quintais cada ano, ou então por cada ano e António Rodrigues Mascarenhas teria que pagar a mais 70 quintais, o que perfazia então, no total 140 quintais pelos dois anos. O montante mencionado não traduz a total produção da ilha porque, para além de outros ditames, não estava incluído a parte da renda que pertencia a Jorge Nunes.

Outras informações avulsas nos permitem ter uma ideia da produção daquela ilha. Rodrigo Vilharam, proprietário rural nas ilhas de Santiago e Fogo, deixou prescrito no seu testamento a entrega de 300 quintais de algodão, como esmola, à igreja da vila de São Filipe 300 após a sua morte (1502)<sup>348</sup>. Na segunda década do século XVI, Rui Pereira deveria dar à Fazenda real 343 arrobas e meia de algodão limpos da fazenda que tinha na ilha do Fogo em troca do pagamento de certas dívidas<sup>349</sup>. A documentação aponta igualmente que outro proprietário rural, Diogo Rodrigues Homem, utilizou nas suas transações comerciais 100 arrobas de algodão que produziu no Fogo<sup>350</sup>. O

---

<sup>344</sup> Recibo do tesoureiro da Casa da Mina, Vicente Rodrigues de Calvos, atestando a receção de certa quantia de algodão do almoxarife de Ribeira Grande, Álvaro Rodrigues, 5 de agosto de 1520, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 114, p. 317.

<sup>345</sup> Manifesto de produção da ilha do Fogo feito pelo seu almoxarife, António Espínola, 8 de janeiro de 1515, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 192.

<sup>346</sup> Certidão de subarrendamento dos  $2/3$  dos dízimos da ilha do Fogo a António Rodrigues, 30 de abril de 1515, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, pp. 218-220.

<sup>347</sup> *Ibidem*.

<sup>348</sup> Carta régia dirigida aos juízes das ilhas de Santiago e Fogo, informando a doação da administração de um capela na ilha do Santiago a Diogo Fernandes, 25 de maio de 1515, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 92, p. 251.

<sup>349</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II-140-148, 8 de maio de 1527, carta do contador de Cabo Verde, Gaspar da Videira mencionando a permuta de algodão por milho.

<sup>350</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II- 139-21, 25 de fevereiro de 1527, certidão comprovando a venda de 100 quintais de algodão de Diogo Rodrigues Homem ao rei.

almoxarife da ilha de Santiago, Álvaro Rodrigues, enviou para a dita ilha 523 quintais de algodão cultivados na sua fazenda na ilha do Fogo<sup>351</sup>.

Nota-se que são dados encontrados nos documentos oficiais, aos quais, para atingir valores globais, teríamos que juntar o algodão que era alvo de contrabando, principalmente depois que foi imposto o monopólio régio sobre o comércio daquela fibra. Como ato ilícito, o algodão contrabando, escapava aos registos oficiais e consequentemente aos cálculos estáticos. Sem contar que sem água, não haveria rendimento agrícola. Dependendo exclusivamente da quantidade de pluviométrica, era natural haver anos com melhores índices de produtividade do que outros. A juntar, temos outros fatores, o vento e a humidade, que condicionavam a quantidade /qualidade de algodão cultivado.

Nos primeiros anos da vigência do monopólio régio sobre o comércio de algodão da ilha do Fogo, a Coroa portuguesa estimava a produção desta ilha em 1500 quintais de algodão por ano<sup>352</sup>, porém, em 1533, o feitor dos algodões do Fogo só conseguiu arrecadar 600 quintais de algodão, resultados da cobrança de dívidas e que seriam utilizados para abastecer embarcações ao serviço da Coroa<sup>353</sup>.

Analisando os factos, devemos considerar que a estimativa feita pela Coroa portuguesa, apesar, de nunca ter atingindo aquele número a nível de exportação, não devia fugir muito à cifra de produção que era possível atingir na ilha do Fogo num bom ano agrícola. Correspondência trocada entre aos oficiais da feitoria de Santiago e do Fogo, confirmam a nossa teoria de uma certa estabilização da produção daquela ilha, cujo valor foi sempre superior a 1000 quintais por ano. Finalmente, da análise de dados, é possível constatar, com segurança, que a ilha do Fogo abrigava a maior produção de algodão do arquipélago no período.

---

<sup>351</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 37, fl. 76, doc. 2, 10 de junho de 1524.

<sup>352</sup> Regimento da Casa da Mina ao feitor dos algodões da ilha do Fogo, Jorge Correia, 21 de outubro de 1532, publicada in *MMA (1500-1569), ob. cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 76, pp. 239-243.

<sup>353</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II-182-54, Carta dos oficiais da feitoria de Santiago dirigida aos oficiais da feitoria do Fogo, 5 de março de 1533.

## Capítulo IV

### Comércio de algodão e cavalo em Cabo Verde e o tráfico de escravos (1460-1535)

O desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde, nos séculos XV e XVI, articulava-se diretamente com os “Rios da Guiné”: primeiramente, como espaço privilegiado de atuação logística e comercial do tráfico negreiro, seguidamente, ligando a esta primeira função, a de mercado produtor de manufaturas suscetíveis de comercialização no mercado africano, algodão e cavalos. Na Europa, Portugal era o grande detentor do monopólio deste trato, não obstante a concorrência pontual de Castela.

É o comércio destes dois produtos em Cabo Verde que pretendemos analisar neste capítulo, iniciando por uma caracterização geral e sucinta da organização económica vigente no arquipélago e nos “Rios da Guiné”.

#### 4.1- Organização do comércio em Cabo Verde e nos “Rios da Guiné”

No ano em que terminou o arrendamento do comércio de Guiné a Fernão Gomes, a Coroa portuguesa, doou o senhorio da Guiné ao príncipe João, futuro D. João II, passada a forma escrita somente em 1481<sup>354</sup>. Nesta doação estava incluída os “ [...] tratos da Guiné, e pescarias dos mares deles, assi os da Mina e de Arguim como de todolos rios e quaisquer lugares onde se se resgata ou resgatar pode”<sup>355</sup>.

Apesar do arrendamento, a Coroa foi estabelecendo monopólio régio sobre algumas mercadorias: gato-de-algália, malagueta e outras especiarias africanas e unicórnios, as pedras preciosas, o lacre e o pau-brasil (que viessem a ser achados)<sup>356</sup>. O marfim não fazia parte desta lista, contudo, em 1470, o rei nomeou um feitor para controlar o seu comércio<sup>357</sup> e, em 1474, foi estabelecido entre a Coroa e o dito feitor, Martinho Eanes de Boa Viagem, um contrato de exclusividade de comercialização desta mercadoria no Reino<sup>358</sup>.

Com D. João II a assumir o controlo do comércio da Guiné, foi instituído outros monopólios. À lista de mercadorias defesas juntaram-se, em 1480, as conchas de Cabo Verde<sup>359</sup> e os lambéis do Norte de África<sup>360</sup>, sob pena, para os transgressores, de perda dos navios, mercadorias e bens móveis de raiz<sup>361</sup>. De igual modo, uma lei publicada em 1480, proibia saída do algodão do Reino que tinha como destino o Norte de África, de

---

<sup>354</sup> Carta régia pela qual o rei D. Afonso V faz a doação do trato da Guiné ao príncipe D. João, 4 de maio de 1481, publicada in *MMA (1342-1499)*, 2ª série, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, doc. 76, pp. 485-488. Embora este seja o documento que oficialmente traduz este ato, desde 1474 existe outros documentos oficiais que indicam esta doação, nomeadamente, a carta régia de 31 de agosto de 1474 e a carta lei de 24 de julho de 1480.

<sup>355</sup> *Ibidem*.

<sup>356</sup> Carta de D. Afonso V a regulamentar o trato da Guiné, 19 de outubro de 1470, publicada in *MMA (1342-1499)*, *ob. cit.*, 2ª série, vol. I, pp. 444-445.

<sup>357</sup> Carta régia nomeando Martinho Eanes de Boa Viagem para o ofício de feitor do comércio do marfim na Guiné, 25 de junho de 1470, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 65, p. 159.

<sup>358</sup> Carta régia autorizando o trespasse do contrato de marfim de Martinho Eanes de Boa Viagem a António Fernandes das Póvoas, 24 de dezembro de 1474, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 92, p. 206.

<sup>359</sup> Carta lei de D. Afonso V impondo monopólio régio sobre o comércio as conchas de Cabo Verde, 24 de julho de 1480, publicada in *MMA (1342-1499)*, *ob. cit.*, 2ª série, vol. I, doc. 75, pp. 482-484.

<sup>360</sup> Carta régia de D. Afonso V proibindo o comércio de lambéis, por ser monopólio do príncipe D. João, 18 de janeiro de 1480, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 112, pp. 248-249.

<sup>361</sup> Carta de D. Afonso V a regulamentar o trato da Guiné, 19 de outubro de 1470, publicada in *MMA (1342-1499)*, *ob. cit.*, 2ª série, vol. I, pp. 444-445.



modo a evitar que fossem trocados por lambéis. Podia-se fazer comércio de algodão em França, Inglaterra e Flandres<sup>362</sup>, mediante licença régia. Luía Filipe Thomaz define a noção de “mercantilismo régio” pela estratégia de D. João II no que concerne ao comércio marítimo, resultado, em parte, da política de centralização política que se ia desenvolvendo<sup>363</sup>.

Antes de subir ao trono D. João teve que consolidar, a nível internacional, as posições recentemente alcançadas e o monopólio português na África Ocidental, posto em causa pela reis Católicos, ao exortarem, durante a guerra de 1475-1479, os seus súbditos a realizarem comércio livre nos “Rios da Guiné”. O direito de Portugal ao exclusivo da exploração das regiões ao Sul do Bojador foi reconhecido pelo Tratado de Alcáçovas<sup>364</sup> (4 de setembro de 1479), retificado em 1480, em Toledo<sup>365</sup> e confirmado por bula papal em 1481<sup>366</sup>. Em agosto de 1481, após a morte de D. Afonso V, D. João II assumiu o destino do Reino e, conseqüentemente, o domínio sob o tráfico da costa africana voltou para as mãos da Coroa, indo os mercadores lá comerciar mediante licença régia.

O tratado de Alcáçovas-Toledo foi um instrumento que pôs fim, formalmente, aos conflitos luso-castelhanos sobre as terras descobertas e as por descobrir, ao determinar que pertenciam a Castela as ilhas Canárias e, a Portugal, a Guiné e as ilhas achadas ou por achar a Sul das Canárias, isto porque, na prática, em 1492, os Reis Católicos voltaram a entrar em conflito com a Coroa portuguesa, pela posse das terras descobertas por Cristóvão Colombo em 1492<sup>367</sup>. Não concordando pela divisão imposta pelo papa Alexandre VI em 1492, que favorecendo os soberanos de Castela, outorgou à Castela a posse das novas terras, em 1494 foi assinado um novo tratado, o de Tordesilhas<sup>368</sup>, sendo que se traçaria uma linha (um meridiano) de polo a polo, a 370

<sup>362</sup> Carta régia de D. Afonso V proibindo a saída de algodões do Reino com destino ao Norte de África, sem licença do príncipe D. João, 19 de março de 1480, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 114, pp. 251-252.

<sup>363</sup> Luís Filipe Thomaz, *ob. cit.*, p. 152.

<sup>364</sup> Tratado de Alcáçovas, 4 de setembro de 1479, publicada in *DP, ob. cit.*, vol. III, doc. 142, pp. 181-209.

<sup>365</sup> Rectificação do Tratado de Alcáçovas em Toledo, 6 de março de 1480, publicada in *DP, ob. cit.*, vol. III, doc. 143, pp. 210-211.

<sup>366</sup> Bula *Aeterni regis clemencia* de Xisto IV, 21 de junho de 1481, publicada in *MMA (1342-1499), ob. cit.*, 2ª série, vol. I, dc. 77, pp. 489-502.

<sup>367</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II» in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusitano. Actas do III Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia da Marinha, 2000, pp. 68-69.

<sup>368</sup> Tratado de Tordesilhas, 7 de junho de 1494, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 32, pp. 83-95.

léguas a Oeste da ilha mais ocidental do Arquipélago de Cabo Verde, ficando o Oriente para Portugal e o Ocidente para exploração dos Castelhanos.

Nesse meio tempo, a colonização e a organização económica de Cabo Verde progrediam, assentes no tráfico negreiro enraizadas nos princípios estabelecidos na carta régia de 1466: economia mercantil, muito dependente do trato da Guiné. Assim, o «circuito africano» (Santiago/“Rios da Guiné”/Santiago) era dominado pelos vizinhos de Santiago, quer participando diretamente como mercadores de navios ou de forma indireta como responsáveis pelas encomendas. Não nos é possível saber com exatidão quando tempo durava a viagem e quando tempos os navios permaneciam na terra firme, sendo, contudo, a estadia variável, dependendo essencialmente dos locais de resgate na costa e se as relações que os portugueses detinham com os chefes das mesmas regiões eram cordiais ou conflituosas. Havia rios onde as condições oferecidas facilitavam as permutas, dependendo estas não só das condições geográficas do território, existência ou não de boas entradas para poder ancorar os navios como também das relações que existia com os chefes africanos dos vários rios.

Em relação ao «circuito europeu», de modo geral, os escrivães e os capitães de navios recebiam regimentos dos oficiais da Casa da Mina e Guiné, os quais no regresso a Lisboa tinha que fazer a verificação das transações efetuadas e procederem à arrecadação dos escravos e produtos chegados como também das mercadorias que não foram escambadas.

Com o aumento do fluxo de navios na ilha de Santiago, além do quarto, sobre a atividade comercial passou a ser cobrado mais dois tributos: a vintena e a dízima da alfândega<sup>369</sup>, anulando a isenção que vigorava desde 1466. A cobrança destes novos tributos continuava sobre a alçada dos três Almojarifados implementados em Cabo Verde.

Existia igualmente um organismo hierarquicamente superior ao Almojarifado que controlava as contas ou os rendimentos do Almojarifado, a Contadoria<sup>370</sup>, porém, tendo em conta que até cerca de 1520 o escrivão do Almojarifado era simultaneamente o escrivão da Contadoria, esta ação fiscalizadora era nula<sup>371</sup>. A carta que nomeava

---

<sup>369</sup> Sobre estes assunto ver António Correia e Silva, «A tributação nos primórdios da história de Cabo Verde (1460-1516), in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 347- 369.

<sup>370</sup> Carta de mercê do cargo de contador a Diogo Lopes, 24 de abril de 1480, publicada in *DP, ob. cit.*, vol. III, doc. 145, p. 212.

<sup>371</sup> Cf. Zelinda Cohen, *Controle e Resistência no quadro do funcionalismo régio insular: Cabo Verde, século XV a XVIII*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1999, pp. 65-66.

Diogo Lopes para o ofício de contador em Cabo Verde foi emitida na mesma época em a Coroa portuguesa promulgava as três leis do monopólio do algodão, dos lambéis do Norte de África e das conchas de Cabo Verde, evidenciando assim a política monopolizadora do trato da Guiné.

Como já mencionamos no primeiro capítulo deste estudo, algodões e cavalos produzidos em Cabo Verde, começaram, a partir de 1472, a ser alvo de comercialização. Os cavalos originários do arquipélago eram utilizados como mercadoria de troca apenas na costa da Guiné. Em princípio, a produção do algodão destinava-se ao mesmo mercado, porém, temos registos de exportação desta fibra para alguns pontos da Europa, Lisboa e Flandres.

Era através da cobrança da dízima da alfândega que a Coroa portuguesa explorava este comércio, geralmente, mediante contratados de arrendamento<sup>372</sup>. Uma vez que a cobrança da dízima da alfândega era feita em conjunto com os outros impostos, nomeadamente, o dízimo, os contratos são os mesmos identificados no capítulo anterior, ou seja, a cobrança deste imposto foi arrendada interruptamente entre 1507-1516 e, posteriormente, entre 1527-1530.

---

<sup>372</sup> Sobre os arrendamentos de todos os direitos reais em Cabo Verde ver Zelinda Cohen, «Subsidio ...» in *Stvdia, ob. cit.*, nº 53, pp. 317-364.

#### 4.2- Comércio de cavalo em Cabo Verde: Génese, apogeu e declínio

Como já foi constatado, no início do século XVI, o cavalo transformou-se num dos principais produtos com as quais os vizinhos de Santiago adquiriam cativos africanos. No que concerne ao comércio, a questão que se coloca é quão lucrativa era esta troca escravos/cavalos, numa época em que registava uma contínua desvalorização desta mercadoria nos mercados africanos, o que sugere que a oferta, cada vez maior, ultrapassava a procura. Por outro lado, esta não é uma pergunta fácil de responder.

Em Cabo Verde é a análise da cobrança da dízima que nos permite fazer a avaliação de toda a atividade comercial, contudo, a ausência de registos da cobrança deste imposto sobre o comércio de cavalos, quer de informações adicionais nas fontes, não nos permitem descortinar o volume dessas vendas. Sem dados em grande escala não é possível chegar a conclusões convincentes.

Por essa razão, tivemos que recorrer a outro tipo de documentação, as *Literaturas de Viagens*, já mencionadas, para podermos lançar algumas luzes sobre este assunto. Estas, concentradas essencialmente no mercado consumidor, ou seja, os “Rios da Guiné”, e também, contendo dados dispersos, não nos permitem responder a todas as questões essenciais para análise da questão enunciada. Trata-se no seu conjunto, de uma análise exterior ao arquipélago que não prova de maneira taxativa que a troca de cavalos por escravos fosse um empreendimento lucrativo para o arquipélago, que, no entanto, tomadas como um todo, deixam entender de maneira vigorosa que assim devia ser.

As descrições de Valentim Fernandes e Duarte Pacheco Pereira permitem-nos, ainda que de forma sucinta, ter uma ideia de quantos escravos era preciso para adquirir um cavalo nos finais do século XVI e inícios do seguinte. Segundo a obra de Duarte Pacheco Pereira, no início do século XVI, havia permuta de cavalos por escravos nos rios Senegal, Casamansa, Grande, Gâmbia, São Domingos e nos portos de Andão e Alé. No rio Senegal “ [...] em nossos dias se resgatavam aqui escravos negros, dez e doze,

por um cavalo posto que bom não fosse”<sup>373</sup>, realçando que quando ali “havia bom resgate, se tiravam deste rio, em cada um ano quatrocentos escravos e outras vezes menos a metade, havidos pelos ditos cavalos e outras mercadorias”<sup>374</sup> e que na época da sua viagem o resgate era de seis a sete escravos por um cavalo “pela má governança que se nisto [no trato] teve”<sup>375</sup>.

**Tabela 3**  
**Correspondência cavalos/ escravos: 1462-1500**

<b>Cavalo (s)</b>	<b>Escravo(s)</b>	<b>Região(s)</b>
1	12/10	Rio Senegal
1	12/10	Rio Sine, porto de Zara
1	12/10	-
1	10	Porto de Andão
1	10	Porto de Alé
1	10	Rio Grande

Referindo -se ao porto de Andão, este indica que ali houve “[...] bom resgate de escravos por cavalos; e foi tempo que davam dez escravos por um cavalo de pouca valia, e já agora este resgate é perdido”<sup>376</sup>. No porto de Alé também o autor constatou a decadência crescente daquele trato. Em vez de dez cavalos, como se oferecia no passado, “[...] agora pelo mau regimento que se neste resgate teve, seis não querem dar

<sup>373</sup> Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.*, p. 604.

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 605.

<sup>375</sup> *Ibidem*, p. 604.

<sup>376</sup> *Ibidem*, p. 611.

[...]”<sup>377</sup>. Na página seguinte, o mesmo autor apresenta a correspondência de sete a seis escravos por um cavalo no rio dos Barbacins<sup>378</sup>. No rio Casamansa “aui há bom resgate de escravos por cavalos e por lenços e por pano vermelho”<sup>379</sup>. No rio Grande igualmente, a importância variava entre sete e seis negros por um equídeo<sup>380</sup>.

Por outro lado, Valentim Fernandes, referindo-se a outros pontos de resgate da costa da Guiné, não foge muito das cifras anteriormente apresentadas. Para o rio Gâmbia: “Os portugueses levavam para lá [...] cavalos, que dam um cavalo por sete negros”<sup>381</sup>. O autor indica o rio São Domingos como porto de resgate de cavalos por escravos, onde os vizinhos de Santiago iam negociar com um senhor chamado Farrubraço<sup>382</sup>, mas, não indica os valores desta troca. No rio Grande, em vez de se trocar dez escravos por um cavalo como acontecia anteriormente, nos inícios do século XVI, o valor oscilava entre oito/seis<sup>383</sup>.

**Tabela 4**  
**Correspondência cavalo / escravos – 1505-1508**

<b>Cavalo (s)</b>	<b>Escravo (s)</b>	<b>Região (s)</b>
1	7/6	Rio Senegal
1	7	Rio Gâmbia
1	6	Porto de Alé
1	8/6	Rio Grande

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 612.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 613.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 616.

<sup>380</sup> *Ibidem*, p. 619.

<sup>381</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 79.

<sup>382</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 99.

Por fim, o *Livro da Receita da Renda das Ilhas e Cabo Verde de 1513-1515* permite-nos concluir que em 1515 se podia trocar um cavalo por cerca de cinco/quatro escravos<sup>384</sup>. Para estes anos circulavam em média cerca de quinze/catorze embarcações entre a ilha de Santiago e os «Rios da Guiné, no entanto, estavam registadas apenas duas que transportavam escravos que foram dados como moeda de troca na aquisição de cavalos. São os navios *Santa Maria de Nazaré* e *Santo Antão*.

No navio *Santa Maria de Nazaré* foram levados para a ilha de Santiago quatro peças de escravos que tinham sido trocados por um cavalo transportado para os “rios da Guiné no navio de Vicente Dias<sup>385</sup>; no navio *Santo Antão* foram transportados para a ilha de Santiago cinco escravos pertencentes a João Lopes Chainho em consequência da venda de um cavalo “nas partes da Guiné”<sup>386</sup>; em 1528 o número baixou para a média de quatro a três escravos trocados por um cavalo<sup>387</sup>. O que se constata é que o número de escravos que se trocava por cavalos foi diminuindo ao longo do passar dos anos. Se em 1455 passa a ser de 15/10 em toda a região da Guiné e mais precisamente 14/10 nos rios Grande e Gâmbia; entre 1462 e 1505 de 10 e por fim em 1515 a média é imposta em 5/4 escravos por um cavalo.

E para os Africanos? Também podemos falar em lucro mediante esta troca escravos/cavalos? De forma geral, embora, a raça de cavalo, em termos de qualidade, fosse inferior ao cavalo árabe, a aquisição da mercadoria que servia de contrapartida, o escravo, os custos económicos implicados eram mínimos. Deste a aquisição de prisioneiros de guerra, aos ataques às localidades exclusivamente para obter cativos, aos criminosos e outros elementos da sociedade convertidos em escravos por dívidas e não pagamento dos impostos e ainda os seus próprios escravos considerados dispensáveis<sup>388</sup>.

É igualmente evidente que, lado a lado, com o comércio legítimo, conviviam, os atos fraudulentos de muitos, comerciantes ou funcionários régios, que pretendiam lucrar com este negócio. Como exemplo temos o caso de Álvaro Rodrigues, simultaneamente escrivão e almoxarife do Almoxarifado de Ribeira Grande, que aproveitando-se do cargo de almoxarife de Ribeira Grande, pelo qual foi nomeado em 1516 para substituir Álvaro Dias, comprava cavalos a dois ou três cruzados e “ [...] los entrocava na dita

<sup>384</sup> *Livro da Receita ...*, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 160.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>387</sup> ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 528, *Livro de Quartos e Vintenas de 1528*. Os escravos eram transportados da costa da Guiné para a ilha de Santiago nos navios *São Marçal*, *Santa Maria da Ajuda* e *Santo André*.

<sup>388</sup> Cf. Maria do Rosário Pimentel, *ob. cit.* Cf. Paul Lovejoy, *ob. cit.*

feitoria a escravo cada um”<sup>389</sup>. Por sua vez, Álvaro Dias, além de outras infrações, recebia, a título pessoal, os dízimos que recaíam sobre o cavalo<sup>390</sup>.

Na segunda centúria do século XV as coisas tinham mudado rapidamente de figura e Cabo Verde já tinha perdido o papel de destaque que detinha no comércio de cavalos realizado entre portugueses e africanos, em contrasenso, ao momento de prosperidade sócio-económica vivido nas ilhas de Santiago e Fogo. Até cerca de 1480, Portugal, apesar de suas limitações económicas e populacionais, constituía o único ator na costa africana e por consequência na exportação de escravos. Quando o tráfico de escravos se tornou um negócio apetecível, apareceram em cena novos agentes, nomeadamente, os *lançados*, os Espanhóis e, mais tarde, os Ingleses e os Franceses.

Muitos foram os portugueses que impedidos de alcançar através dos canais oficiais os lucros que o comércio marítimo proporcionava, apostaram então no contrabando em larga escala. Aos *lançados* portugueses, juntaram-se em seguida os de origem cabo-verdiana, que serviam de intermediários nas trocas entre os povos da costa e do interior do continente africano, assim como entre os africanos e os comerciantes europeus<sup>391</sup>. Eram considerados fora da lei pelas autoridades portuguesas, por praticarem ilegalmente o comércio e também por adoptarem os costumes dos povos autóctones da costa e não respeitarem as regras da religião Católica<sup>392</sup>.

Os lançados, conheciam muito bem o meio africano o que lhes permitia receber facilmente os produtos vindos da Europa, para os quais tinham um mercado certo e recebiam em troca escravos ou outros produtos tais como cera, marfim e âmbar. Esta parceria entre os mercadores europeus e os lançados, gerava vantagens no abastecimento dos navios e na possibilidade e facilidade de percorrer a costa até a Serra Leoa várias vezes no ano, o que não acontecia com as embarcações dos mercadores da ilha de Santiago<sup>393</sup>. Atendendo as observações de Carlos Riley, o facto da Coroa portuguesa não ter criados núcleos de fixação permanente, possibilitou a proliferação deste grupo naquele território<sup>394</sup>.

---

<sup>389</sup> Carta régia dirigida ao escrivão do Almojarifado de Ribeira Grande, Duarte Rodrigues, 14 de novembro de 1520, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 116, pp. 321-323.

<sup>390</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 37, fl. 76, 10 de junho de 1524.

<sup>391</sup> Cf. Ana Maria, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na Primeira Metade do Século XVI*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1995, pp. 129-132.

<sup>392</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, «Os primeiros ...» in *Portugal no Mundo, ob. cit.*, vol. II, pp. 125-136; Cf. Maria João Soares «Para uma compreensão ...» in *Stvdia, ob. cit.*, nº 56/57, pp. 147-222.

<sup>393</sup> *Ibidem*.

<sup>394</sup> Cf. Carlos Riley, «Ilhas ...» in *História da Expansão Portuguesa- A Formação do Império (1451-1570), ob. cit.*, p. 156.



Castela foi a primeira nação europeia a por em causa o regime de mar fechado defendido pela Coroa portuguesa na zona da Guiné, sobretudo, após a morte de Henrique IV (1425-1474). D. Isabel I (1451-1504), rainha de Castela, em 1475, contestou o direito luso no plano internacional, tentando convencer o pontificado a anular as bulas papais de 1455 e 1456 e fomentando o curso de embarcações castelhanas no espaço afro-atlântico<sup>395</sup>. Com a introdução destes novos agentes houve igualmente a introdução de novos produtos. Com esta abertura de mercado africano para novos produtos, deu-se uma relativização do interesse pelo cavalo, incapaz de competir com o diversificado rol de mercadorias comercializados pelos Franceses e Ingleses, principalmente ferro e vinho. Se em 1455 era possível trocar um escravo por seis ou sete manilhas de latão<sup>396</sup>, em 1508, este valor era de 25 a 30 manilhas de latão por um escravo<sup>397</sup>, consequência direta da introdução massiva daquele produto no mercado africano.

Com a presença constante deste grupo neste comércio e das outras nações europeias, durante a primeira metade do século XVI, a política da Coroa no que se refere ao comércio da costa da Guiné passou pela tentativa de fazer cumprir as leis sobre as *mercadorias defesas*, e pelo controle e extinção dos atos ilícitos dos lançados e do curso praticado pelos castelhanos, ingleses e franceses, com a publicação de leis e alvarás régios. A pena de morte e a apropriação dos bens destes “homens brancos lançados” eram as punições mais comuns mencionados nas leis e ordens régias como forma de os castigarem por desobedecerem o rei<sup>398</sup>. Por fim, o envio de missões diplomáticas, sobretudo à França, e o reforço de dispositivos de vigilância dos mares foram outras das formas encontradas pela Coroa portuguesa para por fim aos atos de curso e pirataria de outras nações europeias nos “Rios da Guiné”.

Estas estipulações não tiveram o efeito desejado. Os atos de curso e pirataria dos *lançados*, Castelhanos, Franceses e Ingleses, não só continuaram como intensificaram-se. Porto de Alé e angra de Biziguiche eram “morada contínua de Ingleses, e Franceses”<sup>399</sup> que lá faziam moradia consertavam os seus navios, dominado completamente este trato nos finais do século XVI, segundo testemunho de André

---

<sup>395</sup> Carta de D. Isabel, rainha de Castela sobre as conquistas e o comércio na Guiné, 19 de agosto de 1475, publicada in *PMA, ob. cit.*, vol. I, doc. 94, p. 209.

<sup>396</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, pp. 59 e 99.

<sup>397</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>398</sup> Cf. Maria João Soares, «Para uma compreensão ...» in *Stvdia, ob. cit.*, nº 56/57, pp. 161-164; Cf. Ana Maria Pereira Ferreira, *ob. cit.*, pp. 217-218.

<sup>399</sup> André Alvares de Almada, *ob. cit.*, p. 29.

Alvares de Almada<sup>400</sup>. Em Cabo Verde, a ilha do Maio constituía um dos principais pontos onde os piratas e corsários se embaulavam para se abastecerem de mantimentos, sobretudo gado e sal. Em 1476, Carlos de Valera, comandando 30 embarcações, pilhou o litoral do Saara e seguidamente atacou e saqueou a vila de Ribeira Grande.

A interferência destes novos agentes teve como consequência uma maior abertura dos mercados africanos, a introdução de novas mercadorias e a perda do monopólio comercial dos Portugueses, optando muitos dos reinos costeiros por comerciar como os outros povos europeus. Seja como for, com a interferência de outros países europeus no Ultramar português, os portugueses, e consequentemente os vizinhos de Santiago, passaram a ter imensas dificuldades em comercializar no rio Senegal, dificuldades, essas que se tornarão extensivas ao rio Gambia. Baixando continuamente o seu valor comercial, progressivamente o peso que os cavalos tinham na produção das ilhas foi-se perdendo.

---

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 30.

#### 4.3- Comércio de algodão e panos de algodão

Desde os inícios do século XVI, a algodão estava em primeiro lugar na lista de produtos naturais do arquipélago destinados à exportação. Conscientes do lucro do comércio de escravos, os vizinhos de Santiago tinham-se convertido em fornecedores de algodão que permutavam por escravos que iam buscar aos “Rios da Guiné”. Do algodão produzido em Cabo Verde, algum permanecia no arquipélago destinado à fabricação dos panos, porém, a maioria era remetida para os «Rios da Guiné», sobretudo, para os rios Casamansa e São Domingos<sup>401</sup>. Valentim Fernandes atesta que portugueses levavam para o rio Gambia “ [...] algodom que carregam em as ilhas do Cabo Verde”<sup>402</sup> e que no rio Casamansa “ [...] vem os cristãos a resgatar seu algodom por panos”<sup>403</sup>, assim como, no rio São Domingos “pera aqui vem os nauios das ilhas de Cabo Verde pera fazer ho resgate do seu algodom pera panos”<sup>404</sup> e no rio Grande<sup>405</sup>.

Até à década de 1530, quanto os atos de corso dos mercadores franceses, seguidos dos ingleses, começaram em ritmo crescente a perturbar a ação dos vizinhos de Santiago nos “Rios da Guiné”, somos levados a admitir que os ritmos de afluxo do algodão eram determinados, tal como o cavalo, fundamentalmente, pelo tipo de relação existente (paz ou guerra) quer entre os vários potentados das regiões, quer entre estes e os portugueses.

Em 1472, o comércio de algodão produzido na ilha de Santiago era de livre acesso para todos os vizinhos de Santiago, mediante o cumprimento dos limites da área de comércio estipulado na carta régia desse ano. Este comércio, no arquipélago, era controlado pelos grandes produtores/mercadores de Santiago, os mesmos produtores indicados no capítulo 3, ou seja, pessoas que se situavam nas categorias de média e de topo da pirâmide social do arquipélago. Assim, a identificação dos comerciantes mais importantes pode fazer-se sem margem de erro. Afonso Correia, Vasco Rodrigues, João Vidão, João Lopes Chainho, Pero Gomes, D. Brígida de Gouveia, são alguns dos

---

<sup>401</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Actividade...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, p. 272.

<sup>402</sup> Valentim Fernandes, *ob. cit.*, p. 79.

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 98.

principais mercadores de Cabo Verde<sup>406</sup> que comerciavam algodão. Muitos produtores vendiam o algodão em bruto. Outras vezes procediam a “limpeza” indicada na documentação.

O mesmo já não se pode afirmar do comércio do algodão que se produzia na ilha Fogo. Legalmente, os moradores de Fogo não usufruíam das prerrogativas constantes na carta de 1466, logo, o comércio de algodão desta ilha não estava isento do pagamento dos impostos de exportação. Ilegalmente, todos os que tinham propriedades no Fogo e, nomeadamente plantações de algodoeiro, comerciavam com esta fibra nos “Rios da Guiné”, ignorando, as determinações emanadas pelo poder central. Visto que foram os moradores de Santiago que povoaram a ilha do Fogo, aproveitavam-se dos privilégios inerentes ao seu estatuto de vizinhos de Santiago para colocarem o algodão do Fogo no mercado africano, usufruindo igualmente dos privilégios inerentes a tal condição, nomeadamente, as isenções de taxas fiscais. Sem oficiais e meios necessários, a Coroa não tinha como controlar tais ações.

A documentação parcelar e incompleta impede-nos de ter uma visão conjunta e global da exportação do algodão produzido em Cabo Verde, assim, ao dados que iremos apresentar são meramente indicativos e não traduzem necessariamente a exportação total das ilhas, isto porque nesta altura, com a indústria da panaria devidamente implantada, uma parte do algodão não era alvo de exportação, sem contar, evidentemente, com a venda ilícita daquela fibra. Por outro lado, a falta de documentação impõe-nos que assim seja.

Em 1481, D. João II, perante as notícias que tinha recebido dos abusos perpetuados pelos vizinhos de Santiago, incluindo os capitães, no trato de *mercadorias defesas*, nomeou um inquiridor com o objetivo de controlar e punir os atos ilegais e desvios de lucros daquele comércio<sup>407</sup>. Com efeito, em termos financeiros, a faixa costeira da Guiné já era bastante lucrativa, justificando, inclusive, o interesse monopolista do trato que aí se realizava. No mesmo ano, D. João II, concedeu a Pedro Lourenço, uma carta de procuração para que ele pudesse fazer contratos sobre os panos e algodão de Cabo Verde com “a condiçom de lhe serem paguos os dictos allgodõeas e mercadoreas aos tempos e preços que elle por nosso serviço ouuer e sse com as dictas

---

<sup>406</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, Iva Cabral, «O nascer de uma sociedade através do morador-armador» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 378-379.

<sup>407</sup> Carta de procuração concedida a Pedro Lourenço, escudeiro da Casa Real, de modo a poder julgar e condenar as pessoas que tinham praticado delitos ao comerciarem com mercadorias defesas, 30 de setembro de 1481, publicada in *DP, ob. cit.*, vol. III, doc. 159, pp. 244-245.

partes concertar e com todallas claussollas e condições que a elle bem parecer”<sup>408</sup>. Pedro Lourenço tinha como obrigação organizar a plantação de algodão e a indústria dos panos, por conta da Coroa.

Entretanto, em 1484, as ilhas foram doadas ao duque de Beja, D. Manuel, em condições idênticas à primeira doação deste território a D. Fernando<sup>409</sup>. Entre 1491 e 1493, o almoxarife da ilha de Santiago, Afonso Eanes de Campos, comprou 1472 quintais, 3 arrobas e 20 arráteis de algodão destinados às embarcações ao serviço do donatário<sup>410</sup>. Em 1507, por cada algodão limpo a equivalência era de 4 arrobas de açúcar da Madeira, variando, assim, o preço entre 300 a 400 reais por cada quintal<sup>411</sup>.

Igualmente, disposições régias demonstram-nos que na primeira década do século XVI, a produção algodoeira do Fogo era já suficientemente importante, tendo em conta que nos contratos de 1507-1510 e 1510-1513, aparece estipulada a forma como seria cobrada a dízima da exportação desta fibra<sup>412</sup>. Este imposto seria cobrado ao peso no porto de Ribeira Grande, aquando da saída das embarcações, possivelmente para evitar descaminhos, uma vez que os impostos fossem pagos antes, os mercadores podiam exportar um valor superior ao declarado, contudo, para a mesma época não temos nenhum registo referente a navios saídos de Santiago com destino à Guiné transportando algodões.

Nesta fase, os navios teriam que fazer escala primeiramente em Santiago, onde recebiam do feitor uma provisão. Em seguida dirigiam-se para o Fogo, onde só podiam carregar algodões após apresentarem a dita provisão aos organismos responsáveis, regressando novamente a Santiago. Só depois de pagos os direitos devidos aos rendeiros, na presença dos oficiais do Almoxarifado, é que estavam autorizados a seguir viagem<sup>413</sup>. Neste grupo, não estavam incluídas as embarcações fretadas pelos rendeiros<sup>414</sup>.

---

<sup>408</sup> Carta de procuração concedida a Pedro Lourenço, escudeiro da Casa Real, para poder fazer contratos sobre panos, algodões e mercadorias na ilha de Santiago de Cabo Verde, 30 de setembro de 1481, publicada in *DP, ob. cit.*, vol. III, doc. 159, p. 243.

<sup>409</sup> Cf. Ângela Domingues, «Administração ...» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., pp. 46-47.

<sup>410</sup> Carta de quitação ao almoxarife de Ribeira Grande, Afonso Eanes de Campos, 19 de fevereiro de 1496, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 35, pp. 101-102.

<sup>411</sup> Carta de quitação ao escudeiro da Casa Real, Vasco Fernandes, atestando a receção, entre outras coisas, de uma parte da renda das ilhas de Cabo Verde, 10 de julho de 1510, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 70, p. 191.

<sup>412</sup> Alvará de arrendamento das ilhas de Santiago, Fogo e Maio efetuado entre D. Manuel I e Afonso Lopes dos Couros, 6 de fevereiro de 1507, publicado in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 64, pp. 169- 172.

<sup>413</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Subsídios...» in *Stvdia, ob. cit.*, n.º 50, p. 162.

<sup>414</sup> Cf. Zelinda Cohen, «Subsídios ...» in *Stvdia, ob. cit.*, n.º 53, p. 333.

Em 1515, a Coroa portuguesa arrecadou 1400 reais pela dízima cobrada da venda de 35 quintais de algodão na Ribeira Grande, “a razam de quatrocentos rs qimtal”<sup>415</sup>. A utilização do algodão como moeda corrente não se restringiu apenas ao pagamento das rendas régias. Em 1515, ao pagamento dos dízimos da fazenda que João de Noli tinha na ilha de Santiago, junta-se outro pagamento que devia ser feito em algodão em limpo ou dinheiro, no valor de 60 000 reais, de umas casas que este comprou a António Rodrigues Mascarenhas<sup>416</sup>. No ano seguinte, o almoxarife de Santiago, Álvaro Dias, atestou ter recebido do almoxarife da ilha do Fogo, António Espínola, 23 quintais de algodão sujo produzidos na ilha do Fogo, resultantes do pagamento de um quarto de peças de um navio que fora da Guiné para o Fogo<sup>417</sup>.

O ano de 1520, representou oficialmente, um importante ponto de viragem, após uma fase marcada por sucessivos arrendamentos. O rei, consciente que esta fibra dominava na lista de exportações do arquipélago e perante os constantes atos de sonegação à Fazenda real, tanto dos rendeiros, vizinhos e oficiais régios, impôs o monopólio régio sobre o comércio do algodão da ilha do Fogo<sup>418</sup>. No mesmo ano, Álvaro Rodrigues, almoxarife de Ribeira Grande, entregou a Sebastião de Lila, 24 arrobas de algodão pelo aluguel das casas destinadas a instalar a alfândega<sup>419</sup>.

Já não estamos perante uma exploração senhoria/mercantil a título vitalício, como sucedeu com D. Fernando, para registar uma exploração de carácter mais elaborado, com objetivos monopolistas. Na verdade, findo o contrato de arrendamento de 1513-1516, D. Manuel I procurou sempre manter uma participação direta no comércio que se realizava entre os “Rios da Guiné” e as ilhas de Cabo Verde. Para prevenir e controlar a ação de moradores de Santiago e estrangeiros sobre o comércio desta fibra foram instituídas feitorias régias no arquipélago. A primeira foi instituída em Santiago. Não podemos afirmar qual a data certa da fundação desta feitoria, contudo, podemos constatar que data de 1520, o primeiro regimento do feitor da ilha de

---

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 297.

<sup>416</sup> *Ibidem*, pp. 228-229.

<sup>417</sup> Certidão atestando a receção de certa quantia de algodão sujo enviado pelo almoxarife da ilha do Fogo, António Spínola, 8 de janeiro de 1516, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. II, p. 192.

<sup>418</sup> Regimento do feitor da ilha de Santiago, Afonso de Ávila, 13 de janeiro de 1520, publicada in *HGCV-CD*, *ob. cit.*, vol. I, doc. 107, pp. 295- 301.

<sup>419</sup> ANTT, *Corpo Cronologico*-II-88- 65, 15 de março de 1520, Conhecimento em que se declara que o proprietário João de Lila recebeu 24 arrobas de algodão de aluguer de suas casas para instalação da Alfândega da Ribeira Grande.

Santiago<sup>420</sup>, Afonso Lopes de Ávila, que institui formalmente este organismo no arquipélago<sup>421</sup>.

O regimento de 13 de janeiro de 1520, enquanto reflexo da política então definida pelo rei no que concerne à participação dos vizinhos de Santiago no trato dos “Rios da Guiné”, para além das situações já tradicionalmente contempladas em diplomas anteriores<sup>422</sup>, prescreve princípios e normas para o comércio de algodão do Fogo. Segundo este documento, a feitoria além de ser um espaço de depósito de material náutico destinado ao reparo das armadas portuguesas, era, também, o organismo responsável pelo controlo, fiscalização e organização do comércio que era feito entre as ilhas de Cabo Verde e costa da Guiné, de modo a evitar o contrabando praticado pelos moradores de Santiago, principalmente com o algodão da ilha do Fogo e as outras *mercadorias defesas*<sup>423</sup>, tendo em conta que apenas as embarcações de trato régio podiam transportar e comerciar o algodão do Fogo nos “Rios da Guiné”.

Efetivamente, o seu conteúdo era essencialmente dirigido para o trato daquela fibra, concretamente pelos inúmeros itens que regulamentam de forma minuciosa os procedimentos que o feitor devia ter no cultivo, controle e comércio desta fibra. O principal objetivo consignado no regimento consistia em fazer cumprir a lei que proibia os moradores de Santiago de comerciar com o algodão produzido no Fogo no «circuito africano». Este controle passava por vigiar e inspecionar as embarcações que circulava entre Santiago e Fogo, as cargas e descargas de algodões e estipular os intervalos de partida e o porto de destino das embarcações<sup>424</sup>. Complementando estas atribuições, caso houvesse infrações das ordens régias, o feitor tinha competências para confiscar as fazendas dos navios dos infratores. De forma complementar, este deveria ter sempre à sua disposição algodão, adquirido por compra ou cobrança das rendas régias, para enviar para a Guiné nas embarcações ao serviço da Coroa portuguesa<sup>425</sup>.

---

<sup>420</sup> Regimento do feitor da ilha de Santiago, 13 de janeiro de 1520, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 107, pp. 295-301.

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 296. Pela documentação existente, podemos concluir que este foi o primeiro feitor nomeado para tal cargo. A confirmação esta afirmação temos a indicação no seu regimento da necessária escolha de um lugar para instalar a feitoria, possivelmente um casa alugada que depois seria substituído por um edifício, construído propositadamente para aquele fim; isto indica a inexistência anterior de tal organismo.

<sup>422</sup> Sobre estes assunto vide Iva Maria Cabral e Maria Manuel Ferraz Torrão, «Ensaio de uma feitoria régia no espaço económico e social da ilha de Santiago (1520-1550)» in *Stvdia*, nº 54/55, Lisboa, 1991, pp. 33-49.

<sup>423</sup> Regimento do feitor da ilha de Santiago, 13 de janeiro de 1520, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. I, doc. 107, pp. 295-301.

<sup>424</sup> *Ibidem*.

<sup>425</sup> *Ibidem*.

A questão que aí se coloca é se as diligências produzidas atingiram os resultados pretendidos. A resposta é não. Os poucos resultados obtidos por D. Manuel com a sua estratégia demonstram que estas medidas não passaram de lei morta, já que o trato do algodão do Fogo continuou a fugir, sobretudo nas ilhas, ao controlo da Coroa portuguesa. A venda ilícita desta fibra manteve um carácter contínuo. No seu contrabando não participavam só moradores e rendeiros, como também oficiais régios, que, aproveitando a ineficácia do controle régio sobre as suas ações, utilizavam esta atividade com forma de aumentar os seus dividendos.

Este facto é corroborado pelos arrendamentos feitos posterior a 1520 dos direitos das ilhas de Cabo Verde. Maria Manuel Ferraz Torrão e Iva Maria Cabral ressaltam o carácter temporário desta feitoria, pelo que para ocupar o cargo de feitor eram sempre nomeados pessoas que já exerciam outras funções no arquipélago, precisamente por ser encarado como uma instituição provisória, “[...] para a qual não se afigurava necessário enviar expressamente de Lisboa um individuo para o efeito.”<sup>426</sup>

No século XVI, o almoxarife Álvaro Dias foi denunciado de defraudar a Fazenda Real<sup>427</sup>. Álvaro Dias, além de receber “nosos direitos – a saber – dízimas em algodam”, também era incriminado de comerciar com o algodão da ilha do Fogo, vendendo-o em Santiago ou na Guiné<sup>428</sup>. Em consequência de tais atos, Álvaro Dias foi suspenso do cargo. Para esconder os seus atos ilícitos, Álvaro Dias fez desaparecer mais de 30 páginas do *Livro de Rendas e Receitas de Cabo Verde de 1513-1516*<sup>429</sup>, além de falsificar alguns dados. Talvez isto explica a ausência de dados sobre cavalos e algodão no citado livro de rendas.

Álvaro Rodrigues foi outro oficial régio que também utilizou o algodão da ilha do Fogo nas suas transações comerciais<sup>430</sup>, entre outras ilegalidades. Este era acusado de comprar com o dinheiro da Fazenda Real, para proveito próprio, algodão a “cemto e cynquenta e a dozentos rs o quyntall” para depois revendê-lo aos navios do trato régio por 300 reais<sup>431</sup>. Álvaro Rodrigues, já ocupando o cargo de feitor de Ribeira Grande, também negava o fornecimento de algodão às armações de trato régio com a finalidade

---

<sup>426</sup> Iva Maria Cabral e Maria Manuel Ferraz Torrão, «Ensaio...» in *Stvdia*, ob. cit., nº 54/55, p. 46.

<sup>427</sup> Sobre o percurso deste oficial nas ilhas ver Iva Maria Cabral, “A Fazenda...” in *Stvdia*, ob. cit., nº 51, pp. 177-189.

<sup>428</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 37, fl 76, doc. 2, 10 de junho de 1524.

<sup>429</sup> Cristiano José de Sena Barcelos, ob. cit., p. 73.

<sup>430</sup> ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 37, fl 76, doc. 2, 10 de junho de 1524.

<sup>431</sup> Carta régia nomeando Duarte Rodrigues para o ofício de escrivão de Almoxarifado de Ribeira Grande, 14 de novembro de 1520, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, doc. 116, pp. 321-323.



de, primeiramente, escoar a fibra que lhe pertencia. Sem outra solução, os mercadores teriam que submeter às condições impostas pelo dito feitor.

Pela leitura do documento, conclui-se que o feitor, não somente impunha a venda de seus produtos aos mercadores, como também impingia aos moradores de Santiago uma redução de preços, uma vez que o valor indicado, de 100 a 150 reais por cada quintal de algodão era irrisório, comparado com os 300/ 400 reais que se costumava dar. Tanto um como outro despeitaram ordens régias, pois, embora usufríssem das prerrogativas inerentes ao estatuto vizinho de Santiago, os oficiais régios estavam interditos de ir resgatar ao continente fronteiro às ilhas. Entretanto, não eram só os oficiais que infringiam as ordens régias. Os proprietários/mercadores também fazem parte desta lista. Rui Pereira foi um dos que, de tentou fugir às suas responsabilidades com a Coroa, ao manipular os oficiais régios de modo a não fazer o pagamento do algodão que era devido<sup>432</sup>.

Fracassadas as primeiras medidas com o intuito de fiscalizar e controlar inteiramente estes comércio, a solução foi mesmo instalar uma feitoria na ilha do Fogo, pois, embora, detivesse o monopólio do comércio do algodão do Fogo, a Coroa Portuguesa não estava a conseguir evitar o contrabando daquela fibra<sup>433</sup>. O primeiro documento que se conhece, referindo esta instituição, data de 1532. Trata-se da carta régia nomeando Jorge Correia<sup>434</sup> para o dito cargo, confirmado pelo seu regimento meses depois<sup>435</sup>. De acordo com este documento, esta feitoria já existia na ilha do Fogo, sendo que o primeiro feitor documentado (1529) – Duarte Fernandes, terminou as suas funções em 1532, após três anos de exercício. Foi substituído, nessa altura, por Jorge Correia<sup>436</sup>.

É através do Regimento<sup>437</sup> dado pelos oficiais da Casa da Mina ao feitor Jorge Correia que ficamos a conhecer as funções específicas que estavam inerentes à feitoria do Fogo<sup>438</sup>. A principal atribuição era proceder a produção, compra (limite máximo de

---

<sup>432</sup> Cf. Iva Maria Cabral, «O nascer de uma sociedade através do morador-armador» in *HGCV, ob. cit.*, vol. I, 2ª ed., p. 401.

<sup>433</sup> Carta régia de nomeação de Jorge Correia para o ofício de feitor de algodões da ilha do Fogo, 22 de maio de 1532, publicada in *MMA (1500-1569), ob., cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 76, pp. 237-238.

<sup>434</sup> *Ibidem.*

<sup>435</sup> *Ibidem.*

<sup>436</sup> *Ibidem.* Jorge Correia foi nomeado por um período de três anos com o salário anual de 30 000 reais.

<sup>437</sup> Regimento do feitor dos algodões da ilha do Fogo, Jorge Correia, 21 de outubro de 1532, publicada in *MMA (1500-1569), ob., cit.*, 2ª série, vol. II, doc. 77, pp. 239-243.

<sup>438</sup> O feitor podia obter o cargo por nomeação real, por designação do contador de Santiago e por transmissão ou trespasse de cargo.

1500 quintais por ano), armazenamento e distribuição de algodão para as Armadas Reais que se dirigiam para a Guiné.

“Ajuntarês os mais algguodois que podres em cada anno, ate & quynhemtos quymtaes, pera o terdes prestes e dardes aos navios que ouuerem dhir á Guinne, e asy os que desta Casa armarmos, que levarem nossa prouisaõ [...]”, de modo a que “nã fação detemça agordando pelo dito allguodaõ”<sup>439</sup>.

Para desempenhar esta função devia primeiramente providenciar meios (casas, guardas e outros materiais diversos) onde o algodão devia ser armazenado e vigiado para que não fosse roubado: “terês bom recado na guoarda dos allgodois e os terês em casa fechadas homde vollos nã possam furtar e [...] asy canhamaço pera sacas do dito allguodaõ.”<sup>440</sup>. Como outras funções completares, o dito feitor devia controlar todo o movimento comercial que se gerava à volta da produção do algodão da dita ilha e era auxiliado pelo escrivão da feitoria. Este último funcionário régio tinha como obrigações assistir às transações e aos carregamentos dos navios, proceder ao registo nos livros correspondentes das operações efetuadas e passar conhecimento das saídas e entradas de mercadorias ou das despesas e receitas<sup>441</sup>.

Esta feitoria estava subordinada às ordens dos funcionários da Casa da Mina e da feitoria de Santiago e dependia, financeiramente, da sua congénere em Santiago, uma vez que era esta que devia enviar matérias (caldeirões, machados, sacos), escravos, mantimentos, dinheiro para a compra do algodão, que, por sua vez, seria remetido para Santiago a fim de abastecer os navios do trato da Guiné. Na prática, durante a vigência do monopólio, registaram-se obstruções ao abastecimento das Armadas Reais com aquela fibra. Esta dificuldade de liquidez na feitoria do Fogo era, igualmente, reconhecida pelos contadores/feitores e almoxarifes de Santiago, segundo correspondências trocadas entre estes organismos.

Jorge Correia, feitor dos algodões do Fogo, queixa-se da falta de meios para proceder à compra da dita fibra. Ignorado em 1533 pelo feitor de Santiago, que

---

<sup>439</sup> Regimento do feitor dos algodões da ilha do Fogo, Jorge Correia, 21 de outubro de 1532, publicada in *MMA (1500-1569), ob., cit., 2ª série, vol. II, doc. 77, p. 240.*

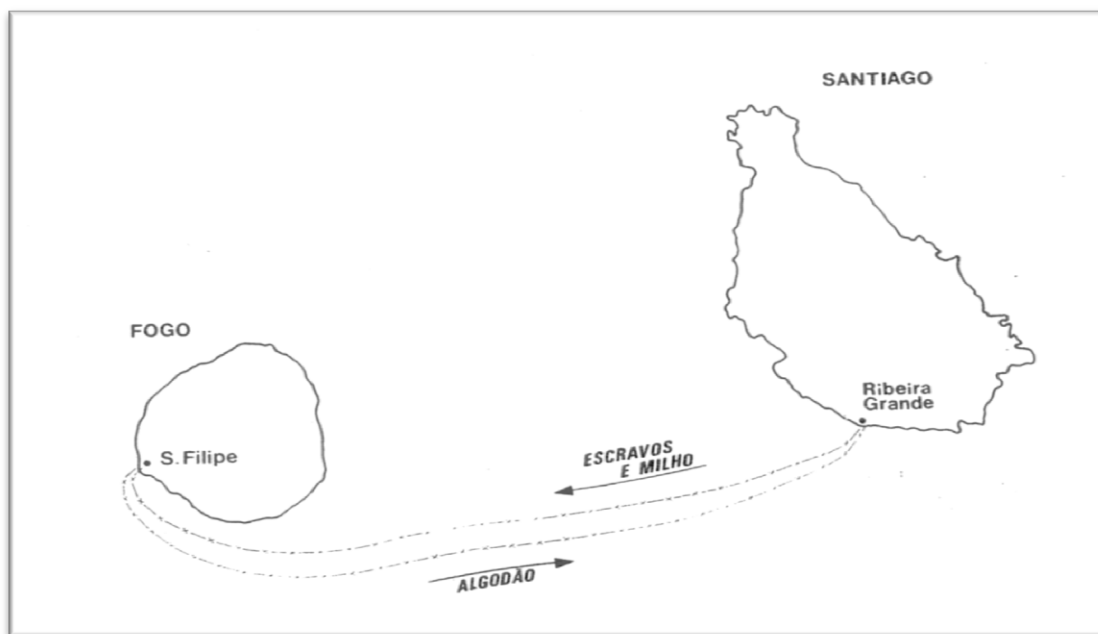
<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 241.

<sup>441</sup> *Ibidem*, p. 239.

considerava as queixas sem sentido<sup>442</sup>, este recorreu aos feitores da Casa da Mina, alegando não ter meios disponíveis para poder o comprar algodão, sugerindo que aquele este género fosse comprado com o dinheiro proveniente dos rendimentos do quarto e da vintena<sup>443</sup>. No entanto, este não teve parecer favorável da Casa da Mina que o ordenou a que “quando tiuerdes com que comprar os alguodõis os comprareis e quamdo não fareis o que poderdes”<sup>444</sup>.

### Mapa 3

#### Circuito entre as ilhas de Santiago e Fogo



*Fonte: História Geral de Cabo Verde, ob. cit., vol. I, 2ª ed., p. 283.*

<sup>442</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II-182-54, 5 de março de 1533, Carta dos oficias da feitoria de Santiago dirigida ao oficias da feitoria de Fogo referente à dificuldade de envio de dinheiro e mercadorias para a compra de algodão. “Nom há tanto que chegastes e levastes provisam pera o feitor passado vos entregar todo o algodom dinheiro e dividas [...] e tem mall provido vjestes da casa da mina que nom trouxestes nada nem dinheiro pera soprimento dos ditos algodões ave paciência porque nos nom podemos mais e deus sabe e o mundo com quanta miséria e fadiga temos feito essas armações que sam em gujne”.

<sup>443</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, I-57-44, 16 de maio de 1533, carta dos oficias da Casa da Mina dirigida ao oficias da feitoria de Fogo sobre o procedimento que deviam ter no que concerne ao trato do algodão.

<sup>444</sup> *Ibidem*.

Presentes estas duas feitorias no arquipélago, as funções que anteriormente eram exercidas pelos outros órgãos da Fazenda Real, Almoxarifados e Contadoria, foram encorpados nestes novos organismos, tendo em conta que os seus oficiais deviam superentender o serviço da alfândega e controlar todo o movimento portuário em Santiago, nomeadamente as de apoio às armadas que iam ter à ilha para se abastecerem e a cobrança dos direitos régios, quartos e vintena. O feitor de Santiago, ao acumular estas funções, a partir de 1534, além de “recebedor do trato”, teve anexado à designação de “recebedor do trato” o de “quartos e vintenas”<sup>445</sup>. Garcia Cerveira foi o primeiro a ser nomeado para este ofício que até a época estava dividido “[...] em dois recebimentos a saber, o da feitoria e trato em uma pessoas e o dos quartos e vintenas em outra pessoa”<sup>446</sup>.

Para a ilha do Fogo esta absorvência de funções foi mais ténue, se tivermos em conta que na dita ilha, ambos os oficiais, feitor e recebedor, chegaram a exercer a função de despacho do algodão para o exterior: a feitoria despachava os navios régios que se dirigiam para a Guiné e o almoxarifado, as embarcações dos moradores que transportavam algodão para o Reino ou Flandres ou outras regiões da Europa<sup>447</sup>. Com o tempo, este organismo tornou-se, surgindo novos ofícios. Em Santiago, o “guarda e homem do almoxarifado”, passou a ser denominado por “homem do almoxarifado e guarda dos navios da feitoria”<sup>448</sup> e houve uma duplicação do número de guardas da feitoria, aparecendo, em 1520, o já citado Gonçalo Velho e Gonçalo Rodrigues, respetivamente, como seus ocupantes<sup>449</sup>.

Na década de trinta do século XVI, com o funcionamento da feitoria do algodão do Fogo, surgiu um novo trajeto comercial desta fibra controlado diretamente pela Coroa. Os navios que partiam de Lisboa, iam diretamente à ilha do Fogo sem fazer escala em Santiago. Chegados à ilha do Fogo, as embarcações recebiam do feitor dos algodões, uma terminada quantia de algodão, mediante apresentação de uma provisão dos oficiais da Casa da Mina<sup>450</sup>. Em seguida, seguiam para a costa africana (sobretudo rios Casamansa e São Domingos). No regresso do continente africano não faziam escala

<sup>445</sup> ANNT, *Chancelaria D. João III*, liv. 7, Doações, fl. 59, 19 de março de 1534.

<sup>446</sup> *Ibidem*. Sena Barcelos, *Subsídios ...*, ob. cit., parte I, p. 107.

<sup>447</sup> Regimento do feitor da ilha de Santiago, Afonso de Ávila, 13 de janeiro de 1520, publicada in *HGCV-CD*, ob. cit., vol. I, doc. 107, pp. 295- 301.

<sup>448</sup> ANTT, *Chancelaria D. João II*, liv. 37, Doações, fl. 78, 24 de novembro de 1524, Carta de nomeação de Gonçalo Velho para o cargo de guarda da feitoria da ilha de Santiago. Esta designação aparece na documentação em 1524 quando Gonçalo Velho foi provido no dito ofício.

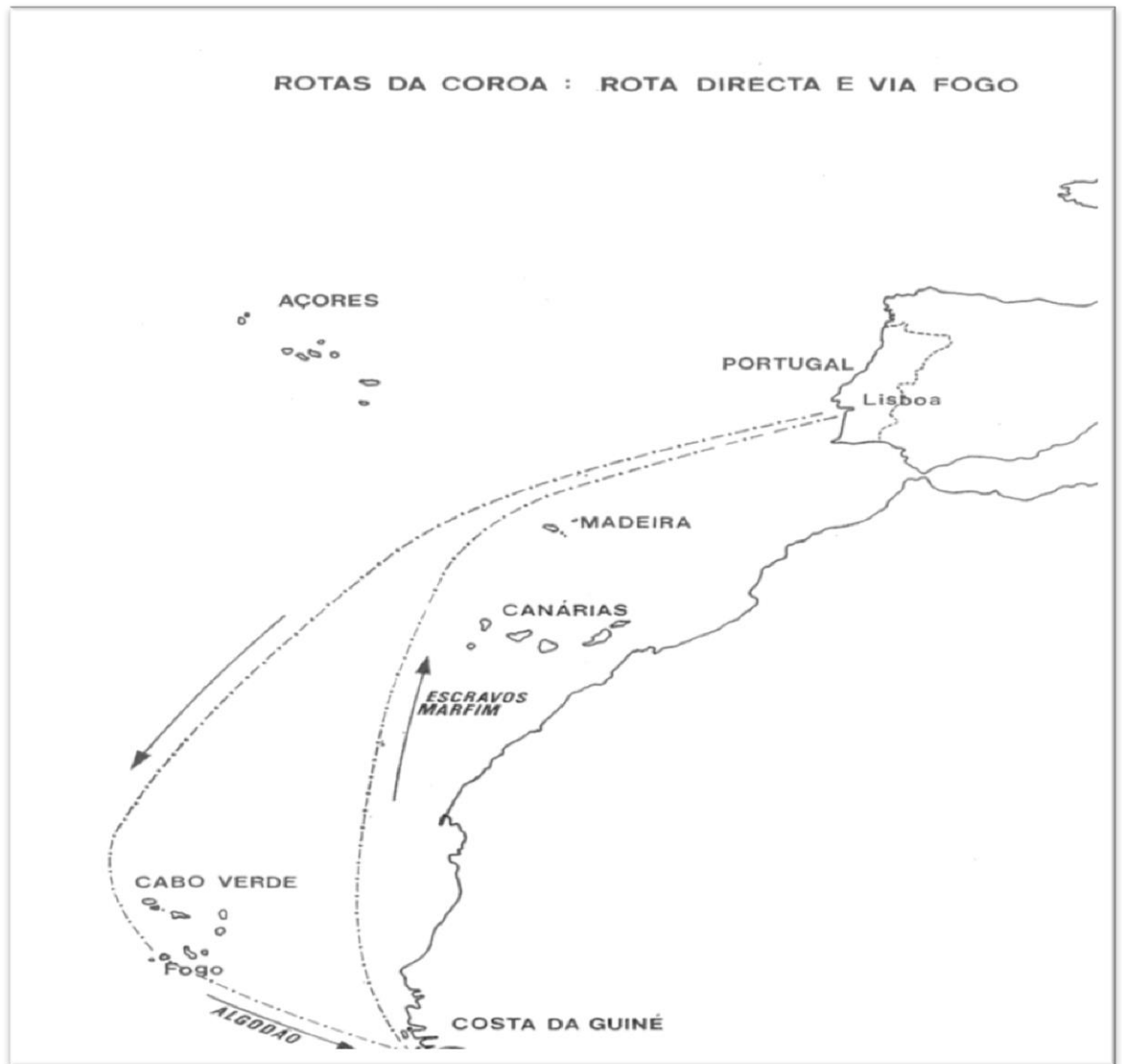
<sup>449</sup> ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 528, *Livro de Quartos e Vintenas de 1528*.

<sup>450</sup> Cf. Maria Manuel Torrão, «Subsídios ...» in *Studia*, ob. cit., nº 50, p. 162.

em Cabo Verde e se dirigiam para o Reino. Excetuando esta situação, a ilha de Santiago era obrigatoriamente o ponto de partida e de destino dos navios que iam resgatar aos rios da Guiné<sup>451</sup>.

#### Mapa 4

##### Rota direta do algodão: Fogo - “Rios da Guiné”



Fonte: *História Geral de Cabo Verde*, ob. cit., vol. I, 2ª ed., p. 284.

<sup>451</sup> *Ibidem*.

Voltando aos valores resultantes do comércio/exportação desta fibra, em 1527, Diogo Rodrigues Homem, vendeu 100 quintais para abastecimento das embarcações régias por 30 mil reais "/.../ pagos na ilha do Fogo ao preço do comercio na vila de São Filipe da dita ilha."<sup>452</sup>. Foi igualmente com o algodão da ilha do Fogo que o mercador/proprietário Rui Pereira comprou à Fazenda real, no mesmo ano, milho para alimentação dos seus escravos. Este comprometeu-se, por “si e seus bens de raiz” a fazer o pagamento em algodão: 343 quintais e meia arroba de algodão sujo em troca dos 34 moios e 21 alqueires de milho<sup>453</sup>, à razão de dez quintais de algodão por um 1 moio de milho<sup>454</sup>. Em 1529, temos indicação eu o pagamento, cuja data limite de cobrança era até fevereiro de 1528, ainda não tinha sido efetuado<sup>455</sup>.

A permuta de algodão por milho era viável para os vizinhos de Santiago porque aquele produto era importante para alimentação dos escravos, tanto dos que residiam em Cabo Verde, como os que tinham destino a Europa, pelo que podia ser sempre vendido aos navios de tráfico negreiro. Ouro facto curioso é que preço de algodão por quintal manteve-se inalterável ao longo destes anos: 300/400 reais por quintal<sup>456</sup>, exceto, quando Álvaro Rodrigues impôs o seu próprio preço aos produtores nas ilhas.

Para a década trinta do século XVI, encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, várias provisões e recibos, relativos a carregamentos efetuados da ilha do Fogo durante o período de 22 de fevereiro de 1533 a 17 de novembro de 1535 para Santiago e os “Rios da Guiné”, que nos permitem traçar a evolução da exportação algodoeira nestes três anos.

Em 1533, seguiram para os “Rios da Guiné” cerca de 480 quintais, 2 arrobas e 12 arráteis de algodão e para Santiago 700 quintais 50 arráteis e 1 arroba e meia. Nos anos seguintes, seu ritmo acelera-se: 624 quintais, 8 arrobas e meia e 47 arráteis foram exportados para os “Rios da Guiné”, enquanto 38 arrobas, 2 arrobas e 20 arreteis

---

<sup>452</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II- 139-21, 25 de fevereiro de 1527, certidão comprovando a venda de 100 quintais de algodão de Diogo Rodrigues Homem ao rei.

<sup>453</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II-140-148, 8 de maio de 1527, carta do contador de Cabo Verde, Gaspar da Videira mencionando a permuta de algodão por milho.

<sup>454</sup> Carta do contador e feitor da ilha de Santiago, André Rodrigues dos Mosquitos ao provedor-mor. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-140-148, de 8 de maio de 1527 e III-12-52, Rui Pereira, armador e proprietário da ilha do Fogo, transportou de Santiago para Fogo 34 moios e 21 alqueires de milho, a mando do dito contador. O milho acabou por ser comprado na vila de São Felipe pelo próprio Rui Pereira por 343 quintais e meio de algodão, a razão de dez quintais de algodão por um moio de milho.

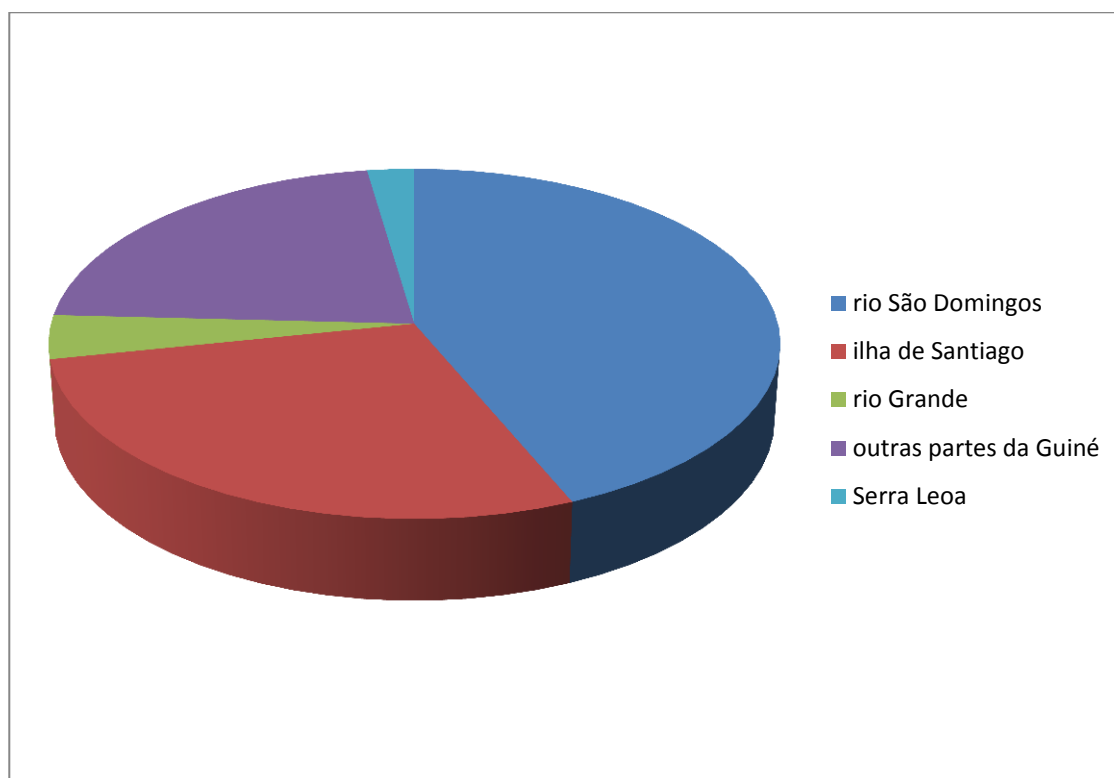
<sup>455</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II-140-148, 8 de maio de 1527, carta precatória do contador de Cabo Verde, André Rodrigues, dirigida aos juizes da ilha do Fogo.

<sup>456</sup> Assento dos valores cobrados pelo arrendamento do dizimo da ilha do Fogo a Jorge Nunes e Francisco Martins, 24 de março de 1518, publicada in *HGCV-CD, ob. cit.*, vol. II, p. 288.

tiveram como destino a ilha de Santiago. Em 1535 existe registo apenas de saída de algodão para a costa da Guiné: 873 quintais e 2 arrobas e meia<sup>457</sup>. Todos estes valores nos demonstram a grande produtividade que esta planta tinha no Fogo e a consequente importância que foi ganhando na economia deste espaço insular.

Como se pode verificar no gráfico, no total, entre os anos de 1533-1535 foram exportados da ilha do Fogo cerca de 2800 quintais de algodão em onze embarcações: à volta de 2100 quintais foram para a Guiné, enquanto os restantes (cerca de 700 quintais) foram remetidos para Santiago<sup>458</sup>.

**Gráfico 1**  
**Exportação de algodão da ilha do Fogo: 1533-1535**



<sup>457</sup> Para elaboração destes dados foram utilizadas diversas fontes, entre as quais: a carta dos oficiais da feitoria de Santiago (5 de março de 1533; cartas do feitor e oficiais da Casa da Mina dirigida ao feitor dos algodões do Fogo (16 de maio de 1533 e 18 de janeiro de 1535); carta dos contratadores de algodão da ilha de Santiago dirigida ao feitor dos algodões da ilha do Fogo (15 de setembro de 1533). Nestes documentos estão indicados alguns valores da exportação do algodão da ilha do Fogo. para além destes, recorreremos ainda a certidões e recibos que atestam a entrega de certas quantias de algodão a vários capitães de navios.

<sup>458</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Subsídio ...» in *Stvdia, ob. cit.*, pp. 157-176.

Igualmente, o gráfico revela-nos que o rio São Domingos predominava na lista de mercadores consumidores do algodão da ilha do Fogo. O facto de naquele rio ser possível a complementaridade trato de algodão e escravo, tornava-o o lugar privilegiado para os moradores de Santiago fazerem negócio. Ali, as embarcações, ao mesmo tempo, que descarregavam o algodão proveniente de Cabo Verde se abasteciam de escravos. Aliás, André Alvares de Almada, informa-nos, que nos finais do século XVI, no rio São Domingos “ [...] continuamente andam os negros vendendo a troco de algodão e outras coisas”<sup>459</sup>.

Perante esta conjuntura, a Coroa portuguesa entendeu por bem estender fundar terceira feitoria para controle do comércio do algodão no rio São Domingos, lugar de excelência na Guiné da troca de escravos por algodão. Neste rio foi instituído um feitor régio, pelo menos desde 1534<sup>460</sup>. Infelizmente, para a época em estudo, não contamos com documentação que nos elucida sobre a forma como funcionava a gestão desta feitoria. A primeira referência a este ofício foi feita numa carta dos oficiais da Casa da Mina ao feitor da ilha do Fogo, Jorge Correia, informando que no navio *São João* ia o feitor Simão Caldeira «pera estar no Rio de São Domingos»<sup>461</sup>. A segunda diz respeito à nomeação do seu segundo feitor, António de Val. Trata-se de uma disposição régia idêntica ao anterior<sup>462</sup>.

A feitoria de São Domingos estava instalada, inicialmente, num navio, para evitar hostilidades dos chefes e populações africanas que dificilmente tolerariam a sua instalação em terra firme. Esta “feitoria flutuante”<sup>463</sup> operava apenas em função dos interesses da Coroa, ou seja, não servia como base de apoio para os navios de mercadores particulares, funcionando à margem de todo o conjunto de disposições e ordens régias referentes ao comércio com a Guiné. A sua principal função era comerciar com o algodão da ilha do Fogo, ou seja, trabalhava apenas com um produto exclusivo da Coroa e com agentes económicos ligados à Coroa.

O funcionamento destas três feitorias, Santiago, Fogo e rio São Domingos, permitia ao rei controlar todo o processo de produção, armazenamento, transporte e

---

<sup>459</sup> André Alvares de Almada, *ob. cit.*, p. 78.

<sup>460</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, 7 de março de 1534, carta dos oficiais da Casa da Mina ao feitor da ilha do Fogo, Jorge Correia sobre o envio de algodão para a Guiné.

<sup>461</sup> *Ibidem*.

<sup>462</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, II-197-70, 18 de janeiro de 1535, carta dos oficiais da Casa da Mina ao feitor do algodões da ilha do Fogo, ordenando que entregasse ao piloto do navio Santo António certa quantidade de algodão que tinha como destino a feitoria de São Domingos.

<sup>463</sup> Noção desenvolvida pela historiadora Maria Manuel Ferraz Torrão.



troca do algodão por outras mercadorias. Convém assim realçar as diferenças destas três feitorias com as outras que a Coroa portuguesa instaladas na Índia e na África neste período. De modo geral, as feitorias foram entrepostos costeiros, responsáveis pela organização do comércio do Estado português, tanto no Reino como nas suas novas conquistas e apoiados por uma presença militar<sup>464</sup>. As duas instaladas em Cabo Verde e a outra no rio São Domingos, pelo contrário, detinham um papel essencialmente de controlo e não de fomento comercial<sup>465</sup>.

A exportação desta fibra não visava apenas os portos africanos. A Europa também fazia parte do seu destino, nomeadamente Flandres, Castela e o Reino. Duarte Pacheco Pereira assinala que era enviado para Portugal «[...]desta Ilha de Santiago e assim das outras em cada ano [...] muitos cebos e algodões assaz finos [...]»<sup>466</sup>. Em 22 de novembro de [1513] saiu da ilha de Santiago um navio *A Piedade* com destino a Europa de que era mestre Garcia Cota. Este carregou 14 arrobas de algodão que pagou de dízima, trezentos reais por “avença por ser algodão muito roim da ilha do Foguo”<sup>467</sup>.

Dois anos depois, porque estabeleceu um acordo com os rendeiros, Jorge Rego podia carregar todo o algodão, marfim e escravos pagando três e terço por cento de todo que ele carregasse, desde que vendesse os produtos somente no Reino<sup>468</sup>. De igual modo, dos carregamentos que o navio *Santa Maria da Conceição* fez de algodão e marfim, pagou apenas um terço mediante acordo que fez com os rendeiros. A embarcação carregou 580 quintais e três arrobas e meia de algodão, 100 arrobas das quais era de algodão da Brava<sup>469</sup>. O algodão exportado para Flandres foi avaliado a 50 réis cada arroba<sup>470</sup>.

Apesar de serem escassas as informações referentes ao comércio inter-regional praticado pelos moradores de Santiago nos “Rios da Guiné”, existem referências que estes, apoiados pelos *lançados*, transportavam roupas de algodão dos rios São Domingos, Gâmbia e Casamansa para o rio Grande e os outros rios situados mais a Sul. Tal como os portugueses fizeram anteriormente, estes também iam buscar anil ao rio Nuno para permutarem no rio São Domingos<sup>471</sup>.

<sup>464</sup> Cf. Iva Maria Cabral e Maria Manuel Ferraz Torrão, «Ensaio...» in *Stvdia*, ob. cit., nº 54/55, p. 38.

<sup>465</sup> *Ibidem*.

<sup>466</sup> Duarte Pacheco Pereira, ob. cit., p. 610.

<sup>467</sup> *Livro de Receita*, ..., publicada in *HGCV-CD*, ob., cit., vol. II, p. 241.

<sup>468</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 280.

<sup>470</sup> *Ibidem*.

<sup>471</sup> Cf. Maria Manuel Torrão, «Actividade ...» in *HGCV*, ob., cit., vol. I, p. 281.

A partir da segunda metade do Seiscentos perdurou o seu plantio e fiação. De qualquer modo à semelhança do sucedido com outras mercadorias, os têxteis de algodão de Cabo Verde defrontam-se com a abertura de mercados, com o estabelecimento da rota da Índia e a introdução de novos produtos com a chegada dos Ingleses e Franceses da costa da Guiné. O algodão que se produzia em Cabo Verde começou a perder a importância comercial que tinha nos “Rios da Guiné”.

## Conclusão

O debate proposto pela presente dissertação capturou os elementos históricos e as contradições de todo o processo de introdução e comercialização de algodões e cavalos em Cabo Verde e chegamos a alguns dados conclusivos. Em primeiro lugar, todo este processo foi impulsionado pela necessidade destas mercadorias na costa africana. O elo entre Cabo Verde e todo o território designado de “Rios da Guiné” está bem presente em todas as obras que se debruçam sobre a história de Cabo Verde e não só, realçado, sobretudo, o seu papel no tráfico negreiro e o impulso que a economia de Cabo Verde ganhou após a publicação da carta régia de 1466.

Confirma-se que foram as imposições do rei D. Afonso V, em 1472, de apenas se poder comerciar com a costa da Guiné com produtos “nados e criados” na ilha de Santiago, que deu impulso ao “povoamento agrário” e a utilização de escravos como mão de obra. Nestas circunstâncias, a predominância do binómio cavalo-algodão constituiu principalmente uma característica da agropecuária da ilha de Santiago, mais relacionada como desenvolvimento do comércio. De resto apenas na ilha do Fogo, devido à existência de bons portos e à proximidade de Santiago, se desenvolveu a cultura algodoeira. Nas restantes ilhas, consideradas periféricas, a influência do isolamento determinou a diversificação das atividades autóctones, que cumpria deliberadamente propósitos dos senhores que detinham a sua exploração económica. Houve o desenvolvimento de um modelo uniforme na periferia cabo-verdiana, a criação de gado vacum e cabrum, registando, por outro lado as atividades de apanho e um povoamento inexistente.

Concomitantemente, através da adoção de um sistema remanescente do Portugal feudal, o regime de Sesmarias, os portugueses deram aos colonos acesso à terra atrelado ao seu cultivo, surgindo as grandes propriedades nas ilhas de Santiago e Fogo. Embora, mais intensa na ilha do Fogo, a atividade algodoeira na ilha de Santiago teve uma importância decisiva para a ocupação das terras do interior, assim como da ilha do Fogo, realidade evidente ao longo do nosso trabalho.

No entanto, a produção algodoeira de Santiago ficou muito limitada, quando a expansão de outras culturas, nomeadamente a cana, e da criação de cavalos e outros animais, provocou uma crescente necessidade de terras. Foram os

proprietários/armadores que desenvolveram estas duas atividades, em ambas as ilhas, porém, enquanto a sociedade de Santiago estava virada para o comércio, a do Fogo era uma sociedade virada para o interior, para a agricultura.

A falta de fontes documentais impossibilitou a obtenção de conclusões seguras sobre a distribuição geográfica das propriedades e as suas dimensões e arquipélago. O que nós sabemos é que as terras distribuídas em regime de sesmaria foram dadas a bem poucos e as primeiras a serem distribuídas foram as situadas nas zonas com melhores condições agrícolas. Assim, podemos falar num grupo social formado por grandes proprietários que, comumente, se dedicavam à atividade comercial, sendo o tráfico de escravos a principal atividade. Os escravos constituíram a força do trabalho dominante, tanto nas plantações agrícolas, como eram responsáveis pela guarda e pastoreio dos animais.

Percebemos claramente uma ligação/ dependência entre as ilhas de Santiago e Fogo, que se traduziu não só na transposição dos moradores da primeira para a segunda, como também, na dependência económica. Só com o envio de dinheiro e mantimentos da feitoria de Santiago é que os oficiais do Fogo podiam comprar algodões, além da Coroa portuguesa impor a limpeza e venda do algodão somente em Santiago.

No que concerne ao comércio desta fibra, o algodão, ao contrário do cavalo e mesmo que em mínima escala, era exportado para Lisboa, possivelmente para confecção do vestuário dos escravos, como apontaram alguns documentos esparsos, gerando renda para os proprietários rurais, para os reдеiros e até mesmo para a Coroa. No entanto, a correspondência inter-ilhas revela ainda por mais problemática, em consequência da falta de meios e da fragilidade dos organismos da Fazenda régia situados nas ilhas. A comprová-lo, temos a situação de falta de mantimentos (milho) e dinheiro em Santiago para compra de algodões na ilha do Fogo.

Os arrendamentos eram uma forma de administração régia ao dispensar para um particular a cobrança dos tributos resultantes tanto da produção interna, o dízimo, como da comércio, a dízima, além do quarto e da vintena. Ao receber um valor fixo anual pelos direitos que recaiam sobre o comércio e a produção interna, limitava os atos de contrabando ao mesmo tempo que se escusava da responsabilidade técnicas e humanas necessárias para proceder à recolha de tais tributos. Importa então sublinhar que com o desenvolvimento destas duas atividades, engendrou-se um novo sistema de pagamento. Cavalos e algodão foram utilizados como para-moedas para pagamento dos impostos e outros de serviços, como aluguer e compra de casas.

Na administração, o estabelecimento das feitorias em Santiago, Fogo e São Domingos, assim com as leis de 1514, 1517 e 1518, constituíram a melhor prova do sentido de organização de D. Manuel I: o de robustecimento da autoridade monárquica no arquipélago e de centralização nas mãos do rei de toda a vida económica do complexo Cabo Verde -“Rios da Guiné”. Todavia, as aspirações de tornar o comércio de algodão monopólio régio, assim como as aspirações de criar uma zona de comércio exclusivo na Guiné nunca deram o fruto desejado, isto porque, tanto os moradores de Cabo Verde como também os *lançados* e os Castelhanos nunca respeitaram as disposições referentes ao trato desta mercadoria como ao comércio em geral.

Ao intenso contrabando, juntaram-se os recém-chegados, Ingleses e Franceses, levando para os mercados africanos uma maior diversidade de mercadorias, inclusive as que eram consideradas *defesas*, como o ferro. Confrontado com os atos de coros e pirataria destas potências europeias, Portugal, não tinha recursos financeiros, humanos e materiais para fazer fase aos desafios colocados pelos assaltos. O que dirá dos organismos régios em Cabo Verde.

Esta nova conjuntura ditou o declínio do comércio de cavalos, perante o interesse dos Africanos por novas mercadorias. A exportação de algodão, sobretudo o que se produzia na ilha do Fogo, desde da primeira década do século XVI, passou a ser o produto dominante de Cabo Verde no comércio externo. O que não quer dizer que esta também não tenha sofrido alguns abalos com a concorrência destes novos agentes.

Na segunda década do século XVI, associada à produção algodoeira, outro produto ganhou relevo na economia de Cabo Verde: os panos da terra, que manteve até às últimas décadas do século XVII, com oscilações várias, o lugar de um dos mais importante produtos de exportação, juntamente a urzela e os derivados do gado, carne, sebo e couro. Por outro lado, por volta de 1535, Cabo Verde entrou num período de crise que se agravou ao longo do século XVI e início do século seguinte, culminando com a transferência do centro de tráfico de escravos de Santiago para Cacheu.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I. FONTES

#### I. 1- Fontes manuscritas

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, LISBOA:

- *Chancelaria D. João III*

- *Chancelaria D. Manuel I*

- *Colecção de São Lourenço*

- *Corpo Cronológico*

- *Núcleo Antigo*

#### I. 2- Fontes impressas

ALMADA, André Alvares de, *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde*, ed. de António Luís Ferronha, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 2006.

BARROS, João de, *Asia*, Décadas I-IV, ed. de António Baião, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

*Descobrimentos Portugueses*, 3 vols, ed. de João Martins Silva, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1971-1988.

FERNANDES, Valentim, *Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

*História Geral de Cabo Verde-Corpo Documental*, 2 vols, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/ Praia, Direcção Geral de Património Cultural de Cabo Verde, 1988- 1990.

*Monumenta Henricina*, 15 vols, dir. de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.

*Monumenta Missionaria Africana*, 6 vols, 2 série, ed. de António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, vols. I-IV, 1958-1968, Lisboa Academia Portuguesa da História, vols. V-VI, 1979-1982.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situs Orbis*, ed. crítica e comentários de Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

*Portugalia Monumenta Africana*, 5 vols., dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993-2002.

SINTRA, Diogo Gomes de, *Descobrimento primeiro da Guiné*, ed. crítica de Aires A. De Nascimento, introdução histórica de Henrique Pinto Rema, *Obras Clássicas da Literatura Portuguesa*, Literatura Medieval, Lisboa, Colibri, 2002.

*Viagem de Lisboa à Ilha de S. Tomé*, ed. de Luís de Albuquerque, Alfa, Lisboa, 1989.

*Viagens de Luís Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Porto, Civilização, 1994.

## DICIONÁRIOS:

CHEVALIER, Jean, GHEEGRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, editora Teorema, Lisboa, 1994.

*Dicionário da História de Portugal*, 6 vols., dir. de Joel Serrão, Porto, Figueirinhas, 1984.

*Dicionário dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, dir. de Luís de Albuquerque, Circulo de Leitores, Lisboa, 1994.

NANTET, Bernard, *Dicionário Temático Larousse- Civilizações Africanas*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000.

## ESTUDOS:

*África: nas vésperas do mundo moderno*, org. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; texto Jill R. Dias, trad. José Luís Luna, coord. Francisco Faria Paulino. [Lisboa]: C.N.C.D.P., 1992.

ALBUQUERQUE, Luís de, «As ilhas que estavam lá...» in *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº 5, 1990, pp. 52-67.

- *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., Mem Martins, Europa-América, 1989.

ANDRADE, Elisa Silva, *As ilhas de Cabo Verde – da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*, Paris, L’ Harmattan, 1996.

BALENO, Ilídio, - «O Corso e a Pirataria em Cabo Verde: Seus Reflexos na Vida Local» in *Actas do III Colóquio Internacional de História*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo / Centro de Estudos de História de Atlântico, 1993, pp. 675-686.

BARCELOS, Cristiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1899.

BARRY, Boucarr, «A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XIX» in *Soronda*, revista de Estudos Guineenses, Guiné-Bissau, 1990, pp. 3- 21.

BRAUNSTEIN, Philippe, «Abordagens da Intimidade nos Séculos XIV-XV», in *História da Vida Privada - Da Europa Feudal ao Renascimento*, vol. 2, dir. George Duby, Afrontamento: Companhia das Letras, 1990, pp. 369-372.



CABRAL, Iva, «A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os Moradores de Santiago: o Exemplo de Álvaro Dias, Almoxarife da Ribeira Grande», publicada in *Stvdia*, nº 51, Lisboa, 1991, pp. 177-189.

- «Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)», in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, 2005.

Idem, TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, «Ensaio de uma feitoria régia no espaço económico e social da ilha de Santiago (1520-1550)» in *Stvdia*, nº 54/55, Lisboa, 1991, pp. 33-49.

CARREIRA, António, «A urzela e o Pano de Vestir- Dois Produtos de Exportação das Ilhas de Cabo Verde» in *Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde*, Série de Ciências Humanas, Praia, 1973, vol. I, nº 1, pp. 3-35.

- *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata*, Praia Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.

- *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “ Rios da Guiné” (Século XVII e XVIII)*, Lisboa, Mem Martins-Europa, 1983.

- *Estudos da Economia Cabo-verdiana*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1982.

- *Os Portugueses nos Rios da Guiné: 1500-1900*, Lisboa, [s.n.], 1985.

- *Panaria caboverdeana-guinenese: aspectos históricos e sócio-económicos*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.

Cohen, Zelinda, «Algumas Reflexões sobre a Colonização da Ilha do Fogo» in *Magma*, nº 5/6, Mindelo, 1990, pp. 27-30.

- *Controle e Resistência no quadro do funcionalismo régio Insular: Cabo Verde, Século XV a XVIII*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1999.

- *Os Filhos da Folha (Cabo Verde - Séculos XV- XVIII)*, Praia, Spleen - Edições, 2007.

- «Subsidio para a história geral de Cabo Verde: os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas reais das Ilhas de Cabo Verde» in *Stvdia*, nº 53, Lisboa, 1994, pp. 317-364.

COSTA, João Paulo Oliveira e, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II» in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusíada. Actas do III Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia da Marinha, 2000, pp. 39-61.

- *D. Manuel I, 1469-1521, um Príncipe do Renascimento*, in *Reis de Portugal*, coord. de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005.

- *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

- *Mare Nostrum, em Busca de Honra e Riqueza*, Lisboa, Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2013.

DISNEY, A.R., «Engaging with Atlantic Africa» in *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol. II, New York, Cambridge University Press, 2009, pp. 45-83.

DUARTE, Maria Cristina Reis de Lima, *A vegetação de Santiago (Cabo Verde). Apontamento histórico, composição florística e interpretação ecológica das comunidades*, dissertação de doutoramento em Engenharia Agronómica, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

DRAIN, Michel, «Le Terre. Capiatl Physique, Capital Symbolique» in *Espaces et Familles dans l'Europe du Sud à L'âge modern*, dir. de Stuar Woolf, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993, pp. 19-51.

FARINHA António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, colecção Lazúli, 1999.

- *Portugal e Marrocos no século XV*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1990.

FERNANDES, Leila Leite, *Os Filhos da Terra do Sol: a Formação do Estado-nação em Cabo Verde*, São Paulo, SUMMUS, 2002.

FERNANDES, Vítor Manuel de Miranda, *O Itinerarium Portugallensium, as Viagens de Luís de Cadamosto (1455-1456)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

FERREIRA, Ana Maria, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na Primeira Metade do Século XVI*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1995.

FONSECA, Adão da, «Do Atlântico Medieval ao Atlântico Moderno: os Descobrimentos e a Formação do Espaço Atlântico» in *A Ciência e os Descobrimentos*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, pp. 69-83.

- *O Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no Século XV*, Lisboa, Inapa, 1991.

FURTATO, Cláudio, *A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde, Praia*, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1993.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia dos Descobrimentos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962.

- *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008.

- *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra Editora, 1947.

- *O Papel de Portugal nos Séculos XV-XVI: Que Significa Descobrir? Os Novos Mundos e Um Mundo Novo*, ed. Belingue, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1994.

- *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1991.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o Africano*, in *Reis de Portugal*, coord. De Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, Circulo de Leitores, 2012.

HAVIK, Philip J., «Comerciantes e Concubinas: Sócios Estratégicos no Comércio Atlântico na Costa da Guiné», in *Revista Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África*, Rio de Janeiro, 1996, p. 161-179.

HENRIQUES, Isabel Castro, MARGARIDO, Alfredo, *Plantas e Conhecimento do Mundo nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Alfa, 1989.

- *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004.

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições- Época Medieval e Moderna*, Coimbra, editora Almedina, 1982.

*História da Expansão Portuguesa - A Formação do Império (1415-1570)*, vol. I, dir. de Francisco Bettencourt e Chadhuri Kirti , Lisboa, Circulo de Leitores, 1997.

*História Geral da África*, 8 vols, 2ª ed. Gamal Mokhtar (ed.), Brasília, UNESCO, 2010.

*História Geral de Cabo Verde*, Vols. I e II, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos, 2ª ed., Lisboa: Junta de Investigação Científica Tropical/ Praia: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991- 2001.

*História Universal*, 4 vols, dir. de José Manuel Toríbio, Lisboa, Editorial Oceano, 1992.

*História Universal*, 20 vols, coord. de Francesc Navarro, Lisboa, Salvat, 2005.

HORTA, José da Silva, «A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)» in *Mare Liberum*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 209-339.

- *A “Guine de Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1648)*, dissertação de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002.

KI-ZERBO, Joseph, *História de África Negra*, 2 vols, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1990-1991.

LOVEJOY, Paul, *Transformations in salvery: a history of slavery in Africa*, 2ª ed., Cambridge University Press, 2007.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI», in *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, 2009, pp.151-175.

MARQUES, João Pedro, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2004.

MARQUES, José - «Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela no século XV» in *Relações entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tropical, 1994, pp. 11-64.

MATOS, Artur Teodoro de, «Diversidade e Complementaridade na Formação da Sociedade Colonial Caboverdiana. A Arqueologia da Sociedade de Santo Antão (1504-1732), in *Em Louvor da Linguagem – Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, Colibri, 2003, pp. 259-270.

- «Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos séculos XVI e XVII. Elementos para o seu estudo» in *História das Ilhas Atlânticas: Arte, Comércio, Demografia, Literatura, Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, vol. II, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997, pp. 343-349.

M'BOKOLO, Elikia, *África Negra, História e Civilizações (Até ao século XVIII)*, vol. I, Lisboa, Vulgata, 2003.

MOTA, Avelino Teixeira, «D. João Benoim e a expedição portuguesa ao Senegal em 1489», separata do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. 26, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1971.

NEVES, Maria Teresa Avelino Cordeiro, *O município nas ilhas de Cabo Verde, séculos XV a XVIII*, dissertação de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

*Nova História da Expansão Portuguesa*, 12 vols, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, editora Estampa, 1986- 2005.

OLIVEIRA, Aurélio de, *Nos Caminhos do Atlântico, 1400-1500: o Infante e os outros*, Braga, Compolito, 1999.

PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

PIPA, Ana Isabel Sá Ferreira, *Passar fronteiras: práticas e instrumentos dos contactos iniciais em África*, Viseu, Passagem Editores, 2004.

*Portugal no Mundo*, 6 vols. I e II, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989.

RAU, Virgínia, *Feitores e feitorias, “instrumentos” do comércio internacional português no século XVI*, Lisboa, Brotéria, 1966.

REIS, José, *Notas sobre a Escravidão na África Pré-Colonial*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 1992.

RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho, «“Terratenentes-mercadores”: tráfico e sociedade em Cabo Verde, séculos XV e XVI», in *Congresso Internacional de História*, 2009, pp. 301-3011.

RUEDA, Fernando Martinez, GOITIA, Mikel Urquijo, «Estrategias familiares y poder» in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII-2/3, 1994, pp. 81-92.

SALDANHA, António Vasconcelos, *As Capitánias - o Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1992.

SANTOS, Isabel Maria Calmeiro dos, *A ilha do Fogo nos séculos XV-XVIII: sistematização de informações históricas*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

SANTOS, Maria Emília Madeira, *As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa": uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

Idem, BALENO, Ilídio, «Litoral: Linha de atracção, repulsão e compressão (Arquipélagos e Costa Ocidental Africana)» in *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica Hidrografia-Limites do Mar e da Terra*, Cascais, Patrimonia, 1998, pp. 147-152.

SAUNDERS, A.C. de C. M., *História social dos escravos e libertos negros em Portugal 1441-1555*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

SILVA, Alberto da Costa e, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

- *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500-1700*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica: O Caso das Cidades Porto (Ribeira Grande e Mindelo)*, dissertação de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2007.

- «Os Fundamentos do Povoamento» in *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº 5, 1990, pp. 69-75.

SILVA, José Manuel de Azevedo e, «O Tratado de Tordesilhas: entre o real e o imaginário», separata da *Biblos*, vol. LXX, 1994.

SOARES, Maria João, «Para uma compreensão dos Lançados nos Rios da Guiné: século XVI-meados do século XVII» in *Stvdia*, nº 56/57, Lisboa, 2000, pp.147-222.

SOUSA, J. Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1990.

SOUSA, Julião Soares Sousa, *A “Guiné” na literatura portuguesa de viagens: séculos XV-XVII*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996.

TAVIRA, Maria Armanda de Mira R.F. Ramos, *Os Roteiros Portugueses do Atlântico de finais do século XV á primeira década do Século XVII*, dissertação de

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

THOMAS, Hugh, *The Slave Trade. The History of the Atlantic Trade, 1440-1870*, Londres, Papermac, 1998.

THOMAZ, Luís Filipe, *A questão da pimenta em meados do século XVI: um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1998.

- *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, *A ilha de São Nicolau nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

TOLENTINO, Hugo, *Raz y Historia en Santo Domingo*, tomo I, Editora da Universidade Autónoma de Santo Domingo, 1974.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, «As ilhas de Cabo Verde e o espaço comercial Atlântico: participações e ligações das pequenas e médias associações comerciais», in *Actas da História das Ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, Literatura)*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997, pp.103-123.

- *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas Ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.

- «Formas de participação dos Portugueses no comércio com as Índias de Castela: abastecimento e transporte» in *A Dimensão Atlântica da África – II Reunião Internacional de História de África*, São Paulo, Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, 1997, pp. 203-222.

- "Percursos da historiografia das Ilhas de Cabo Verde: dos terrenos marginais a uma experiência pioneira" in *Olhares sobre Cabo Verde*, Lisboa, Boletim do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996, pp. 21-27.



- «Subsidio para a história geral de Cabo Verde, o algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana» in *Stvdia*, nº 50, Lisboa, 1991, pp. 157-176.

- *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América espanhola: articulação dos impérios ultramarinos Ibéricos num espaço atlântico*, 2 vols, dissertação de acesso para à categoria de investigadora auxiliar, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999.

## Lista de mapas

Mapa 1- O Império de Mali com seus reinos “vassalos” (século XIV) .....	24
Mapa 2- Regiões de comércio português nos “rios da Guiné” .....	51
Mapa 3 - Circuito entre as ilhas de Santiago e Fogo .....	105
Mapa 4- Rota direta do algodão: Fogo - “Rios da Guiné” .....	107
Mapa 5- Permuta entre Cabo Verde e os “Rios da Guiné” .....	134
Mapa 6- Rotas caravaneiras século XIII-XVI .....	135

## Lista de tabelas

Tabela 1- Correspondência cavalos/ escravos: 1445- 1460 .....	54
Tabela 2- Pagamentos feitos pelos proprietários rurais dos dízimos da terra.....	82
Tabela 3- Correspondência cavalos/ escravos: 1462-1500 .....	91
Tabela 4- Correspondência cavalo / escravos – 1505-1508 .....	92
Tabela 5- Acordos feitos entre os rendeiros e os proprietários na cobrança do dízimo: 1514-1516 .....	131
Tabela 6- Movimento comercial do algodão da ilha do Fogo: 1533-1535 .....	132

## Lista de gráficos

Gráfico 1- Exportação de algodão da ilha do Fogo: 1533-1535 .....	109
Gráfico 2- Correspondência escravos/ cavalos: 1455-1528 .....	132

## Anexos

**Tabela 5**

**Acordos feitos entre os rendeiros e os proprietários na cobrança do dízimo:  
1514-1516**

<b>Ano</b>	<b>Arrendatário</b>	<b>Proprietário rural</b>	<b>Valor da avença (em algodão ou dinheiro)</b>
6 de Fevereiro de 1515	Jorge Nunes e Francisco Martins	João Vidão	Por 6 000 reais cada ano
15 de Fevereiro de 1515	Jorge Nunes e Francisco Martins	Sebastião Pires	Por 4 500 reais cada ano
24 de Outubro de 1515	Francisco de Leão	João de Noli	Por 16 500 reias cada ano
1 de Fevereiro de 1516	Francisco de Leão	Fernão Mendes de Vasconcelos	Por 7 500 reias cada ano
14 de Fevereiro de 1516	Francisco de Leão	António de Noli	Por 2 800 reais cada ano

**Tabela 6**

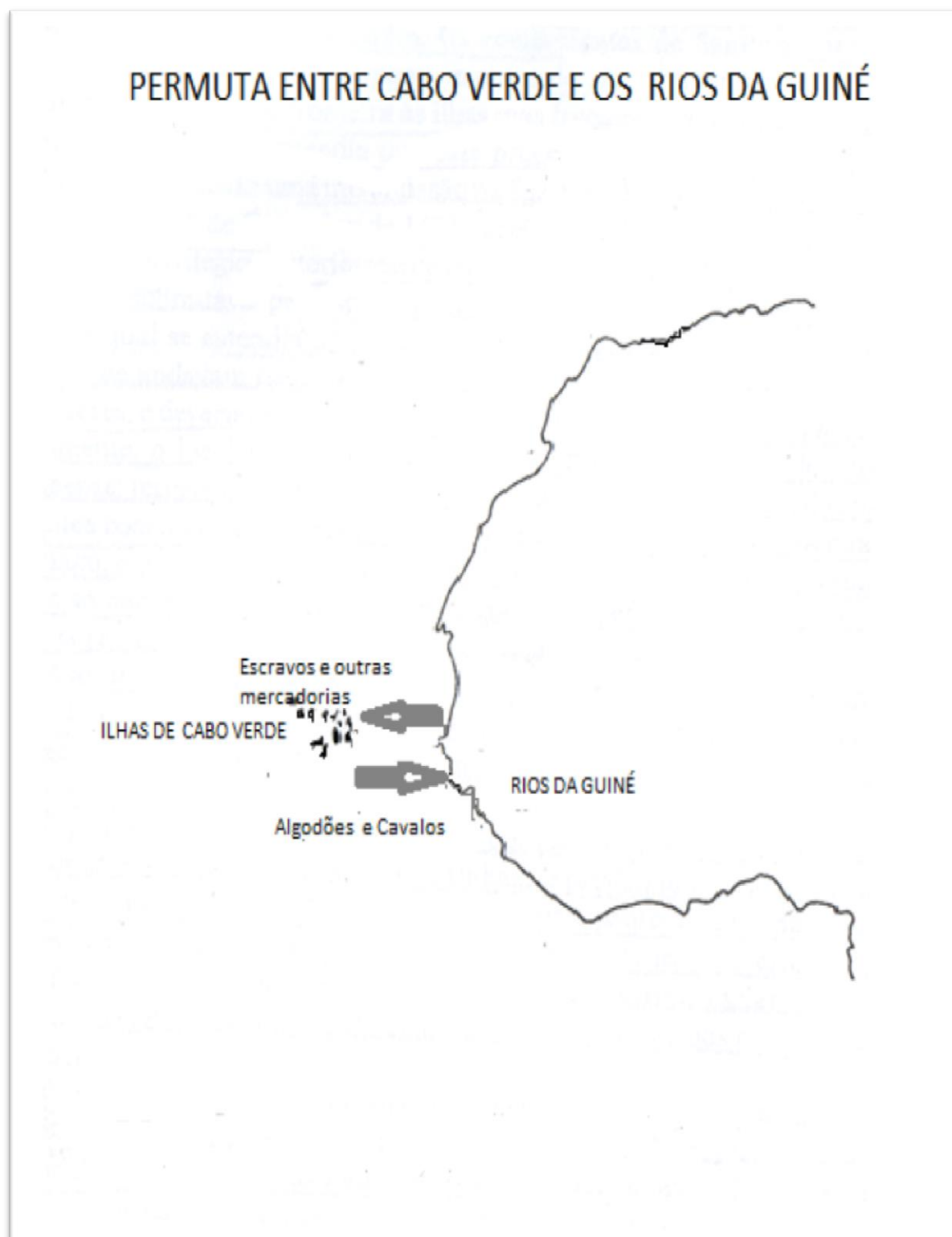
**Movimento comercial do algodão da ilha do Fogo: 1533-1535**

<b>Ano</b>	<b>Embarcação</b>	<b>Local de abastecimento</b>	<b>Local de destino</b>	<b>Quantidade de algodão embarcado</b>
1533	<i>Santo António</i>	Fogo	Rio São Domingos	100 qt. 1 arr. 5 art.
1533	<i>São Francisco</i>	Fogo	Santiago	400 qt.
1533	—	Fogo	Santiago	50 qt. 1,5 arr.
1533	<i>São Sebastião</i>	Fogo	Rio Grande	106 qt. 1 arr. 8 art.
1533	<i>Boa Ventura</i>	Fogo	Guiné	274 qt.
1533	<i>São Lourenço</i>	Fogo	Santiago	250 qt.
1534	<i>São João</i>	Fogo	Rio São Domingos	365 qt. 35 art.
1534	<i>Conceição</i>	Fogo	Serra leoa	61 qt. 2 arr.
1534	<i>Santa Cruz</i>	Santiago	Rio São domingos	65 qt. 3 arr. 12 art.
1534	<i>São Cristóvão</i>	Fogo	Santiago	38 qt.

Comércio de Algodões e Cavalos em Cabo Verde (1460-1535)

				2 arr. 20 art.
1534	<i>São Cristóvão</i>	Fogo	Rio São domingos	233 qt. 3,5 arr.
1535	<i>Santo António</i>	Fogo	Rio São domingos	249 qt. 2,5 arr.
1535	<i>São João</i>	Fogo	Guiné	300 qt.
1535	<i>Bom Jesus</i>	Fogo	Rio São Domingos Serra Leoa	325 qt.

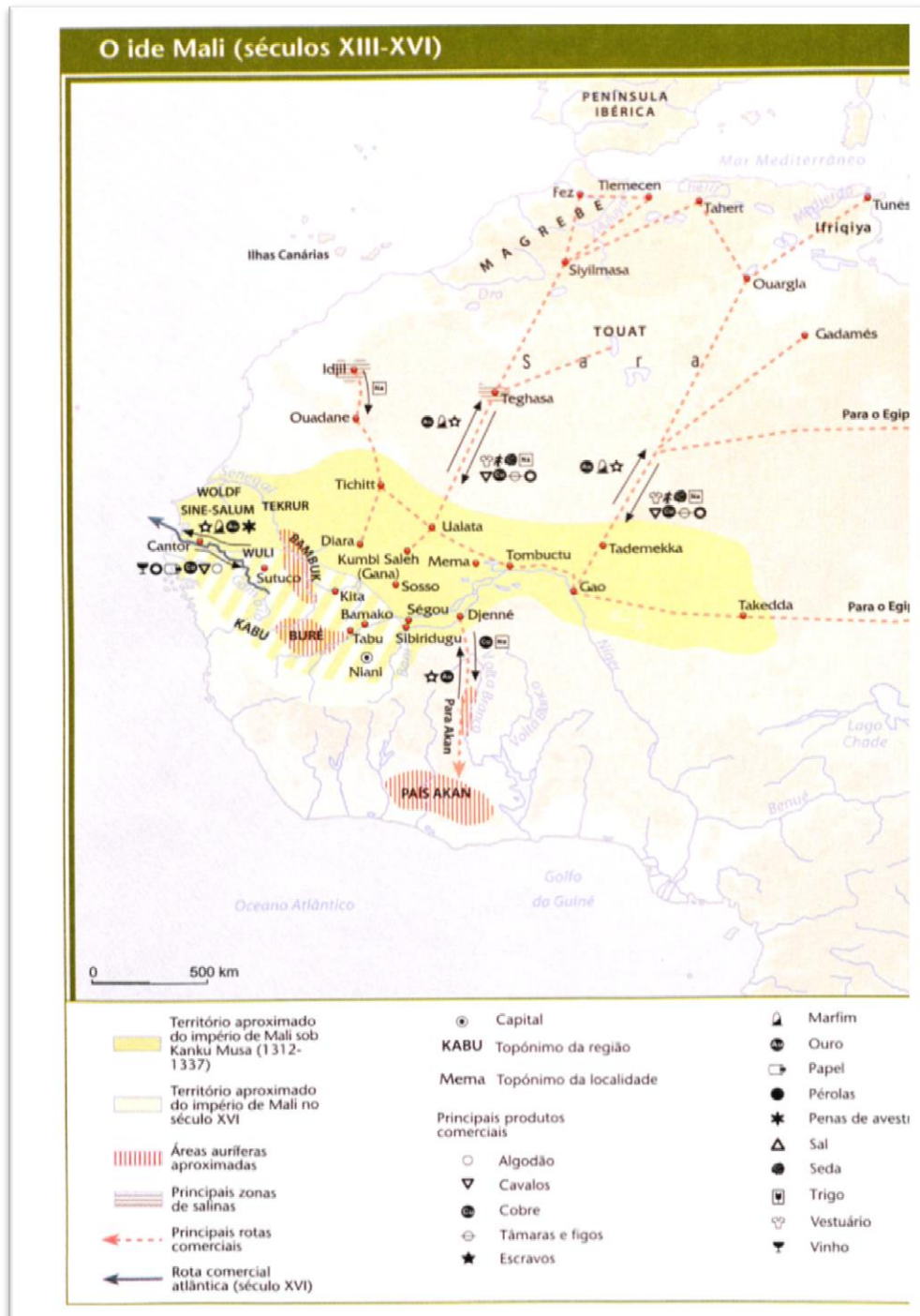
**Mapa 5**





## Mapa 6

### Rotas caravaneiras século XIII-XVI



Fonte: *História Universal-Ásia e África Negra (séculos V-XV)*, vol. 12, NAVARRO, Francesc Navarro (coord.), Salvat, 2005, p. 348.

## Gráfico 2

### Correspondência escravos/ cavalos: 1455-1528

